

CARTAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE

Portugal Continental

Volumes I, II e III



Cartas Regionais da Competitividade

Índice

Apresentação

Págs

AIP-CCI

Cartas Regionais de Competitividade e o Crescimento Económico 1 a 3
de Jorge Rocha de Matos e José Eduardo Carvalho

BES

Cartas Regionais da Competitividade e o papel do BES 1 a 2
António Souto

DIÁRIO ECONÓMICO

Crescimento Económico depende das Empresas 1
Bruno Proença

VOLUME I

Da Carta Magna às Cartas Regionais de Competitividade 1 a 69

I – A Carta Magna da Competitividade e Um Novo Modelo de Desenvolvimento 17 a 37
José Veiga Simão e José Félix Ribeiro

II – As Cartas Regionais de Competitividade 38 a 65
(o que são, mapeamento, conceitos e metodologias)
Joana Chorincas, Félix Ribeiro

Cartas Regionais de Competitividade: o desafio da inteligência territorial 66 a 69
André Magrinho

CARTAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE

José Félix Ribeiro e Joana Chorincas

VOLUME II

Minho-Lima; Áve-Cávado; Tâmega; Grande Porto; Entre Douro e Vouga 1 a 156

VOLUME III

Dão Lafões; Baixo Vouga; Baixo Mondego; Pinhal Litoral-Oeste 1 a 145

VOLUME IV

Lezíria do Tejo- Médio Tejo; Grande Lisboa; Península de Setúbal – Alentejo Litoral; Algarve 1 a 200

VOLUME V

Douro: Alto Trás-os-Montes; Beira Interior-Pinhal Interior; Alentejo Interior 1 a 104

Cartas Regionais da Competitividade e o desafio do Crescimento Económico



Jorge Rocha de Matos

Presidente do Conselho Geral da AIP-CCI



José Eduardo Carvalho

Presidente da Direcção da AIP-CCI

Portugal encontra-se numa encruzilhada. A crise mundial de 2008 veio sobrepor-se à crise de crescimento sustentável que vinha enfrentando desde 2000. Como consequência tornou-se nítido que o modelo de desenvolvimento em curso desde 1986 estava esgotado.

A opção europeia, essencial para a consolidação da Democracia, não era só por si suficiente para que Portugal pudesse atingir níveis de competitividade, que o colocassem entre os países mais desenvolvidos da União Europeia. A resposta encontra-se aliás em lições da História, onde se regista que fomos um actor criativo da globalização económica e social. Essa estratégia, passou a ser, acima de tudo, uma complementaridade da integração de Portugal na Europa, associando, designadamente, a opção europeia a uma visão estratégica euro-atlântica, aliás, uma mais valia para a própria União Europeia.

Como consequência Portugal não pode ter as costas voltadas para o mar, pelo que, em vez de nos vermos a nós próprios como país periférico da União Europeia devemos pensar em pôr em prática uma ambiciosa estratégia euro-atlântica e regeremo-nos como nos recomenda Jacques Attali em História do Futuro: integrar a nossa posição geo-estratégica em um novo modelo de desenvolvimento.

A Carta Magna de Competitividade, divulgada pela AIP em 2003, já apontava nesse sentido, ao assumir uma visão estratégica para o desenvolvimento do nosso País que o situe entre os dez países mais desenvolvidos da União Europeia. A nossa convicção é a de que tal só será possível se harmonizarmos as políticas públicas e as estratégias empresariais; se redefinirmos a missão e as funções do Estado; se caminharmos com ambição para o fortalecimento da comunidade de Nações do Atlântico Norte com fortes ligações ao Atlântico Sul, com relevância para Angola e Brasil, e se soubermos beneficiar de ser um entreposto natural entre as economias emergentes da Ásia e a Europa.

É nesse contexto que é urgente analisar as potencialidades da Mega-Região Europeia do Atlântico Norte, que se estende do Algarve à Galiza, à qual já hoje estão associados 80 mil milhões de Light Based Regional Products e que pode dar uma contribuição decisiva para o desafio da exportação de bens transaccionáveis. Mas, para tal, é necessário proceder a uma revisão profunda da política económica associada aos bens não transaccionáveis, a qual, claramente, beneficia as empresas produtoras destes em prejuízo das empresas produtoras de bens transaccionáveis, pela imposição de custos de contexto altamente prejudiciais para a nossa balança de exportação e, consequentemente, para a criação de riqueza.

Por outro lado, a natureza dos problemas associados a um novo modelo de desenvolvimento exige a emergência de um Poder Novo, baseado na ética da res publica, que fomente a civilidade, traduzida numa maior participação nas decisões político-económicas da sociedade civil, e, em particular, da comunidade empresarial através das suas associações representativas.

É neste quadro que se considera crucial o desenvolvimento de Pólos de Competitividade, que contribuam para um dinâmico ajustamento estrutural da economia e para o fortalecimento de carteiras de actividades exportadoras. Estão neste caso actividades associadas às indústrias de saúde, ao lazer, ao entretenimento digital, às comunicações numa network society, a novas soluções energéticas, à engenharia de produtos, à mobilidade sustentável, a indústrias criativas e, com uma dimensão de relevo, a oportunidades associadas à exploração oceânica e em particular, à economia do mar. Os oceanos surgem, nesta estratégia, como alavanca de competitividade e fonte de inovação.

As novas carteiras de actividades exportadoras só terão sucesso se aderirmos a opções que integrem a sua clusterização em termos territoriais, que permitam acumular massas críticas de I & D, gerar "pools" de recursos humanos qualificados, facilitar o surgimento de PME's inovadoras e incentivar investimentos estruturantes concretizados por multinacionais. Em síntese, impõe-se concentrar e clusterizar novas actividades ao longo da faixa litoral e, em paralelo, localizar no interior em articulação com as competências do litoral, actividades que fixem quadros altamente qualificados.

Esta visão para o desenvolvimento regional deve estar associada não só com uma nova dinâmica para uma agricultura e agro-indústrias de qualidade e originalidade, sendo certo que a economia mundial se vai deparar cada vez mais com sérios problemas de abastecimento alimentar, mas também, com um programa inteligente de valorização do mundo rural, onde cabe, sempre que possível, a repartição de trabalho entre a empresa urbana e a micro-empresa rural.

Tudo isto significa que a globalização de rosto humano equilibrada com uma economia de proximidade competitiva, só pode ser atingida através de processos que dêem origem à reestruturação do tecido produtivo, conducente a actividades económicas exigindo novas dinâmicas organizacionais, o que determina desafios à capacidade de adaptação e de concorrência dos territórios, apontando para crescentes diferenciações e especializações.

Procura-se assim criar um "mosaico de regiões", detentor de vantagens competitivas e incentivadoras de interdependências criativas. O território é, deste modo, essencial para a construção de uma nova geografia económica, baseada na competitividade. A "Cambridge Econometrics", ao ligar a competitividade regional à capacidade das regiões gerarem significativos níveis de riqueza sintetizou as características de três tipos de regiões: umas com base na especialização e exportação; outras como fonte de rendimentos crescentes em que o aumento de output regional conduz ao aumento de produtividade e, finalmente, regiões como nós do conhecimento, concepção que privilegia o conhecimento e a inovação permanente.

As Cartas Regionais da Competitividade de Portugal Continental que se apresentam neste livro, agregando regiões definidas por Nuts, diferenciadas entre si no que respeita ao dinamismo económico e empresarial, denotam traços de complementaridade que devem dar origem a profundas reflexões, enquadrando-as na tipificação anteriormente mencionada, com vista a desenvolver programas e projectos de cooperação inter-regional.

Estas cartas para além de uma breve descrição física e demográfica do território explicitam as actividades económicas pelas indústrias, serviços e clusters, caracterizando os empreendimentos mais significativos e dão-nos conta da qualificação dos recursos humanos a todos os níveis e das actividades de I&D. Neste último domínio referenciam-se as empresas inovadoras mais relevantes e descrevem-se os novos projectos em curso quer em infra-estruturas quer em actividades económicas, dando-nos conta dos clusters que mais contribuem para a economia de cada região. Por fim, em relação a cada uma das Cartas Regionais sintetizam-se desafios, riscos e oportunidades no médio prazo, convidando os empresários a dar o seu valioso contributo neste domínio, numa economia em mudança.

A AIP-CCI, ao longo do seu percurso com mais de 173 anos, considera o desenvolvimento regional, como componente privilegiada do progresso do nosso País. Nesse sentido dinamizou o associativismo de base regional, dando origem a doze Associações Empresariais Regionais; fomentou a ligação às Escolas, estando na linha da frente da criação das Escolas Tecnológicas e liderando o programa de sucesso da rede de extensão regional, que deu uma contribuição decisiva para o aumento da capacidade técnica das associações regionais, e assumiu sempre a atitude do fortalecimento da cooperação com as Comissões de Coordenação Regional. Foi altamente significativa a sua participação no Plano Tecnológico da Indústria Transformadora elaborado em 1983 pelo LNETI e fortemente apoiado pelo Ministério da Indústria e Energia e pelo PEDIP até 1994 e, bem assim, a sua participação em várias iniciativas para a construção de uma rede de inovação, associando Universidades, Laboratórios de Estado, Institutos de Desenvolvimento, Centros Tecnológicos e Pólos Tecnológicos. Merece ainda realce a cooperação que a AIP-CCI vem dando ao Plano Tecnológico de âmbito nacional, com evidência para a sua activa participação no projecto e-PME, destinado a modernizar cerca de mil PME no que respeita à sua organização, tecnologia, qualificação e mercados, e, bem assim, no evento Portugal Tecnológico, que apresenta anualmente empresas e organizações públicas e privadas, na vanguarda do conhecimento. São ainda de referir alguns projectos de cooperação regional no âmbito europeu, designadamente os relacionados com regiões transfronteiriças com Espanha.

A actualização da Carta Magna de Competitividade, projectando-a para um período pós-crise entre 2013 e 2020 e a sua articulação com as Cartas Regionais da Competitividade, em actualização permanente, conferem ao empresário, ao político, ao investigador e ao técnico, instrumentos de trabalho e de reflexão, para a implementação de um Plano de Acção que permita a Portugal caminhar com decisão e sustentabilidade para a convergência com a UE.

O Presidente do Conselho Geral da AIP-CCI

Jorge Rocha de Matos

Presidente da Direcção da AIP-CCI

José Eduardo Carvalho

Cartas Regionais da Competitividade e o papel do BES



António Souto

Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo

O Banco Espírito Santo, com vasta implantação geográfica por todo o país, associada a uma presença de várias décadas nas principais praças financeiras internacionais, com um capital de especialização acumulado em operações internacionais de banca de investimento e banca de empresas, continua presente na promoção do tecido empresarial nacional.

O apoio do Banco Espírito Santo à publicação das "Cartas Regionais de Competitividade", projecto da Associação Industrial Portuguesa, AIP - Câmara de Comércio e Indústria, no seguimento da Carta Magna da Competitividade, pretende contribuir para a identificação e divulgação de oportunidades e actividades que promovam a competitividade da economia nacional.

O crescimento e a prosperidade de uma economia aberta como a portuguesa dependem muito da sua capacidade de produzir, e vender, bens e serviços que sejam competitivos, em qualidade e preço, e assim conquistar os mercados internacionais.

Num contexto interno de acelerada consolidação orçamental, que não se espera vir a sofrer qualquer alteração significativa num futuro próximo, e num cenário global de progressiva integração das economias nacionais e regionais – realidade que se impõe, enquanto espaço de desafio e oportunidade, a todos os agentes económicos –, a economia portuguesa necessita hoje, talvez com maior premência do que a sentida, alguma vez, de encontrar elementos que a projectem, em termos de competitividade e da sustentação no tempo dessa competitividade, nos mercados internacionais. No momento económico que Portugal atravessa, situação partilhada, com diferentes matizes, por muitos dos nossos parceiros europeus, não só os da área mediterrânica, os mercados externos surgem, naturalmente, como áreas de aproveitamento obrigatório pelo tecido produtivo nacional na busca do crescimento que a exiguidade e debilidade do mercado interno não podem satisfazer.

Na realidade, afectados por uma situação conjuntural muito adversa – consolidação orçamental, desalavancagem do sector público e privado, manutenção do desemprego a níveis elevados –, com o PIB a variar -1.6% em 2011 e -3.1% em 2012, portanto, com o mercado doméstico em contracção, a expectativa de recuperação dependerá mais do que nunca da procura externa. Só uma oferta competitiva consegue garantir esta perspectiva.

A criatividade, a exclusividade e a imagem de marca são mais valias a estar presentes nos produtos portugueses, cuja continuada mobilização é um elemento indispensável à afirmação internacional do *made in* Portugal. Numa estratégia de diferenciação, onde à técnica e à tradição se acrescenta design aos produtos, reforça-se a competitividade da oferta nacional em prole da sua afirmação internacional.

O investimento na *clusterização* da economia, criando pólos de competitividade em torno do turismo, da saúde, da mobilidade, da logística, da energia, dos transportes, da maquinaria e aparelhos mecânicos e eléctricos e da fileira florestal, tem permitido dar passos muito concretos no sentido da crescente internacionalização dos agentes económicos, assistindo-se a uma dinâmica significativa das empresas portuguesas, alicerçada numa nova capacidade inovadora.

Uma das principais vantagens, para uma resposta assertiva e efectiva às necessidades das empresas e do país, é o conhecimento, a experiência e a proximidade das actividades económicas.

Os espaços de oportunidade na internacionalização da economia portuguesa são uma realidade que se cruza com o dinamismo crescente das empresas que, nos mercados externos, sabem valorizar elementos distintivos da nossa oferta em termos da qualidade, do *know-how*, da mobilidade dos novos empresários e do posicionamento geo-estratégico.

O país vive um dos desafios mais importantes da sua história que se traduz na sustentabilidade de Portugal, na UE e no euro, os empresários portugueses sabem, porém, como ninguém desbravar novos caminhos, assim como novos mercados, sabem que terão que ir mais além, e, que o Banco Espírito Santo estará ao seu lado, como sempre esteve, para os apoiar neste importante desígnio nacional.

Crescimento Económico depende das empresas



Bruno Proença

Director Executivo do Diário Económico

A economia portuguesa está a enfrentar um momento difícil. Depois de décadas de políticas económicas insustentáveis, o País chegou a uma situação de pré-falência, que foi agravada pela crise económica internacional.

Desta forma, Portugal viu-se obrigado a solicitar ajuda financeira à 'troika' formada pela Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu.

No âmbito do plano de resgate internacional, há um conjunto de desequilíbrios macroeconómicos que terão de ser corrigidos nos próximos anos, nomeadamente o défice orçamental das Administrações Públicas, o défice externo e o nível de endividamento junto do estrangeiro. Este tipo de problemas económicos só pode ser ultrapassado com um conjunto de medidas restritivas, que incidem principalmente sobre a procura interna, e, por isso, o País está mergulhado numa profunda recessão, a pior desde o 25 de Abril.

O relançamento do crescimento económico está assim obrigatoriamente nas mãos das empresas. O sector público estará fixado na correcção do défice orçamental e sem verbas para dedicar ao investimento.

Resta o sector privado, que terá de identificar as melhores oportunidades de negócio. Por isto, iniciativas como as Cartas Regionais de Competitividade da AIP são tão importantes.

A informação é um pré-requisito para o investimento e está aqui reunida informação detalhada sobre todas as regiões do País. Este é o primeiro passo para incentivar o desenvolvimento económico e, por isso, o Diário Económico fez questão de se associar a este projecto.

VOLUME

I

Da Carta Magna às Cartas Regionais de Competitividade

ÍNDICE

VOLUME 1

I. A CARTA MAGNA DA COMPETITIVIDADE E UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

José Veiga Simão

José Félix Ribeiro

Introdução	4
1. Carta Magna da Competitividade	6
2. Opção Europeia e Estratégia Euro-Atlântica	9
3. Reforma do Estado e Novo Modelo de Desenvolvimento	12
Plano de Acção	
1. Desafios para um novo Modelo de Desenvolvimento	15
2. Reformas Estruturais – Condição para um novo Modelo de Desenvolvimento	15
1.1. Sistema financeiro para o desenvolvimento	16
1.2. Fiscalidade como contribuinte da criação de riqueza	17
2.3. Novo enquadramento para o sector imobiliário	18
2.4. Redução dos défices das empresas públicas na área da mobilidade	18
2.5. Dinâmica do mercado do trabalho	19
2.6. Ética pública e as responsabilidades sociais do Estado e das empresas	20
2.7. Justiça para o progresso de uma nação	20
3. Opções para a Concretização do Novo Modelo de Desenvolvimento	21
3.1. Opção de Base – Capital Humano	21
3.1.1. A Qualificação dos Recursos Humanos – questão chave do desenvolvimento	21
3.1.2. Inserção da escola no desenvolvimento	22
3.1.3. Frentes prioritárias de acção para a valorização do capital humano	23
3.2. Opções Sectoriais	25
3.2.1. Uma nova carteira de actividades exportadoras	26
3.2.2. Uma nova dinâmica para agricultura e agro-indústrias	27
3.3. Opções Transversais – os oceanos como alavanca de competitividade e fonte de inovação	29
3.4. Opções Infra-estruturais	31
3.4.1. Projectos Nacionais	31
A- Conectividade internacional & logística	32
B- Energia – Sustentabilidade e segurança de abastecimento	33
3.4.2. Investimentos de proximidade	35
3.5. Opções Regionais	36
As Cartas Regionais de Competitividade	37

II. AS CARTAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE

Coordenação – José Veiga Simão e José Félix Ribeiro 38

1. Cartas Regionais da Competitividade - o que são 38

Joana Chorincas

Félix Ribeiro

1.1. Objectivos	38
1.2. Como Monitorizar a Competitividade Regional?	38
1.3. Aprofundar a Análise do Potencial de Inovação e Competitividade – O Papel Decisivo dos Actores	39
1.4. Das “Cartas Regionais da Competitividade” e a Dinamização Regional para a Competitividade	40

2. Mapeamento das Cartas Regionais da Competitividade.....	41
Joana Chorincas	
Félix Ribeiro	
3. A competitividade regional: conceito, teorias e metodologias de abordagem.....	47
Joana Chorincas	
3.1. O Conceito de Competitividade Regional	47
3.2. Evolução da Teoria Económica e sua ligação ao Crescimento/Competitividade Regional	50
3.3. Exemplos de Metodologias de abordagem da Competitividade Regional.....	60
4. Cartas Regionais da Competitividade: o desafio da inteligência territorial.....	66
André Magrinho	

I

A CARTA MAGNA DE COMPETITIVIDADE E UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

José Veiga Simão
Professor Catedrático
Consultor da Presidência da AIP

José Félix Ribeiro
Economista

INTRODUÇÃO

A crise mundial e nacional veio a pôr em evidência que o modelo de desenvolvimento do nosso País está esgotado, não permitindo criar riqueza que assegure a competitividade de Portugal entre as Nações.

Em 2008, o então Presidente da AIP Comendador Rocha de Matos, fiel à herança centenária da instituição e interpretando o pensamento da sua direcção, no seguimento da visão estratégica, expressa na Carta Magna da Competitividade, considerou urgente realizar uma reflexão profunda, conducente à definição de um novo modelo de desenvolvimento para a próxima década. Este documento é uma modesta contribuição para esse fim. Desde logo entendeu-se não só retomar a visão estratégica para o desenvolvimento sustentável definida na *Carta Magna da Competitividade*,⁽¹⁾ mas também aprofundar e aperfeiçoar as propostas contidas em “*Opções Estratégicas e Projectos Estruturantes*”⁽²⁾ sistematizando ideias que contribuam para *uma saída para a crise, rompendo com factores de estagnação que asfixiam a competitividade empresarial e a criação de riqueza*.

Nesse sentido sugerem-se neste estudo, políticas, estratégias e medidas que, no entendimento dos autores, são essenciais à criação e à operacionalização do novo modelo de desenvolvimento, apresentando-se, ao mesmo tempo, algumas alterações a práticas que têm asfixiado e impedido o País de crescer e aumentar o potencial competitivo, convergindo com a União Europeia.

⁽¹⁾ A Carta Magna de Competitividade encontra-se em revisão que ficará concluída durante o ano de 2012

⁽²⁾ Este documento encontra-se publicado na AIP Informação

Esta reflexão, face a novas realidades emergentes da crise, põe, ainda, em evidência a necessidade de prosseguir, concluir ou reformular, reformas estruturais básicas, sem as quais, passada a crise, permanecerá um "status quo" conducente a uma maior perda de competitividade e a perigosas roturas na coesão social.

Ao chegarmos a Setembro de 2010 existe a percepção generalizada de que a crise económica e social atingiu uma dimensão, que desafia o "*modus vivendi*" de milhões de portugueses, e a constatação de que, apesar das graves dificuldades com que os cidadãos e as empresas se debatem, o País não vive uma mobilização de vontades para a concretização de um projecto de futuro.

A verdade, é que a pobreza aumenta, as desigualdades acentuam-se, o desemprego apresenta níveis insuportáveis, atingindo jovens qualificados em percentagens assustadoras, ao mesmo tempo que a corrupção e o enriquecimento ilícito proliferam na impunidade. Os portugueses pouco sabem sobre a capacidade competitiva do nosso tecido produtivo após a crise e os caminhos a prosseguir. O modelo de desenvolvimento está de tal modo esgotado, que são correntes as conjecturas sobre a inevitabilidade de um retrocesso no desenvolvimento do País sob o ponto de vista de criação de riqueza industrial e agrícola, concentrando-nos em quase-exclusividade na prestação de serviços de intermitentes dependências externas.

Trata-se de uma situação para a qual caminharemos inexoravelmente se o valor médio do crescimento do PIB não atingir nos próximos três anos, até 2013, os 3%; se a dívida externa líquida não diminuir drasticamente dos actuais 100% do PIB; se a dívida pública directa e indirecta não decrescer dos 87% do PIB actual. O endividamento do País e das famílias é um constrangimento que nos obriga a apostar cada vez mais numa forte eficiência do investimento e no incentivo à poupança nacional. Ao mesmo tempo, é urgente concentrar os nossos recursos em empreendimentos e projectos públicos e privados que permitam significativos aumentos de produtividade e de competitividade.

Neste contexto, com suporte na Carta Magna da Competitividade devidamente actualizada na calendarização dos seus objectivos, elaborou-se este estudo que reitera a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento e de um Plano de Acção para o concretizar. Cumpre-se, assim, o estabelecido logo de início em 2003 ao salientar que, como consequência do acompanhamento dos relatórios anuais de competitividade, seriam apresentadas *propostas de intervenção*, ao nível das políticas e das práticas, dirigidas aos decisores públicos e privados.

As associações empresariais emergem nestas propostas como entidades de eleição, de utilidade pública, para promoverem estudos e mobilizarem vontades para a criação de riqueza. Elas oferecem o campo natural para reflexões profundas e mercê de organizações flexíveis e criativas indicarem o caminho do *novo crescimento*. Afinal, é nos empresários que se tem de radicar a progressiva consciência de que ao criarem riqueza, a terra deve ser respeitada e a de que um País de economia saudável é aquele que sabe equilibrar com inteligência a economia da proximidade e a economia da globalidade. Para o empresário dos tempos de hoje um ser humano, um trabalhador, é antes de mais um ser que nasceu para criar, sendo o trabalho parte essencial da sua criação. E para que esse trabalho seja produtivo, a empresa é, acima de tudo, uma organização ao serviço do bem comum.

Nas associações empresariais a civilidade está, assim, no coração do desenvolvimento do País. Ora, em Portugal não é fácil semear civilidade, porque ela é ainda frágil na sua existência. Porém,

se o não fizermos não temos sucesso perante os desafios da sociedade do conhecimento, onde a arte e a cultura são formas inteligentes de um crescimento sustentável, com oportunidades criativas de grande qualidade num País rico em tradições e em invenções. As associações empresariais são, assim, parte integrante da anatomia de um poder condicionado, inerente a uma sociedade democrática. Mas para que elas assumam na sociedade o posicionamento natural que devem ocupar é determinante que coordenem as suas actividades e que integrem as suas propostas, de modo a fortalecerem as suas aspirações junto do poder político e da sociedade, a nível local, regional, nacional e internacional.

A sua capacidade de intervenção depende do fortalecimento de diálogos criativos e inovadores no seu próprio seio. Assim, poderão desempenhar um papel dinâmico na harmonização das políticas públicas e das estratégias empresariais, no âmbito de um novo modelo de desenvolvimento, que dê jus à opção europeia e ao euro-atlantismo, inerente à posição geo-estratégica de Portugal.

1. CARTA MAGNA DA COMPETITIVIDADE

A Carta Magna da Competitividade, elaborada pela AIP e publicada em 2003, definiu a visão estratégica de *fazer de Portugal em dez anos, um dos dez países mais desenvolvidos e atractivos da União Europeia*.

Para concretizar essa visão a Carta considerava decisivo um forte empenho da sociedade portuguesa na economia do conhecimento, baseada num crescimento sustentado; no aumento exponencial da produção de bens e serviços transaccionáveis e na hegemonia da qualidade e da inovação. Com essa finalidade foram sugeridas dez políticas públicas e dez estratégias empresariais, as quais deveriam ser implementadas de forma coordenada e complementar e aperfeiçoadas perante as lições da experiência. *Está em curso um debate sobre a actualização dessas políticas, e estratégias a publicar brevemente*. A mensurabilidade e a temporalidade dos resultados derivados das políticas públicas e estratégias empresariais que nestes cinco anos foram implementados no nosso País, com recurso a avaliações nacionais e internacionais creíveis, são elementos que fundamentam propostas actualizadas.

Entre 2004 a 2008 a AIP apresentou relatórios da competitividade anuais, nos quais foram explicitados indicadores de *input* e indicadores de *output* e, bem assim, a sua evolução. De entre os indicadores de *input* salientam-se os relativos a custos laborais, a preços, à fiscalidade, à educação e formação, à sociedade de informação, ao ambiente e energia, ao investimento e ao I&D e inovação; de entre os indicadores de *output* constam os relativos ao PIB, ao emprego e desemprego, à produtividade e ao grau de abertura de economia. Nesses relatórios aprofundam-se análises comparativas (*benchmarkings*) de Portugal com diversos países da União Europeia e, bem assim, com a UE-15, com a UE-27, com os EUA e com o Japão. Em 2008 procedeu-se, ainda, a uma análise das tendências de evolução desses indicadores, através das quais se evidenciam as forças e as fraquezas de economia do País e as dificuldades em atingir níveis de progresso conducente à desejada convergência com a média da UE.

Em complemento da Carta Magna da Competitividade a AIP procedeu, nos últimos três anos (2008 a 2010) à elaboração das Cartas Regionais da Competitividade, cujo objectivo último é a discussão das oportunidades de desenvolvimento tendo como desígnio a competitividade regional. Em cada uma dessas cartas aborda-se o território, a demografia, as actividades económicas, pólos industriais e clusters; os recursos humanos e I&D; a inovação empresarial, os novos projectos –

infra-estruturas e actividades e enunciam-se alguns desafios, riscos e oportunidades no médio prazo. Este trabalho permitiu à AIP obter um conhecimento muito sólido e detalhado da estrutura da economia portuguesa permitindo que se apresentem propostas mais realistas para o futuro desenvolvimento de Portugal

Uma conclusão global dos trabalhos realizados é a de que muito embora tenha sido meritório o esforço do Governo antes da crise mundial na redução do défice orçamental, o crescimento sustentado da economia, não permitiu aproximar-nos da meta apontada na visão estratégica apontada da Carta Magna da Competitividade. A realidade é a de que em 2010, no posicionamento europeu da Competitividade da Nação, Portugal na UE-27 foi ultrapassado pela Grécia, Eslovénia, Chipre e Malta. Acresce que, a produção nacional não viabilizou um aumento de produtividade a médio e longo prazo, mantendo-se com maior acuidade a exigência da criação líquida de emprego mais qualificado e mais bem remunerado, capaz de produzir bens e serviços, sujeitos com êxito à competição internacional. Ora, sem atingir tal objectivo é impossível uma mudança significativa no crescimento económico, apesar de múltiplos esforços com essa finalidade.

O País não cresceu após o ano 2000, em termos anuais, acima de 2% do PIB, acabando por divergir, ainda mais, da média comunitária.

Em síntese, o crescimento médio anual do PIB em 3%, considerado o mínimo para iniciar a trajectória de convergência, nunca foi atingido nos últimos dez anos.

Consciente desta situação a AIP, logo em Novembro de 2008, no Dia da Competitividade, elaborou um estudo em que se analisaram as causas da situação existente, e equacionou um conjunto de propostas designado por *“Opções Estratégias e Projectos Estruturantes para um Crescimento Sustentado”*. Nele se sublinhou que a economia portuguesa, apesar de evoluções positivas verificadas nos anos recentes, mantinha, no seu conjunto, uma oferta de bens e serviços transaccionáveis notoriamente insuficiente.

Esta situação confirmou que se teria de repensar o modelo de desenvolvimento e se tivesse de gizar um Plano de Acção até 2013, *A base de partida para esta reflexão é, sem dúvida, a de que o modelo de desenvolvimento em vigor tem de ser drasticamente revisto.*

Na verdade, a situação actual é, a de que no caso de Portugal se sobrepõe uma crise estrutural interna a uma crise global. A primeira é evidenciada pelo facto de durante dez anos não convergirmos com a UE e de, nesse período, acabarmos por duplicar o endividamento externo do País. Ao associar-se uma inusitada atrofia da capacidade produtiva nacional a dificuldades de financiamento externo, com créditos cada vez mais onerosos e difíceis, a economia real e, conseqüente as empresas, perdeu competitividade internacional e geraram-se elementos preocupantes de tensão social na sociedade, portuguesa.

Nestas circunstâncias, notoriamente excepcionais, compreendem-se muitas medidas casuísticas e voluntaristas adoptadas pelo Governo para se satisfazerem necessidades urgentes das pessoas e das empresas, porém não se pode perder de vista o futuro e deve definir-se uma estratégia baseada num *Plano de Acção*, que mobilize os cidadãos e lhes transmita esperança.

É que, ao chegarmos a Setembro de 2010 os portugueses têm a sensação de que sabem o que foram mas não sabem o que vão ser. Falta uma visão estratégica que nos permita acreditar no

Futuro. Falta definir os pilares de uma estratégia nacional que conduza à criação de riqueza, ao crescimento económico em desenvolvimento sustentável, sem o que os portugueses continuarão a ser chamados, periodicamente, a sacrifícios sem esperança. Até quando?

Portugal é membro de pleno direito da União Europeia, mas ao reflectirmos sobre essa opção, tomada há vinte e cinco anos, essencial à consolidação da Democracia, temos de reconhecer que ostracizámos, em demasia, o euro-atlantismo e não soubemos integrá-lo numa estratégia nacional, por inexistente, em que este seria uma mais-valia para a Europa. Como resultado o modelo de desenvolvimento que adoptámos está esgotado; afinal, desprezámos a agricultura, abandonámos na prática a economia do mar, minimizámos a importância da diversificação da indústria transformadora e privilegiámos de forma desequilibrada infra-estruturas sem medir os seus custos – benefícios; *iludimos muitas vezes com palavras e sem acções e projectos coerentes o desenvolvimento regional e não o pensámos sob o condicionalismo da competitividade dos territórios*. Como consequência nas últimas duas décadas acentuámos as divergências do crescimento económico em relação à média dos países da União Europeia.

Impõe-se, pois, uma estratégia e um plano que permita, não apenas sair da crise mas sair com o País mais fortalecido e com a economia capaz de iniciar uma fase de um crescimento sustentado para a almejada convergência europeia, em paralelo com a retoma da economia mundial. Se não formos capazes de coordenar medidas conjunturais e medidas estruturais, cometeremos o erro imperdoável de manter o “*status quo*”, condenado ao insucesso. É pois, igualmente, decisivo que as medidas conjunturais se enquadrem numa perspectiva de médio e longo prazo.

Mas, repita-se: *neste desafio, quase de identidade nacional, um Plano de Acção só terá êxito se os seus objectivos forem compreendidos pelos cidadãos e assentarem numa ética de responsabilidade individual e institucional, na confiança na isenção e temporalidade da justiça, no combate, sem tréguas, à corrupção activa e passiva e, num sistema salarial, premiando o trabalho e o mérito.*

É neste contexto que somos levados a questionar a configuração do Estado, o seu papel na criação de riqueza, a sua missão, capacidade e funções, a forma como as exerce e, naturalmente, os quadros de regulação de actividades financeiras e económicas, convergindo para um ambiente de confiança nas políticas públicas e em estratégias empresariais, conducentes a um crescimento da riqueza numa plataforma de desenvolvimento sustentável. É urgente repensar o Estado, e não modernizar o inútil, eliminando políticas horizontais redutoras que o enfraquecem sem remédio, em áreas essenciais. Esse designio nacional significa, também, desenvolver políticas de fomento da natalidade e migratórias, políticas de diferenciação da função social e valorização individual, de empregabilidade e de emprego, em que o modelo económico da globalização associe a opção europeia ao euro-atlantismo e, em particular, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas, qualquer que seja a definição das funções do Estado importa dar predomínio à qualidade e à excelência, decisiva numa articulação saudável do Estado com o cidadão. Como ideia-chave devemos, sem demora, rever os fundamentos da Administração Pública e das Empresas Públicas, abandonando as nomeações dos principais dirigentes por critérios de partidário ideológico e tornando-a símbolo da competência e da modernidade.

Por sua vez a ética no domínio privado deve traduzir a expressão nobre da civilidade e ser determinante na participação dos cidadãos na construção de um modelo social de desenvolvimento que tem por finalidade última, a qualidade de vida e a felicidade humana.

Ao fazer-se este breve balanço a conclusão mais importante a retirar é a de que a visão estratégica da Carta Magna da Competitividade, permanece válida e mantém viva a ambição de *fazer de Portugal até 2020, “um dos dez países mais desenvolvidos e atractivos da União Europeia”*. A crise alimenta a esperança.

2. OPÇÃO EUROPEIA E ESTRATÉGIA EURO-ATLÂNTICA

Como já referimos no estudo *“Opções Estratégicas e Projectos Estruturantes para um Crescimento Sustentado”* o modelo de desenvolvimento de Portugal deve ser drasticamente revisto. A crise pôs em evidência que era necessário aprofundar as oportunidades e os constrangimentos derivados da globalização e equacionar um equilíbrio criativo entre esta e uma economia de proximidade mais competitiva e de melhor qualidade. Para além de tudo, impõe-se complementar a opção europeia com uma visão euro-atlântica, a qual é uma mais-valia para a União Europeia. Nessa perspectiva devemos repensar o conceito periférico de Portugal na União Europeia dos 27 introduzindo o conceito de centralismo geográfico e logístico, inerente ao euro-atlantismo.

No documento *“Opções Estratégicas e Projectos Estruturantes para um Crescimento Sustentado”*, ao desenvolver-se a estratégia euro-atlântica, realça-se que ela representa não só uma mais-valia do nosso País para a União Europeia dos 27, mas também abre oportunidades singulares para o fortalecimento do Atlântico face ao Índico e ao Pacífico. Vai-se ao encontro do explosivo desenvolvimento da China, da Índia a que se junta o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia e a Indonésia; fortalecem-se novos mercados associando os pólos vigorosos de atracção das economias dos EUA e Canadá e, bem assim, da América Central e sobretudo da América Latina.

Este é, sem dúvida, o desafio dos desafios para Portugal, a contribuir para que no mundo multipolar a União Europeia possa emergir como potência económica de primeira grandeza e não mergulhe em contradições que a reduzam a um papel secundário. Os entendimentos geo-estratégicos com a Rússia e o Médio Oriente são essenciais para a nova configuração mundial que se avizinha.

É neste quadro que, conforme refere Jacques Attali no seu livro *Breve História do Futuro – A Incrível História dos Próximos Anos*, Portugal tem de assumir uma visão estratégica que potencie a sua posição privilegiada de se encontrar no cruzamento da América, da África e da Europa.

O valor dessa posição de Portugal pode sintetizar-se do seguinte modo:

- a) Integrante da comunidade de Nações do Atlântico Norte, com fortes ligações ao Atlântico Sul com potencialidades significativas nas bacias energéticas, na produção alimentar e nos biocombustíveis;
- b) Beneficiário do privilégio de ser um entreposto natural entre as economias emergentes da Ásia e a Europa - Portugal é não só uma via do caminho tradicional Índico-Mediterrâneo, mas também do Pacífico à Europa, mercê da ampliação do canal do Panamá;
- c) Promotor de uma parceria real entre os países da CPLP, localizados em posições estratégicas de relevo e detentores de potencialidades significativas na produção de bens transaccionáveis.

Ao perspectivar-se o futuro podemos afirmar que esta dimensão atlântica poderá atingir uma dimensão até agora impensável se a economia deste espaço for incentivada pelo abatimento generalizado das barreiras alfandegárias entre as Américas, a Europa e a África.

É neste contexto que assume importância vital a análise das potencialidades das *Mega-Regiões do Mundo*, segundo o conceito de *Richard Florida*, seleccionadas em função de indicadores que caracterizam o que designa por **Europa na Idade Criativa**.

Entre as 40 Mega-Regiões existentes no Mundo, Richard Florida inclui a que designa por "*Mega Região de Lisboa*" e que se estende de Setúbal à Corunha e que nós, propomos seja referenciada como *Mega Região Europeia do Atlântico Norte*, abrangendo a *fachada atlântica*, desde o Algarve à Corunha. As potencialidades da *Mega-Região de Lisboa* analisadas por Richard Florida colocaram-na em 33º lugar de entre as quarenta mais significativas, à frente da *Mega-Região de Madrid* e, logo atrás, de *Barcelona-Lyon*.

Porém esta visão estratégica exige ser traduzida em programas e projectos concretos, coordenados e devidamente articulados. Em particular os investimentos a realizar têm de obedecer a critérios que não são os de dar resposta ao aperfeiçoamento do modelo actual mas antes à concepção de um novo modelo de desenvolvimento, para o que os governos em estreita ligação com os empresários têm de procurar parceiros internacionais.

Tudo isto significa que é imperativo pensar o futuro através de um programa integrado e coordenado para a conectividade de passageiros e carga estruturando um forte e compreensiva interconexão entre transportes marítimos e aéreos, aeroportos e portos. A conectividade interna deve estar associada à conectividade internacional, com particular incidência na rede ferroviária e de transporte marítimo, rodoviário e aéreo, integrando o continente e as regiões autónomas, que podem desempenhar um papel de enorme relevância.

Para melhor compreendermos as oportunidades da *Mega-Região Europeia do Atlântico Norte* referiremos apenas que na *Mega-Região de Lisboa*, com uma população de 9,9 milhões de pessoas, são gerados mais de 80 mil milhões de euros de *Light-Based Regional Products*, integrando factores como a intensidade luminosa associada ao desenvolvimento e medida por instrumentos científicos ao longo de 24 horas, instalados em satélites; e que sobressai o número de patentes registadas e a concentração de talentos internacionalmente reconhecidos em diversas áreas de conhecimento. Nesta análise estão em causa, acima de tudo, índices de ocupações criativas das pessoas em função do emprego total, do capital humano medido pelas percentagens de qualificação académica e científica, certificadas internacionalmente e do número de investigadores e engenheiros por milhar de trabalhadores, o que constitui o chamado *euro-talent index*, ou seja, o índice do talento europeu de uma região.

Estamos, pois, perante a *Fachada Atlântica da Europa* que associa Portugal e a Galiza - tal como Barcelona e a Catalunha se associam a Lyon e aos Alpes do Reno - a qual oferece inegáveis potenciais no domínio marítimo e portuário, na área universitária e em pólos de competitividade em crescimento. Acresce que na faixa portuguesa se salientam núcleos de serviços jurídicos e financeiros, nichos de excelência nalgumas áreas de investigação e de cultura (Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Braga); empresas de vanguarda em *design*, prototipagem e engenharia de produto, moldes e ferramentas (eixo Leiria/Marinha Grande); engenharia de *software* (Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Braga); telecomunicações (Aveiro); saúde, calçado e têxtil técnico (Porto, Coimbra e

Braga); biotecnologia (Coimbra, Lisboa e Porto); de nanotecnologia (Braga); lazer e turismo (Douro, Lisboa, Coimbra, Setúbal, Alentejo e Algarve); automóvel (Aveiro, Leiria e Setúbal); de máquinas e equipamentos (Porto e Aveiro) etc. A cultura, e em particular empresas culturais associadas às novas tecnologias, emerge como área de excelência ligada ao desenvolvimento. A tudo isto adicionam-se actividades incidindo sobre alguns sectores agora emergentes como o espaço e a aeronáutica e outras relacionadas com a economia do mar, como sejam os centros náuticos, as quintas marítimas e o fomento da cadeia de valor nas pescas, o observatório do mar associado a uma "Conta Satélite", a exploração energética, o estímulo a registo de navios com bandeira portuguesa, a modernização de estaleiros navais, a valorização da costa marítima, a defesa costeira, a monitorização do litoral, a constituição de uma rede de áreas protegidas...

Ao assumir-se esta visão impõe-se implementar de forma coerente, uma virtuosa estratégia económico-territorial no domínio das acessibilidades e promover parcerias entre centros de I&D nacionais e internacionais perante as múltiplas oportunidades que o *hipercluster do mar* oferece aos investigadores.

Porém, é imperioso salientar, como condição de sucesso desta estratégia, que a organização da faixa litoral implica a dinamização de projectos de desenvolvimento associados ao interior, designadamente através da criação de pólos de competitividade regional. Por outras palavras: *é decisiva a assunção de que o desenvolvimento do interior de Portugal será tanto mais intenso quanto melhor e mais equilibrado for a sua ligação ao litoral. O diálogo nestes termos com as regiões limítrofes espanholas será, assim, mais equilibrado e mais frutífero.*

No relatório publicado em Fevereiro de 2009 pela SAER/ACL, sobre o *Hypercluster* de Economia do Mar explicita-se o caso especial da Galiza, onde se concentram empreendimentos importantes em três actividades principais: pesca e agricultura, *shipping* e construção naval e equipamento. Nesse estudo são postas em evidência novas áreas ligadas à economia do mar como a saúde e novos fármacos. Impõe-se, sem dúvida, uma iniciativa que conduza a um estudo integrado de complementaridades, de onde surgirão novas oportunidades de indústrias e serviços.

Por outras palavras, chegou o momento de se aprofundar uma visão integrada do desenvolvimento que credibilize realizações parciais, naturalmente casuísticas, de modo a que o interesse nacional seja compreensível para os cidadãos e, não seja subjugado pelos interesses individuais ou de grupos, que só são legítimos se não puserem em causa o interesse nacional. Sem essa visão global, erros irrecuperáveis acumular-se-ão inevitavelmente.

Neste quadro a conectividade internacional e interna não podem deixar de desenvolver-se em paralelo com a conectividade digital, através do reforço das ligações em telecomunicações internacionais, quer em redes de fibra óptica ou redes de satélites, permitindo uma comunicação instantânea com os EUA, a Ásia, a América Latina e a África... A generalização da banda larga e a contínua modernização de equipamento nos principais pólos de actividade do País são, pois, essenciais.

Saliente-se desde já o caso dos Oceanos com incidência nos transportes e na logística internacional, associados às virtualidades da fachada atlântica e à conectividade internacional do País; na exploração de recursos alimentares, geológicos, mineralógicos e energéticos, associada a novas tecnologias de prospecção de produção e de transformação em directa ligação com a investigação,

desenvolvimento e engenharia (I&DE) associados à exploração oceânica, à biotecnologia, a actividades de manutenção e reparação de estruturas e equipamentos e à monitorização automática dos oceanos e do espaço.

Ao privilegiar-se a competitividade e a melhoria da produtividade, globalmente baixas em termos europeus, impõem-se, ainda, medidas estruturantes que sobressaem quando se analisam as causas dessa divergência persistente face a outras economias europeias, mau grado êxitos isolados nalguns domínios. É nesses termos que as opções energéticas emergem como factores decisivos.

Em síntese podem equacionar-se cinco orientações para esse modelo de desenvolvimento de matriz euro-atlântica:

- a) Aposta na globalização como força favorável ao desenvolvimento do País, procedendo-se às reformas económicas e sociais que travem a sua competitividade e retraiam o seu potencial de inovação e criatividade; a economia de proximidade sob a hegemonia da qualidade deve estar presente nessa aposta;
- b) Preferência clara por soluções que fortaleçam a vitalidade do espaço europeu, sem formação de espaços ibéricos autonomizados em que a posição de Portugal seja estrangida pela desigualdade de forças;
- c) Visão clara e integrada das prioridades na construção, na melhoria e no aperfeiçoamento de infra-estruturas sob a égide da complementaridade entre o euro-atlantismo e a opção europeia. Isto quer dizer que as infra-estruturas nacionais devem estar articuladas, coordenadas e rentabilizadas com a conectividade internacional do País, como condição chave da competitividade futura;
- d) Aposta programada na exploração dos Oceanos e no domínio das respectivas tecnologias, como alavanca transversal de competitividade e inovação em vários horizontes temporais;
- e) Preferência sem hesitações pela exploração intensiva de contactos empresariais e científicos com as regiões mais desenvolvidas e inovadoras do espaço euro atlântico.

Ora, tudo isto significa que **as medidas conjunturais necessárias** de resposta à crise, designadamente as que respeitam à exportação, ao emprego e à inovação de produtos, não devem ser tomadas isolada e aditivamente, apenas em função de circunstâncias e de emoções. Devem antes ser enquadradas numa estratégia de futuro, em convergência com as orientações atrás mencionadas, de modo a contribuírem para a melhoria do perfil de especialização da economia portuguesa e para maximizarem a produtividade e competitividade.

3. REFORMA DO ESTADO E NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A maioria dos políticos e técnicos emite a opinião de que a economia do País sujeita inexoravelmente a processos de reestruturação, com alguns sectores e empresas a caírem e outros a nascerem, vai crescer com frustrante lentidão, prisioneira de excessivos endividamentos do Estado e das famílias, esmagada pelo peso de um sector público cada vez mais partidarizado, asfíxiador de mudanças e

incapaz das dinâmicas saudáveis do empreendedorismo. Para tal contribui, ainda, a organização e a gestão de departamentos da Administração Pública.

A Reforma do Estado, dos órgãos de administração directa, indirecta e autónoma, arrasta-se, assim, no meio de incompreensões e de falta de clareza nos objectivos a atingir.

Porém, o facto da crise ter obrigado a uma forte intervenção do Estado, designadamente no sistema financeiro e no combate ao desemprego, pôr em evidência uma questão da grande amplitude:

- Qual o papel do Estado no novo modelo de desenvolvimento?

De qualquer forma, no novo modelo de desenvolvimento emergem questões cruciais:

- Qual deverá ser o peso do Estado na economia?
- Como deverá organizar-se a sociedade civil para que as suas vozes sejam ouvidas pelo poder político?
- Qual o papel reservado aos empresários, como cidadãos e criadores de riqueza?

Qualquer reflexão sobre estas questões exige um debate sereno sobre o papel do Estado, da iniciativa privada e da sociedade em geral. A excessiva partidarização da Administração Pública e a drástica diminuição da sua capacidade de planeamento - destruídos que foram prestigiados gabinetes e organismos em diversos ministérios - determinam não só sérios prejuízos para o erário público como tornam esta temática atraente para novas ideias de governação institucional. É imperioso abrir espaços à criação de entidades independentes credíveis perante uma opinião pública sufocada e esmagada por afirmações contraditórias e, tantas vezes, antagónicas, ao sabor dos protagonistas políticos. Por outras palavras, importa que os portugueses participem cada vez mais nas decisões sobre o seu destino, com ênfase nas novas gerações, para que é crucial uma corajosa Reforma do Estado que contemple as seguintes orientações:

1. O Estado, fora do núcleo central das suas funções ligadas à soberania, deve fortalecer e melhorar a qualidade da sua actuação na regulamentação, regulação e fiscalização da actividade dos agentes privados; a sua intervenção perante falhas de mercado ou de resposta da sociedade civil, que o obriguem a intervir como agente de oferta deve ser sempre, fundamentada, clara e transparente;
2. O Governo deve dar prioridade máxima a medidas que apontem no sentido da redução dos custos de instalação e de funcionamento das empresas, o que implica uma aposta permanente na qualidade do desempenho da Administração e uma limpa intervenção do Estado na economia enquanto fornecedor de bens públicos e regulador dos mercados; os custos de contexto devem favorecer a competitividade das empresas exportadoras de bens transaccionáveis. É intolerável a existência de uma economia de bens não transaccionáveis próspera, protegida pelo Estado, prejudicial à economia de bens transaccionáveis, essenciais à exportação.
3. A Administração Pública deve conjugar a **descentralização** com a **desconcentração** para garantir eficácia, ao mesmo tempo que deve assegurar transparência, respeito pelo cidadão, independência, rigor e prontidão de resposta; a descentralização deve ser efectivamente prosseguida, segundo o princípio da subsidiariedade;

4. A Administração Pública (tal como a actividade privada) deve ser sinónimo de dirigentes competentes, com elevada qualificação profissional. Por isso, na quase totalidade dos casos, não faz sentido a legislação e as práticas que identificam períodos de mandato dos dirigentes da Administração Pública com períodos de governação. Trata-se, aliás, de um retrocesso recente que conduziu a uma nefasta partidarização da função pública, com efeitos devastadores na autoridade e na isenção do Estado;
5. A Administração Pública deve retomar caminhos de excelência. Isso significa que ao "emagrecer" deve adoptar os cuidados necessários para que o Estado não seja "obrigado" a recorrer a entidades privadas de consultoria e de planeamento, nacionais e internacionais, por parte de capacidade nacional. Como resultado são despendidas verbas exorbitantes em estudos e projectos, que foram apanágio de competência da Administração portuguesa, servida por personalidades de reconhecido prestígio nacional e internacional, nos domínios financeiro, económico, científico e cultural. Afinal, alguns mecanismos actuais são enganadores, porquanto diminuem apenas ficticiamente as despesas do Orçamento do Estado com pessoal, aumentando as dotações em *aquisições de serviços*, umas vezes pagas pelo Estado outras vezes por empresas públicas ou parcerias público-privadas, ao seu serviço.
6. A criação de um equilíbrio criativo entre o mercado e a democracia, deve permitir que as decisões políticas, assentes na legalidade democrática, fortaleçam a ética, a coesão e a responsabilidade social. Afinal, todos estes desafios inerentes a uma Reforma do Estado e da Administração Pública, obrigam, a reflectir sobre a diversidade das suas funções e a tratar os diversos universos de actividade de acordo com a sua natureza específica, a que correspondem indicadores de qualidade diferenciados.

Por isso mesmo e para que a credibilidade dos governos não seja posta em causa as *avaliações do desempenho das pessoas e das instituições devem ser levadas a cabo por entidades externas independentes, sem prejuízo de necessárias e frutuosas auto-avaliações. As decisões governativas devem basear-se em avaliações credíveis.*

PLANO DE ACÇÃO

1. DESAFIOS PARA UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O novo modelo de desenvolvimento, ao contrário do modelo em vigor, deve ser capaz de:

- Gerar, com naturalidade, *incentivos à qualificação do capital humano*, visualizando como objectivo constante, a excelência e o empreendedorismo, factores chave da mobilidade social;
- Facilitar modelos de organização empresarial com flexibilidade face às mudanças, minimizando os custos de adaptação e de contexto, através de mecanismos de regulação da economia e de políticas públicas harmonizadas com as estratégias empresariais;
- Fazer convergir para a inovação na indústria e nos serviços um volume significativo de recursos financeiros, evitando graves distorções na sua canalização para áreas de actividade de menor risco, como por exemplo as ligadas à captação da renda fundiária e as que têm procura previsível e fraca concorrência;
- Impulsionar o Estado para modelos de fiscalidade que conduzam a uma maior criação de riqueza, incentivando as empresas à competitividade internacional, abrindo o emprego a profissões de mais elevada qualificação e aumentando a atractividade para o investimento estrangeiro;
- Calendarizar projectos infra-estruturais, de acordo com critérios transparentes de programação de investimentos públicos e privados que contribuam para a elevação do potencial de crescimento da economia; tornar claras, transparentes e acessíveis à opinião pública as conclusões de estudos prospectivos sobre os custos e benefícios de cada um dos projectos;

Combater a pobreza através da acumulação de capital humano, da dinâmica de criação de emprego e da concentração de medidas de protecção social de iniciativa estatal nas camadas da população que pela sua idade ou pela condição de saúde em que se encontram não podem participar no mercado de trabalho

2. REFORMAS ESTRUTURAIS – CONDIÇÃO PARA UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Em síntese importa equacionar um plano e programas de acção, o qual necessariamente contempla reformas estruturais. O **Plano de Acção**, a ser completado com novas ideias, deve conter, entre outros, os seguintes programas:

A crise global pôs em evidência a necessidade de as reformas estruturais abrangerem quase todos os sectores de actividade da sociedade portuguesa. Essas reformas devem ser orientadas por quatro princípios complementares:

- preservar e fortalecer o que tem revelado sucesso;
- proceder com decisão a mudanças com objectivos claros e transparentes;
- privilegiar o diálogo, sem prejuízo da decisão oportuna e fundamentada;

- mobilizar as pessoas, incentivando a dignidade do trabalho e valorizando o mérito;
- avaliar os resultados, através de entidades independentes credíveis.

Sem prejuízo de outros contributos, este documento desenvolve temas que consideramos centrais para um futuro Plano de Acção, privilegiando medidas essenciais que possibilitem uma trajectória de crescimento sustentado para o nosso País, à medida que a crise se for dissipando.

Neste documento, consideram-se reformas estruturais básicas as que criam melhores condições para a actividade empresarial e para a competitividade das empresas e as que contribuam para uma mudança no sistema de incentivos que oriente as escolhas da sociedade num sentido que valorize o conhecimento, a poupança, a iniciativa e a prevenção.

Integram-se neste âmbito: um sistema financeiro para o desenvolvimento; uma fiscalidade que contribua para a criação de riqueza; um novo enquadramento para o sector imobiliário, como condição de competitividade e sustentabilidade; uma redução drástica dos défices das empresas públicas pela privatização e competição nos serviços de mobilidade; uma dinâmica do mercado de trabalho e consequentes exigências de qualificação; a ética pública e as responsabilidades sociais do Estado e das Empresas; uma justiça para o progresso de uma Nação; uma Reforma do Estado ao serviço do cidadão e da criação; e a despartidarização da Administração Pública.

2.1. Sistema financeiro para o desenvolvimento

A crise revelou as forças e as fraquezas dos sistemas financeiros nos diversos países. A falta de uma regulação rigorosa permitiu a existência de *“buracos negros”*, que corroeram a confiança dos cidadãos, perplexos pelo desmoronar de entidades nas quais se depositava uma confiança *“quase ilimitada”*. Não é fácil apontar mudanças sem colocar algumas alternativas para discussão.

Para isso sugerimos possíveis configurações futuras do Sistema Financeiro com a finalidade comum de se orientar estrategicamente o crédito em articulação com o empreendedorismo privado, para a finalidade primeira do desenvolvimento do País: a competitividade empresarial. Essa é a condição *“sine qua non”* do relançamento da economia portuguesa e da nossa inserção na zona euro.

Nestes termos, e de imediato, qualquer abordagem ao financiamento das empresas deve ter em consideração duas realidades: a reestruturação e redimensionamento do tecido empresarial e a criação de novas empresas. Refira-se que a primeira exige mecanismos integrados e coordenados para o reforço dos seus capitais próprios, para a adequação de qualificação dos recursos humanos e para a acessibilidade das empresas a novas tecnologias e mercados.

Neste contexto impõe-se:

- Acelerar a reestruturação do sistema financeiro actual, reforçando o papel do mercado de capitais, dos investidores institucionais – fundos de pensões e companhias de seguros - e dos fundos de investimento e fundos de capital de risco – e apostando na inovação em termos de instrumentos de financiamento, que assegurem uma variedade de horizontes temporais na tomada de decisão de investimentos a realizar pelo sector privado, sendo decisivo assegurar simultaneamente uma regulação visível, eficaz e responsabilizante;
- Fortalecer a área do financiamento do investimento e da inovação, ou sob a forma de uma nova instituição participada pelo Estado e por bancos privados, ou sob a forma de uma profunda

transformação da actuação da CGD enquanto banco público, menos orientado no futuro para o sector imobiliário e da construção e mais apostado na dinamização do sector exportador.

- Incentivar a criação de entidades de capital de risco, associadas ao sistema bancário ou de iniciativa de *pools* privadas de capital
- Dinamizar e agilizar os mecanismos de partilha de riscos existentes no sistema financeiro, como factores que devam facilitar o acesso a financiamento para a inovação por parte das **empresas e dos empreendedores nacionais**. Em particular deve intensificar-se a utilização do sistema de garantia mútua como forma de alavanca para relevantes linhas de crédito de apoio ao investimento e à tesouraria das PME; devem estimular-se os mecanismos de capital de risco e de capital semente normalmente dinamizadores de novos empreendimentos em áreas tecnológicas e de elevado risco; e devem ser criados estímulos fiscais para a obtenção do apoio de *Business Angels* a esses projectos;
- Atribuir no sistema financeiro um papel chave aos investidores institucionais - fundos de pensões privados e fundo de capitalização da segurança social – nomeadamente no que respeita ao financiamento das infra-estruturas que ofereçam condições de rentabilidade, reduzindo as necessidades de investimento público;

2.2. Fiscalidade como contribuinte da criação de riqueza

É decisivo encarar uma nova visão da fiscalidade, não apenas a carga fiscal, mas também a fiabilidade e transparência da actuação das autoridades tributárias, como factores que pesam nas decisões de investimento (tanto interno como externo) e respectiva localização, bem como na competitividade das empresas. *Pretende-se, acima de tudo, integrar uma redução da carga fiscal sobre empresas e investidores numa revisão mais geral do sistema fiscal português, que lhe aumente a eficiência, a simplicidade e a previsibilidade.*

Nesta nova visão da fiscalidade poder-se-ia:

- Reduzir a carga fiscal sobre as empresas e os investidores, o que se poderia traduzir pela supressão de qualquer tributação sobre os lucros reinvestidos pelas empresas ou utilizados em operações de fusões & aquisições e pela não tributação dos ganhos de capital em operações de bolsa, incentivando o desenvolvimento do mercado de capitais; esta redução de carga fiscal deverá integrar-se numa revisão mais geral do sistema fiscal português que lhe aumente a eficiência, a simplicidade e a previsibilidade; tornando também a fiscalidade mais favorável ao financiamento das empresas por parte dos sócios;
- Modificar a tributação dos rendimentos do trabalho que não penalize as qualificações e as competências, o que significa suprimir a progressividade e caminhar para uma *flat tax* no que respeita a esses rendimentos;
- Alterar o regime tributário dos bancos e instituições financeiras, em contrapartida da criação de mecanismos obrigatórios de contribuição dos bancos para fundo(s) de garantia que permita(m) melhor gerir os riscos de crédito em fases recessivas, fundo(s) com gestão privada inter bancária.

2.3. Novo enquadramento para o sector imobiliário

A dinamização do potencial de inovação e de exportação na economia portuguesa exigem uma aposta clara em actividades mais expostas à concorrência internacional, mais exigentes em termos de gestão do risco e com maior papel da inovação tecnológica e organizativa em detrimento das actividades que, de uma maneira ou de outra, estão centradas na captação e capitalização da renda fundiária urbana. Exige-se, pois, um novo enquadramento económico-financeiro para o sector mobiliário.

Por isso impõe-se um modelo integrado de investimento com novo enquadramento regulamentar, fiscal e financeiro tendo em vista as referidas actividades, o que exige nomeadamente

- Criar um novo enquadramento fiscal do conjunto das actividades imobiliárias envolvendo maiores níveis elevados de tributação para as mais valias na passagem de terrenos de uso agrícola para uso urbano ou turístico ou de terrenos beneficiados por investimentos infra-estruturais em acessibilidades e ambiente; deve ser evidenciado que sem esta reforma será impossível reduzir a carga fiscal sobre as actividades orientadas para a produção de bens e de serviços transaccionáveis;
- Proceder à urgente revisão do modelo de financiamento autárquico por forma a reduzir o papel da edificação do território como principal fonte de receitas das autarquias e a criar incentivos a uma gestão mais sustentável dos territórios;
- Pôr fim ao actual regime de loteamento que promove a fragmentação do território e a urbanização extensiva, permitindo uma evolução para uma urbanização planeada de grandes superfícies, e activando o mercado de transacção de propriedade fundiária urbana;
- Proceder à criação de um mercado de transacção de direitos de construção, através do qual os proprietários impossibilitados de urbanizar terrenos por razões de preferências da sociedade (casos da REN e RAN) possam trocar terrenos com promotores imobiliários que para poderem construir grandes urbanizações tenham de assumir, por legislação a criar, responsabilidade pela valorização de terrenos não urbanizáveis;

2.4. Redução dos défices das empresas Públicas na área da mobilidade

As empresas públicas na área da mobilidade – REFER, CP, Metropolitano de Lisboa, CARRIS e STC - são responsáveis por prejuízos crónicos em parte justificados pela natureza de serviço público e por níveis de dívida insustentáveis. Considera-se necessário proceder com urgência à mudança da organização actual, encaminhando-se para outra com as seguintes características:

- Atribuir a responsabilidade pela concepção e execução da rede de transporte ferroviário do País a uma empresa com capitais públicos, como a REFER;
- Proceder a uma privatização calendarizada do transporte ferroviário de passageiros e mercadorias cuja exploração sobre as infra-estruturas disponibilizadas pela empresa anterior deverá ser realizada por operadores multimodais. Estes devem ser capazes de articular os *modos* ferroviário, rodoviário e individual no caso dos passageiros e os *modos* ferroviário/

rodoviário no caso de mercadorias; garantir a alocação de “espaço de circulação” na rede ferroviária e a definição das responsabilidades dos operadores por parte de um regulador independente dos transportes terrestres;

- Revisão geral do regime de serviço de transporte urbano e metropolitano de passageiros, abrindo-o a operadores privados que actuem em todo o espaço metropolitano sem concessão monopolista de áreas de serviço e que sejam de preferência multi-modais;
- Transferir a propriedade e a gestão dos metropolitano de Lisboa e Porto para sociedades em que as autarquias sejam accionistas cujo plano de expansão seja definido no quadro das áreas metropolitanas

2.5. Dinâmica do mercado do trabalho

O mercado de trabalho organiza de forma descentralizada empregadores e trabalhadores, sendo as remunerações não apenas a expressão de um equilíbrio entre oferta e procura, através da remuneração das características produtivas dos trabalhadores, mas incluindo um factor de motivação dos trabalhadores para o processo de acumulação de capital humano, chave para o acréscimo de produtividade da economia.

Em Portugal o funcionamento do mercado de trabalho - em termos das remunerações que gera e das motivações que produz - é afectado por um conjunto de factores adversos: baixo crescimento económico, baixo nível médio de escolarização por parte da população em idade activa, envelhecimento populacional, estrutura produtiva em acelerada mudança, gerando desemprego difícil de reabsorver etc.

As reformas do mercado de trabalho deverão evoluir numa direcção em que se permita maior flexibilidade, sem comprometer os incentivos à qualificação de “capital humano”, considerando-se como cruciais:

- Inovar nos mecanismos de flexibilização do funcionamento do mercado de trabalho, visando proporcionar condições para a criação de emprego, com ênfase em novas empresas e na reestruturação e modernização das que apresentem índices de competitividade crescentes; trata-se não só da optimização dos recursos disponíveis mas, também, da possibilidade de os utilizar racionalmente;
- Introduzir nos sistemas de remuneração uma componente associada aos resultados da empresas e ao esforço de formação e produtividade dos trabalhadores; uma atenção particular merecem os jovens e os idosos;
- Procurar uma maior diversidade de padrões de envolvimento no mercado de trabalho – traduzidos em distintas modalidades contratuais - revendo a legislação para que esta não coloque em concorrência tipos de contratos de natureza distinta;
- Revigorar a contratação a termo enquanto instrumento fundamental, que permite às empresas enfrentarem necessidades temporárias cada vez mais frequentes no contexto da economia global e, muitas vezes, ultrapassarem com sucesso os ciclos económicos recessivos que regularmente se têm registado;

- Caminhar para um sistema de subsídio de desemprego que potencie o efeito rendimento que o sistema pode ter sobre os desempregados com restrições de liquidez, em vez das baixas taxas de substituição do rendimento actuais;
- Caminhar para uma nova abordagem do subsídio de desemprego que permita transformar as interrupções no vínculo laboral em oportunidades remuneradas de formação, bem como a eventual criação no futuro de um “seguro de carreira” que permita gerir as actividades de formação numa base independente do financiamento público.
- Criar condições que permitam ao mercado de trabalho remunerar de forma eficiente os méritos dos trabalhadores e empresas, sem o que os investimentos em educação ficarão irremediavelmente abaixo do desejável para o conjunto da economia

2.6. Ética pública e as responsabilidades sociais do estado e das empresas

A crise global e as suas consequências exigem que se caminhe para uma mudança estrutural nas responsabilidades sociais do Estado, de forma a assegurar o acesso universal a um conjunto de serviços sociais, nomeadamente a educação e formação, a saúde e as pensões, considerados chave pela sociedade portuguesa na defesa da dignidade da pessoa humana. Porém a crise exige igualmente que se criem condições de concorrência na oferta desses serviços, de forma a aumentar eficácia e eficiência na sua prestação e a equilibrar o envolvimento do Estado, na sua oferta directa, com a do sector privado. Nesse âmbito salienta-se:

- Reforçar o pilar em capitalização do sistema de pensões, permitindo que os fundos de pensões tenham um papel chave no financiamento futuro das infra-estruturas com gestão empresarial e uma maior articulação com outras formas de poupança que decorrem na lógica do “ciclo de vida” (vd. aquisição de residência);
- Assegurar com urgência uma separação completa do financiamento das pensões das intervenções de protecção social que devem ser integralmente suportadas pelo Orçamento do Estado e separadas do regime de pensões;

2.7. Justiça para o progresso de uma nação

Em paralelo com a crise, a Justiça passou a ter um enorme impacto em tempos da comunicação social e da opinião pública, tendo dado origem a contínuos e até contraditórios pronunciamentos de entidades responsáveis. Nalguns casos põem-se, mesmo, em evidência acontecimentos incompreensíveis e, mesmo, atentatórios da dignidade do Estado e do Cidadão.

No fundo de todos os problemas estão em causa a melhoria urgente do sistema de Justiça e os recursos disponíveis para o seu exercício atempado, garantindo-se níveis mais elevados de celeridade e eficácia.

No caso da economia real a dinâmica da justiça deve acompanhar a dinâmica empresarial para vencer a crise, contribuir para se atingirem patamares de convergência europeia e, bem assim, para o aumento da atractividade para o investimento estrangeiro. Seria trágico que a Justiça possa ser vista como adversária do progresso. É urgente compreender que quem não toma decisões a tempo está perdido.

Por tudo isto consideram-se prioritárias:

- Intensificar a reorganização do sistema judiciário, no sentido de proporcionar um aumento fundamentado e facilitar uma distribuição mais racional dos meios existentes;
- Proceder a uma maior desjudicialização da conflitualidade, não pondo em causa as garantias das partes, mas retirando aos tribunais a litigância de massa;
- Eliminar os formalismos inúteis e as práticas burocratizadas geradoras de morosidade, gastos avultados e ineficiências desnecessárias; impõe-se, acima de tudo, uma cultura de responsabilização, disciplina e cumprimento dos prazos;
- Intervir, com urgência, na área das falências das empresas garantindo, uma maior celeridade nos processos e uma particular atenção ao processo executivo, domínio em que é necessário continuar a eliminar inúmeros e pesados constrangimentos.

3. OPÇÕES PARA A CONCRETIZAÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

3.1. Opção de base - capital humano

3.1.1. A qualificação dos recursos humanos – questão chave do desenvolvimento

A natureza, a qualidade e a estrutura da qualificação dos recursos humanos para a competitividade de Portugal entre as Nações são decisivos para o futuro do País e, em particular, para as empresas dinamizarem em “continuum” as inovações dos seus produtos, processos, organização e marketing. A qualificação profissional alimenta a produtividade, a criatividade e a capacidade de mudança.

A questão crucial da educação e formação no nosso País reside na qualidade do ensino e da aprendizagem, com efeitos na sua credibilidade social e, consequentemente, no valor académico e social atribuído aos diplomas, aos títulos profissionais e às suas certificações. No caso português impõe-se eliminar de uma vez por todas as suspeitas que recaem sobre juízos de valor, aliás contraditórios, relativos a resultados e indicadores proclamados pelo poder político, por organizações académicas e profissionais e, pela sociedade civil em geral. Como consequência acentuam-se perigosamente as polémicas sobre suspeitas de “engenharia estatística”, sobre imagens negativas de percursos escolares, o que acaba por destruir a igualdade de oportunidades, assente no **trabalho** e no **mérito** dos alunos. Os mecanismos diversificados e inovadores de apoio a alunos desprotegidos e de combate ao abandono escolar são essenciais, mas não podem ser confundidos por tolerâncias e diminuições de nível na avaliação dos conhecimentos e dar origem a insólitas eliminações de exames imprescindíveis. O abandono escolar não pode ser adiado para uma quase-impossível inserção do cidadão na sociedade. É que o facilitismo degradante será sempre prejudicial ao futuro dos jovens e é um poderoso instrumento de estratificação social.

Em síntese, o abandono escolar não se diminui por decreto, nem pela criação de vias educativas com “*status social*” inferior. O combate ao abandono escolar exige novas metodologias, apoios multi-disciplinares nas escolas e um ensino tutorial organizado, enfim uma escola nova.

Registe-se que o maior desafio que o ensino em Portugal enfrenta continua a ser o do desenvolvimento de uma cultura científica baseada no rigor e no trabalho exigente. A literacia da matemática e do português estão na essência dessa cultura, que deve alastrar por toda a sociedade, num quadro de ensino e aprendizagem ao longo da vida. O culto da observação científica e a assunção da Natureza como laboratório de excelência a estudar e preservar, impulsiona uma base cultural no desenvolvimento e pode ser determinante para se atingirem indicadores de qualidade a nível europeu e internacional.

3.1.2. Inserção da escola no desenvolvimento

A Escola deve criar condições para dar relevo às potencialidades da pessoa humana, o que determina uma maior flexibilidade na sua organização, um elevado grau de autonomia e uma cultura de civilidade, extensível à comunidade a nível local, regional, nacional ou internacional.

Esta orientação obriga a um urgente debate nacional sobre a qualificação dos portugueses, a qual para além do culto do saber pelo saber, necessita de atender às perspectivas do desenvolvimento do País e, por isso, às necessidades determinadas pelo modelo de desenvolvimento que se pretende construir. Está em causa não só a natureza das qualificações a incentivar mas também as consequências para a Escola-Universidade de uma visão europeísta associada ao euro-atlântismo. Está em causa a análise da evolução demográfica e da distribuição da população portuguesa; e as consequências das políticas públicas e estratégicas empresariais que têm dominado o País e o arrastam para uma previsível e excessiva concentração da população na Grande Lisboa e no Grande Porto, tornando irremediável a desertificação do resto do País, com a sobrevivência de algumas cidades médias. Impõe-se uma reflexão sobre o significado do desenvolvimento regional, sobre o papel que as instituições do saber desempenham neste desafio e sobre a rede de educação e formação ao longo da vida a fortalecer no País, abrangendo o litoral e o interior e utilizando com inteligência as novas tecnologias e metodologias.

Com atenção a este quadro sublinham-se as seguintes vias:

- Avançar para um contrato entre o Estado e as famílias em torno do financiamento público da educação, sujeito a prova de resultados; redefinir o papel do Estado e do sector privado; dignificar a escola pública e apoiar, em complementaridade criativa a escola privada;
- Proceder no sector público à racionalização das redes de escolas, institutos e universidades, com consequências directas no número e natureza de cursos, aprovando incentivos visíveis para fusões, alianças estratégicas, consórcios e extinções; apoiar programas similares para o sector privado;
- Analisar em profundidade a problemática da formação de professores, adoptando programas curriculares mais adequados à evolução científica, tecnológica e cultural e *preparando-os psicológica, pedagógica e cientificamente para educar alunos, que adquirem mais de dois terços dos seus conhecimentos fora do âmbito escolar*; atrair os professores para esta mudança considerada decisiva para o sucesso da Escola/Universidade; promover a abertura de cursos intensivos gratuitos para a reconversão; actualização e aperfeiçoamento dos seus conhecimentos;
- Repensar o modelo de governação e organização da educação e formação; analisar a possibilidade de integrar num só Departamento do Estado a tutela da educação, formação e ensino superior,

diminuindo o peso excessivo da Administração Central e, dando maior conteúdo à autonomização da Escola/Universidade. O poder político deve concentrar-se essencialmente nas funções de estratégia e planeamento educativos, que dêem visibilidade à educação e formação ao longo da vida e que a relacionem com a cultura, a civilidade e o desenvolvimento.

3.1.3. Frentes prioritárias de acção para a valorização do capital humano

A valorização do capital humano no nosso País, face à situação actual, exige que se actue simultaneamente nas seguintes frentes:

- A qualificação inicial, começando pela educação pré-escolar deve tornar-se obrigatória e gratuita, dos três aos seis anos de idade até 2012; a gratuitidade implica alimentação, livros e equipamento escolar e transporte gratuito. Para esse fim devem fortalecer-se, os contratos-programa entre o Estado e a Sociedade Civil.

O País nunca atingirá níveis de desenvolvimento comparáveis aos dos países mais desenvolvidos se a educação pré-escolar não cobrir a totalidade das crianças portuguesas garantindo-lhes alimentação saudável e transporte escolar. Portugal perderá a alta velocidade do desenvolvimento se não resolver o problema insólito de uma Democracia consolidada mais de um quinto da sua população viver na pobreza e na ignorância.

O elevado nível de desemprego torna este problema ainda mais agudo com gravíssimas consequências para as crianças.

- A organização da escolaridade obrigatória de doze anos deve merecer o maior e decidido apoio dos empresários. Ao contrário de certas afirmações voluntaristas a rede das escolas portuguesas não está preparada para corresponder com qualidade a esta expansão. Impõe-se, por isso uma programação fundamentada e diversificada, que tenha em atenção o desenvolvimento e as potencialidades das regiões;
- A redução acelerada e drástica do abandono escolar precoce que deve merecer particular atenção, deve basear-se em acções concertadas entre os vários actores educativos institucionais e na diversificação de percursos e ofertas formativas alternativas, numa visão do universo do trabalho do futuro; nenhuma via deve ser considerada como de “*classe inferior*”;
- O estímulo ao espírito de empreendedorismo, a capacidade de iniciativa e de organização, ao gosto pela assumpção de risco e responsabilidades, à orientação para a acção. As respostas a estas questões devem estar presentes desde a educação pré-escolar;
- A importância prioritária nomeadamente para as PME recairá seguramente na formação de técnicos intermédios, através da sua formação científica e consequentemente da valorização do ensino tecnológico e profissional ao nível secundário e pós-secundário. Para tal, importa aumentar e qualificar a oferta de cursos técnico-profissionais, dotando as escolas de recursos humanos competentes e meios físicos actualizados, estabelecendo parcerias diversas com envolventes locais, regionais e/ou de âmbito empresarial;
- O investimento na formação de recursos humanos deverá combinar três componentes: uma componente maioritária de formação específica orientada pelas necessidades da procura

- ou seja das empresas existentes *ou* que pretendam instalar-se em Portugal; uma outra abrangendo a formação especialmente dirigida aos jovens desempregados ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho privilegiando competências horizontais, de diverso grau de complexidade, associadas à digitalização da actividade económica e social; e finalmente outra componente menos focalizada, mas destinada a permitir uma elevação dos níveis de escolaridade da população adulta, em associação com a aquisição de novas competências;
- No que respeita à formação profissional, a dupla função de regulador e operador assumida pelo Estado tem conduzido a uma distribuição desigual do financiamento entre entidades públicas e privadas, em desfavor destas últimas. O Estado deve apostar fortemente nas iniciativas da sociedade civil e, sobretudo nas parcerias entre associações empresariais, autarquias e outras instituições de proximidade, atentas às diferentes dinâmicas de desenvolvimento, e capazes de adequar as ofertas a essas dinâmicas. É urgente credibilizar as “novas oportunidades” eliminando o facilitismo invasor, que prejudica os que trabalham e concluem a sua qualificação com mérito. Impõe-se uma avaliação independente;
- Na oferta do ensino superior exigem-se medidas que tenham em conta necessidades actuais e prospectivas do mercado, cabendo ao Estado, na sua função de regulador do sistema, o papel essencial de alertar, em ligação com as empresas e outras instituições, para situações de excesso ou escassez na oferta de determinados cursos, numa visão prospectiva.

A implementação do processo de Bolonha merece cuidadoso acompanhamento porquanto não se pode confinar à adequação curricular dos ciclos de estudo, com o cumprimento estritamente formal dos planos curriculares nos Diários da República.

A verdade é que se torna urgente aprovar novos regimes de contratação e de carreiras dos docentes e proceder a um debate alargado, com a participação da sociedade civil e da comunidade empresarial, em particular, sobre o nível de empregabilidade dos detentores do primeiro ciclo de estudos superiores, um vazio inexplicável. Em simultâneo, compete ao Governo elaborar estudos sobre as necessidades actuais e prospectivas do mercado de trabalho e sobre a definição de um Quadro Nacional de Referência de Qualificações, adequado ao ensino e aprendizagem longo da vida. Sem preencher estes requisitos não haverá convergência efectiva com o espírito de Bolonha.

Acresce que a credibilidade dos ECTS (European Credit Transfer System) está fortemente ligada a uma real implementação do ensino tutorial e, ao acompanhamento e crítica dos trabalhos dos alunos por professores com disponibilidade assegurada. A situação na maior parte das instituições de ensino superior portuguesas está muito longe de ser considerada satisfatória. Devem ser publicados indicadores relativos à relação professor/aluno para cada curso e para cada disciplina.

A adopção no nosso País, ao contrário de Espanha, de um primeiro ciclo com três anos, sem uma programação rigorosa de um investimento inicial, aliviou as finanças públicas, mas veio pôr em causa o ensino de qualidade por falta de rácios professor/aluno adequados, com consequências para a valorização e para o reconhecimento nacional, europeu e internacional dos graus, diplomas e títulos. As reacções sobre esta matéria das Ordens Profissionais são eloquentes e devem ser analisadas com justiça e no respeito pelo prestígio das profissões.

Por outro lado, as elevadas propinas em mestrados, sem medidas de acção social com a amplitude necessária, põem em causa a igualdade de oportunidades e a selecção dos estudantes pelo mérito.

Tudo isto vem dar razão à urgência em dinamizar o processo de avaliação da qualidade dos cursos, das instituições e dos professores, não sendo compreensível a interrupção do processo anterior, dinamizado por governos sucessivos entre 1994 e 2005 e abrupta e levianamente interrompido, sem ter sido posta em vigor, atempadamente, qualquer alternativa. A rutura com o modelo anterior, mau grado as suas notórias deficiências, muitas delas em processo de correcção não se adequa ao reformismo de sucesso. A Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior só iniciou os seus trabalhos no ano lectivo 2010-2011, apesar de estar prevista desde 2002. Entretanto, restringindo-se por enquanto acreditação dos cursos, as dúvidas sobre a qualidade dos cursos agravaram-se nos últimos anos. O parecer elaborado pelo Conselho Nacional de Educação, em 21 de Novembro de 2008, relativo às alterações introduzidas a partir de 2005 no ensino superior, permanece válido designadamente no que respeita à efectiva implementação do processo de Bolonha, à avaliação e acreditação, ao acesso ao ensino superior, ao financiamento que não privilegiando o mérito do desempenho, aos problemas ligados aos estatutos das carreiras docentes e de investigação e, sobretudo, à estrutura da rede do ensino superior cuja irracionalidade no número de instituições e domínio de uma visão uniformizadora, são atentatórios de qualidade e da excelência. O desafio da qualidade é, pois, o desafio prioritário. O processo de Bolonha, com ambição europeia, tem de ser implementado com rigor, sem o que poderá ser apenas um processo de Bolonha à moda portuguesa, sem credibilidade europeia. Felizmente alguns “nichos universitários” contrariam esta situação preocupante para o desenvolvimento nacional e regional. Inexoravelmente a engenharia estatística terá de incluir não só indicadores de quantidade mas também indicadores de qualidade. A avaliação independente tem de acelerar e ganhar responsabilidade.

3.2. Opções sectoriais

A economia portuguesa se quiser assegurar um ritmo mais elevado de crescimento e ao mesmo tempo criar emprego tem que integrar três processos que no seu conjunto contribuam para um aumento da produtividade:

- Uma oferta de bens e serviços exportáveis que tenham mais elevados níveis de criatividade e que por se situarem em áreas de actividade com forte potencial de procura e por reunirem condições de originalidade e inovação possam ganhar quotas de mercado e crescer nas vendas por forma a serem criadoras líquidas de emprego;
- Um forte crescimento na oferta de bens de alta qualidade e de novos serviços orientados para o mercado interno, ou de novas formas de os prestar, que exijam recursos humanos mais qualificados e resultem de processos de inovação permanente;
- Uma diversificação na produção de bens e serviços de proximidade que possam ser realizados por ofertas de trabalho a tempo parcial ou de actividade familiar, com o objectivo de obter rendimentos complementares.

3.2.1. Uma nova carteira de actividades exportadoras

A estratégia de crescimento sustentado do nosso país não pode assentar, apenas, nas disponibilidades de terra e de capital, a qual poderia conduzir ao abandono de parte do território nacional e a um novo surto de emigração, envolvendo a componente mais jovem da população portuguesa. A dinâmica de crescimento que se pretende deve apoiar-se na variedade de competências e conhecimentos acumulados num empreendedorismo em múltiplas actividades que se têm vindo afirmar.

Ao caracterizarmos a fachada atlântica enumerámos a título de exemplo os que consideramos mais visíveis na situação actual.

É nesse quadro que se considera crucial o desenvolvimento de Pólos de Competitividade e Tecnologia, os quais se podem fortalecer para uma futura “**carteira de actividades exportadoras**” permitindo a Portugal sair reforçado após a actual **crise de ajustamento estrutural na economia mundial**. Este percurso tem a vantagem de se partir da identificação de actividades (produtoras de bens ou serviços) com um crescimento mais forte da procura mundial e da procura nas economias envolvidas - após o difícil período actual - e nas quais Portugal, quer por razões de localização quer de criação e acumulação de competências e conhecimentos pode ter capacidades e oportunidades de competir. A título meramente prospectivo, são **exemplos**:

- **Actividades associadas ao lazer** – integrando o turismo e as actividades industriais a ele associadas (concepção e fabrico de motorizadas de competição, a aviação desportiva, embarcações para náutica de recreio e turismo náutico;)
- **Actividades associadas às indústrias da saúde** - envolvendo nomeadamente os serviços de saúde para estrangeiros, a concepção, I&D e fabrico de dispositivos e equipamentos médicos, de próteses e auxiliares funcionais;
- **Actividades associadas ao entretenimento digital** - incluindo jogos para computador e telemóveis, realidade virtual;
- **Actividades associadas às comunicações numa *network society*** - envolvendo o crescimento exponencial das comunicações pessoais *wireless* e a *virtualidade* como forma de comunicação não exigente em mobilidade associada;
- **Actividades associadas à introdução de novas soluções de electricidade distribuída** - envolvendo nomeadamente as aplicações de *fuel cells* estacionárias;
- **Actividades associadas à introdução de novas soluções de mobilidade sustentável**, envolvendo veículos comerciais híbridos veículos eléctricos para mobilidade urbana (automóveis, autocarros, *scooters* ou veículos de uso individual);
- **Actividades ligadas à engenharia de produtos** – envolvendo I&D, prototipagem, moldes e ferramentas, injeção de matéria plástica e ligas leves metálicas, electrónica e robótica;
- **Actividades associadas à exploração oceânica** – integrados num Hypercluster da economia do mar, incluindo, logística e serviços marítimos, defesa e segurança, energia, minerais, recursos alimentares, aquacultura, biotecnologia e ambiente, para além da construção e reparação naval e de um campo de enormes potencialidades em I&D. IADI, E investigação, desenvolvimento e inovação envolvendo tecnologias de exploração submarina, e de engenharia do *offshore*;

- **Actividades associadas à produção sustentável de bio combustíveis**, com destaque para a utilização de micro algas e de produtos de base celulósica;

Uma atenção particular merecem também as actividades derivadas da exploração da plataforma continental, logo que tenha sido concluído o processo em curso no âmbito das Nações Unidas.

Os pólos de competitividade a desenvolver deverão ser não só de natureza temática mas também regional, envolvendo sempre uma cooperação e aliança estratégicas entre actores empresariais, centros de conhecimento, autarquias e entidades financeiras.

Note-se que as medidas conjunturais de resposta à crise que vai permanecer em 2010 deverão ter em conta a estratégia aqui esboçada para actividades exportadoras, sendo importante aprofundá-la em conjunto com uma nova dinâmica para a economia da proximidade.

3.2.2. Uma nova dinâmica para agricultura e agro-indústrias

A agricultura e a pecuária bem como as indústrias agro-alimentares têm sido sucessivamente minimizadas como factores importantes de criação de emprego, de ocupação racional do território e de segurança de abastecimento dos portugueses. A crise pôs em maior evidência esta fragilidade nacional, a qual tem origens na débil defesa dos interesses nacionais neste domínio no processo de integração europeia, ao contrário do que aconteceu com a vizinha Espanha. Ora a agricultura e a pecuária desempenham três funções chave:

- Uma *função económica*, ligada a actividades capazes de assegurar a produção competitiva de bens;
- Uma *função social*, enquanto complemento de rendimento para unidades familiares cujos membros podem estar envolvidos noutras ocupações e cuja produção se oriente não apenas para auto subsistência mas para a oferta de proximidade;
- Uma *função societal*, de conservação de recursos naturais de que se destacam os solos, a floresta e os recursos hídricos e de conservação de paisagens naturais, ou construídas pelo Homem e que a sociedade considere necessário proteger.

A crise actual e o período que a precedeu de imediato chamaram a atenção para duas questões do maior relevo:

- *A economia mundial depara-se a prazo com sérios problemas de abastecimento alimentar*, o que resulta da confluência de vários factores desde o crescimento das economias emergentes da Ásia, à paralela mudança no seu padrão alimentar, à elevação dos preços da energia, ao crescente interesse pelos bio-combustíveis, aos impactos de processos de degradação ambiental em zonas de produção alimentar de grande significado ou das já visíveis consequências das alterações climáticas. A elevação do nível de preços e até mesmo dificuldades de abastecimento irão aumentar as oportunidades de negócio nas áreas agrícola e agro-alimentar;
- *A economia portuguesa depara-se com processos de ajustamento estrutural em diversas zonas do País*, estando em causa aquelas onde se localizaram grande parte das indústrias

exportadoras de trabalho intensivos em que tem vindo aumentar o desemprego. A possibilidade de reconversão de parte da mão-de-obra dispensada para actividades da agricultura de especialidades dominada pela originalidade e qualidade, viradas para o mercado interno ou externo e exercidas com base em tecnologias modernas e ambientalmente exigentes, constitui uma via promissora para travar a deterioração das condições de vida em zonas muito populosas do País;

É, assim, necessário lançar um “**programa de valorização do mundo rural**” que atraia a juventude, que simbolize qualidade de vida em ambiente saudável e que nalgumas zonas permita a “*repartição do trabalho*” entre a empresa urbana e a micro empresa rural. A estratégia de combate à crise terá, pois de incorporar obrigatoriamente um maior investimento na agricultura e na indústria agro-alimentar, orientado para duas finalidades:

- Promover sistemas de produção agrícola e pecuária que assegurem uma oferta competitiva de bens alimentares, traduzida em maiores exportações e na reconquista parcial do mercado interno, contando para tal com o apoio das grandes cadeias de distribuição, sob a bandeira da qualidade;
- Viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo, que contribuam para a conservação da natureza e para o combate à desertificação do espaço rural.

Por estas razões é fundamental rever as políticas nacionais de incentivo à agricultura conquistando margem de manobra ao nível europeu para aumentar a produção, reocupar terras e produzir para constituir reservas estratégicas alimentares.

Uma particular atenção merece a situação das regiões do Norte e do Centro Litoral onde predomina o minifúndio e onde existe actualmente devido ao ajustamento estrutural em indústrias tradicionais de mão-de-obra intensiva, não só uma reserva de trabalho, mas também potencialidades de aumento da oferta competitiva da agricultura de especialidades.

É imprescindível fortalecer o aconselhamento agrícola, reflectir sobre a problemática da água e fortalecer com um programa agressivo e mobilizador a componente florestal. É imperioso um acordo entre o poder político e as associações empresariais agrícolas, designadamente nos sectores onde Portugal tem capacidades de competir.

As polémicas sobre a agricultura e as indústrias agro-alimentares alimentam uma enorme confusão no espírito dos portugueses.

A Política Agrícola Comum da União Europeia visa aumentar a produtividade, assegurar um nível de vida digno aos agricultores e consequentemente a uma grande parte da população do interior, garantindo a segurança dos abastecimentos, estabilizando os mercados e assegurar preços justos aos consumidores. Os fundos da União Europeia devem ser conquistados e dirigidos para estes objectivos e o nosso País não poderá, por falta de capacidade política e de mobilização dos agricultores, beneficiar menos que a grande maioria dos Estados membros da União, designadamente em comparação com a Espanha, quer em pagamentos directos quer, particularmente, no apoio ao desenvolvimento rural.

3.3. Opções transversais - os oceanos como alavanca de competitividade e fonte de inovação

A opção estratégica que associa o euro-atlantismo à integração europeia coloca os oceanos e a economia do mar no coração do modelo de desenvolvimento que permite abrir novas oportunidades à criatividade, inovação, ao I&D e a novos perfis de profissionais altamente qualificados.

Os Oceanos emergem como alavanca da competitividade e fonte da inovação.

Estudos recentemente apresentados referem, que no limiar do séc XXI, se pode afirmar que os Oceanos vão ver reforçadas as suas funções na economia mundial. Assim:

- Os Oceanos, incluindo como nova área chave o Oceano Ártico, vão crescer ainda mais de importância no abastecimento em combustíveis fósseis do planeta e a partir de 2030 poderão ver ampliada sua capacidade de oferta com a provável entrada em exploração do gás natural obtido a partir dos hidratos de metano localizados no fundo os Oceanos. Por outro lado a instabilidade duradoura nas regiões onde se concentra actualmente o essencial das reservas de petróleo e gás natural – Golfo Pérsico e Médio Oriente – vai determinar um duplo movimento em direcção ao mar; os países desenvolvidos do Norte irão procurar fazer do Ártico uma base segura de exploração energética enquanto as economias emergentes - China, Índia, Brasil e Turquia - vão apostar na exploração intensiva do potencial energético da sua plataforma continental;
- Os Oceanos vão pela primeira vez ser encarados como uma fonte imprescindível de minerais, já que devido à dificuldade de estabilizar em tempo útil regiões onde se concentram actualmente minerais estratégicos se torna necessário preparar o acesso a outras fontes de minerais de importância militar e civil podendo os nódulos metálicos existentes no fundo dos mares constituir um alternativa, hoje ainda impensável devido aos custos das tecnologias, mas inevitável dentro de trinta anos; no caso de Portugal abrem-se oportunidades singulares em relação com a “plataforma continental” a que já fizemos referência e que aguarda decisão das Nações Unidas para se integrar na zona económica exclusiva do nosso País;
- Os Oceanos, pela descoberta recente de formas de vida em condições extremas, a grandes profundidades, vão fornecer uma base completamente nova de exploração biotecnológica com impactos desde a área da saúde à criação artificial de seres vivos que permitam combater a acumulação de gases com efeito de estufa; e numa escala mais reduzida a exploração intensiva das micro algas irá constituir provavelmente a mais segura base de produção de bio combustíveis sem efeitos perversos sobre a oferta alimentar;
- Os Oceanos, devido às alterações climáticas e aos efeitos devastadores que podem ter na produção agrícola de algumas regiões mundiais densamente povoadas, vão exigir que os Oceanos realizem a sua “Revolução Verde”, por forma disponibilizarem alimentos, alguns tradicionais, outros completamente inovadores;
- Os Oceanos, devido aos prováveis impactos das alterações climáticas vão transformar-se numa fonte de riscos de intensidade desconhecida no passado em muitas regiões do mundo determinando um enorme esforço de investimento em obras de protecção costeira, nomeadamente nas regiões desenvolvidas do planeta onde se concentram as mais ricas e sofisticadas actividades desenvolvidas pela humanidade;

- Os Oceanos vão manter a sua função chave de meio de transporte de mercadorias, centrado na relações entre três "placas geo económicas" – a Asiática, a Norte Americana e a Europeia, sendo que com o alargamento do Canal do Panamá por um lado, e pela necessidade de reduzir drasticamente os percursos de navegação em vazio por parte dos porta contentores gigantes (percursos em vazios resultantes do desequilíbrio estrutural nas trocas de produtos industriais entre a placa asiática e as outras duas) se vai inevitavelmente assistir a uma mudança na configuração das rotas intercontinentais

A posição geográfica de Portugal em termos de acesso aos Oceanos, ao seu conhecimento, exploração e utilização constitui um activo potencialmente diferenciador de funções no contexto ibérico e gerador de oportunidades de negócio e de intensificação tecnológico da economia portuguesa que só pode ser aproveitado através da integração de Portugal e dos seus actores empresariais e científicos em plataformas cooperativas organizadas por actores globais que encontrem razões específicas para investir em Portugal no contexto do desenvolvimento dessas plataformas. A referida ampliação da plataforma continental de acordo com a proposta apresentada às Nações Unidas reforça este activo. Este é sem dúvida um grande desafio com particular interesse para os países da CPLP, designadamente Portugal, Brasil e Angola.

Uma aposta de Portugal nas actividades associadas à exploração dos Oceanos como componente fundamental para presença em negócios globais e em tecnologias avançadas por deve obedecer a duas orientações de base:

1. Focar-se no longo prazo e escolher as actividades que nesse horizonte serão as actividades cruciais no aproveitamento dos Oceanos.

No que respeita à primeira orientação o programa de acção implica:

- Concentrar esforços de I&D em áreas das "Ciências do Mar" com forte potencial comercial a **longo prazo** e em que Portugal disponha à partida de vantagens únicas em termos de acesso a recursos - tal é o caso da Biologia dos Ambientes Extremos e da respectiva Biotecnologia;
- Participar em equipas internacionais orientadas para o desenvolvimento das tecnologias de **processamento dos hidratos de metano** (com o Japão, por exemplo);
- Concentrar esforços nacionais nas tecnologias ligada ao mar nas áreas que criem uma competência distintiva na exploração e trabalho submarinos - chave de todos os desenvolvimentos futuros que potenciam o papel dos Oceanos, com destaque para exploração energética;
- Concentrar esforços nacionais na área da biotecnologia das algas orientando-as para produção de biocombustíveis sustentáveis, associada à de captação e processamento de CO₂ libertado por grandes instalações industriais;
- Participar no desenvolvimento de novos conceitos de navios e de terminais portuários para o Transporte Marítimo de Curta Distância;

- 2. Utilizar o curto/médio prazo** para captar para Portugal operadores globais nas áreas em que essa presença abra oportunidades, que sendo mais adaptadas às capacidades e competências susceptíveis de se desenvolverem em Portugal nesse horizonte, estejam articulados com as apostas de longo prazo.

No que respeita à segunda orientação do programa respectivo salienta-se:

- Investir no transporte marítimo e na sua interacção com o transporte aéreo como vector chave da conectividade internacional do País;
- Utilizar as concessões de licenças de instalação de investimentos externos no litoral de Portugal nas áreas da Aquacultura e Energias Renováveis para fortalecer competências existentes em Portugal;
- Criar condições atraentes para o investimento na prospecção de petróleo e gás natural no *offshore* português;
- Atrair actividades de engenharia naval e oceânica desde a manutenção de submarinos, à reparação do equipamento de exploração do *offshore* da bacia energética da África ocidental.

Estas ideias podem contribuir para proceder a uma nova organização da faixa litoral, em articulação com as regiões do interior, no quadro da designada "Fachada Atlântica da Europa".

3.4. Opções infra-estruturais

No âmbito das opções e infra-estruturais consideramos não só os projectos de âmbito nacional como os investimentos de proximidade.

3.4.1. Projectos nacionais

A dimensão da crise com todas as suas consequências no sistema financeiro, no tecido produtivo, no agravamento exponencial do desemprego, na confiança dos cidadãos e na instabilidade dos mercados determina que seja necessário um equilíbrio inteligente entre medidas a curto, médio e longo prazo.

Por momentos até pareceu possível em Portugal apostar num relançamento da economia através dum programa abrangente de obras públicas e de um investimento em escala maciça no imobiliário turístico, ambos dirigindo uma procura a sectores com forte incorporação de *inputs* nacionais e criadores de emprego e ambos contando com amplo financiamento externo para a sua concretização. A gravidade da crise financeira, centrada no imobiliário, veio, porém, determinar nos próximos anos uma maior parcimónia e selectividade na disponibilidade de capitais à escala mundial para o financiamento de ambos os tipos de investimentos.

A opinião pública está atenta, naturalmente, a conclusões que lhe sejam transmitidas por organizações credíveis e responsáveis sobre os custos-benefícios, destes projectos na actual conjuntura. Os impactos previsíveis no rendimento nacional, na dívida externa e na dívida pública merecem cuidada atenção, face aos desequilíbrios actuais da economia portuguesa.

Considera-se, pois, necessário definir os **critérios** que permitam seleccionar os projectos infraestruturais que simultaneamente sejam cruciais para melhorar a atractividade do território e o posicionamento geoeconómico de Portugal, destacando dentro destes os que podem vir a interessar operadores globais e que deveriam ter prioridade durante os anos de crise.

Por outro lado a opção euro-atlântica torna mais exigente uma visão integrada das opções infraestruturais.

Nesse sentido consideram-se como critérios principais os seguintes:

- **Conectividade Internacional do País** - condição chave da sua competitividade futura e que envolve três componentes conectividade digital, conectividade no transporte de carga e conectividade na movimentação de passageiros. A esta luz são elementos chave as telecomunicações, o transporte aéreo e marítimo e o transporte ferroviário de mercadorias.
- **Conectividade interna associada aos investimentos da conectividade internacional**, abrangendo o resto da rede ferroviária (velocidade elevada em bitola ibérica numa linha N/S reformulada no seu traçado) e a rápida difusão de soluções de transporte eléctrico urbano.

A – CONECTIVIDADE INTERNACIONAL & LOGÍSTICA

No quadro da **Estratégia Euro-atlântica** são ainda prioritários no médio/longo prazo:

- **Investimento prioritário nas redes de telecomunicações e competição e inovação nos serviços de telecomunicações e internet** – a conectividade digital deve assumir um carácter prioritário na conectividade internacional do País
- **Construção do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa em Alcochete** - com condições operacionais adequadas ao desenvolvimento dos segmentos de negócios estratégicos de passageiros e carga, e com uma forte vertente de funções de trânsito, que assegurem a maior conectividade geográfica ao País. Este novo aeroporto deverá vir a funcionar como plataforma de trânsito de uma das alianças mundiais de aviação civil ou de um grande operador global;
- **Reforço dos Portos de Águas Profundas do País** – envolvendo, em primeiro lugar, uma **forte ampliação da capacidade do porto de Sines**, designadamente na valência de movimentação de contentores nas rotas que ligam a Ásia à Europa, as Américas à Europa e o Atlântico ao Mediterrâneo; admitindo no médio/longo prazo a construção de um novo porto de águas profundas em Peniche que partilhe com Sines as funções energéticas, *caso se venham a instalar em Portugal novas infra estruturas de refinação de petróleo ou de armazenamento de gás natural e novos terminais de desliquefação de gás, com funções europeias;*
- **Criação de um corredor ferroviário pan-europeu partindo da fachada atlântica de Portugal** - construção de uma linha ferroviária em bitola europeia partindo de uma plataforma logística ligada aos portos de Sines e Setúbal e a a linha ferroviária Norte/Sul em Portugal; esse corredor ferroviário para mercadorias ligaria os portos portugueses não só ao pólo de Madrid, mas através de Saragoça, Barcelona e Perpignan ao centro da Europa (vd. Alemanha do Sul/ Suíça). Este corredor multimodal, com ferrovia em bitola europeia, deveria poder utilizar conceitos inovadores em transporte rodo ferroviário (como o já proposto *EuroFreightTrain*);

insiste-se em que a concretização dos projectos, ilustre-se, um envolvimento de operadores logísticos da Alemanha e Suíça, sem o que os portos portugueses terão apenas como *hinterland* a Espanha e mesmo esta se estiver interessada.

- **Aproveitamento do investimento em larga escala realizado recentemente no Aeroporto Sá Carneiro** - para o consolidar como o principal aeroporto do noroeste peninsular, através do aumento da oferta de ligações a um maior número de destinos europeus e da melhoria significativa das condições de funcionamento para carga aérea, apostando numa área logística e industrial, articulada com o porto de Leixões que constitua uma alavanca para diversificação do tecido industrial do Norte e Centro do País e do Noroeste da Península Ibérica. Devem fazer-se todos os esforços para atrair um dos grandes operadores mundiais de carga aérea para fazer deste aeroporto uma base para a Europa/ Península Ibérica;
- **Adaptação de vários portos ao Transporte Marítimo de Curta Distância (TMCD)**, no âmbito do projecto *Hypercluster* do Mar envolvendo os portos que sirvam importantes zonas de actividade económica exportadora do País, incluindo um porto a Norte (Leixões) e admitindo outro a Sul (Setúbal), para onde possa fazer-se transbordo de carga contentorizada descarregada pelos porta contentores oceânicos, designadamente em Sines. Devem ser criadas as condições para que operadores logísticos portugueses estruturam ligações rodo-marítimas e, nos próximos anos, venham mesmo a entrar no capital de um dos grandes operadores de TMCD que liguem o Mediterrâneo e o Atlântico.
- **Obter de Espanha e da União Europeia um apoio inequívoco à concretização do eixo ferroviário transeuropeu** de mercadorias que inclui em Portugal a linha da Beira Alta, servindo em particular as actividades exportadoras do Norte e Centro, forçando a ultrapassagem das dificuldades da articulação com a Espanha;

Estes são investimentos infra-estruturais que pensamos serem cruciais para a competitividade e conectividade internacional futura do País.

B - ENERGIA - SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO

Portugal ao perspectivar a renovação da sua “carteira de actividades exportadoras”, durante o período de crise, terá de, sem adiamentos, responder às fortes exigências de investimento e de inovação nas áreas energéticas com uma tripla preocupação: *segurança energética, sustentabilidade ambiental e ganhos de eficiência na transformação energética*. Esta resposta será um contributo chave para ganhos de produtividade no conjunto da economia.

Os sectores básicos da energia – refinação de petróleo, desliquefação e transporte do gás natural e produção de electricidade – enquanto sectores infra estruturais de uma pequena economia aberta devem escolher as tecnologias e as soluções organizativas que: permitam no conjunto responder a quatro exigências:

- Conciliar a parte do investimento necessário a nível infra-estrutural (a ser financiado por recurso à poupança endógena ou a financiamentos externos), com o investimento do País na oferta de bens e serviços para exportação;

- Obter os *inputs* energéticos ao mais baixo custo para os utilizadores, reduzindo a necessidade de subsidiação por parte do Estado e deixando margem de rentabilidade para as empresas transformadoras de energia;
- Permitir, pelo *mix* de soluções incorporadas, assegurar simultaneamente um menor impacto ambiental negativo (nomeadamente emissões de GEE's) dos sectores de transformação energética;
- Permitir uma maior eficiência na transformação energética dos recursos naturais importados (nomeadamente gás natural e petróleo).

Ao assumir estes critérios importa analisar e perspectivar o futuro energético **numa estratégia assente em três pilares fundamentais**: uma oferta de electricidade mais sustentável; uma maior eficiência energética nos sectores chave da mobilidade, residencial e serviços e uma preocupação com a segurança de abastecimento energético pensada num contexto europeu.

Em termos de uma oferta de electricidade mais sustentável duas prioridades são de manter:

- **Continuar a aposta no gás natural** como combustível chave na produção de electricidade, quer sob as actuais formas centralizadas de centrais de ciclo combinado, quer com as futuras formas de co geração de calor e electricidade descentralizadas (incluindo no futuro a utilização de *fuel cells* estacionárias) e assegurando o mais rapidamente possível alianças com países produtores para um abastecimento seguro;
- **Explorar a utilização das energias renováveis como complemento significativo no conjunto da oferta energética ligada à rede**, essencialmente procurando aproveitar a combinação energia hídrica /energia eólica (**sem esquecer que numa fase de alterações climáticas as barragens a construir devem ser também encaradas pela valia que tragam à segurança no abastecimento de água e não tanto pela sua valia eléctrica** como foi característico na primeira fase da electrificação portuguesa;

Em termos de eficiência energética deverá ser tido em conta que é nas grandes e médias cidades que se concentram elevados gastos de energia e onde se gera uma parte substancial das emissões de gases com efeito de estufa. A eficiência energética e as alternativas energéticas são factores que devem fazer face a estas pressões **para além da reformulação da actual urbanização segundo o conceito de uma urbanização mais compacta. Importa referir duas prioridades.**

- **Desenvolver prioritariamente os modos de transporte urbano eléctricos** combinando o modo ferroviário ao longo de eixos densamente povoados com a nova geração de veículos eléctricos e híbridos para transporte colectivo nas cidades e com a difusão de soluções eléctricas de uso individual ou para duas pessoas;
- **Introduzir inovações organizativas e novos modelos de negócio** que permitam um ganho mais rápido de eficiência energética no sector terciário e residencial, por exemplo pela multiplicação de *energy service providers* que combinem soluções tecnológicas que permitam reduzir os consumos, em troca de partilharem com os utilizadores os resultados dessas reduções.

Em termos de **segurança energética** emergem duas orientações:

- Insistir na construção de ligações na rede eléctrica da Península Ibérica ao resto da Europa, como exigência da construção do mercado único europeu;
- Apresentar uma proposta de localização em Portugal de novos terminais de desliquefação de gás natural e de cavernas de armazenamento em ligação á rede europeia de gasodutos como forma de Portugal reforçar a sua segurança de abastecimento, contribuindo ao mesmo tempo para diversificação de fontes de abastecimento da Europa.
- Definir as parcerias empresariais para a GALP e EDP que assegurem a maior autonomia estratégica para Portugal e sejam claramente compatíveis com as alianças internacionais de Portugal

Por último refira-se que a abertura para analisar a opção nuclear, - designadamente num quadro ibérico e europeu de evolução das centrais nucleares de terceira e quarta geração - deverá fazer parte do debate em que Portugal está interessado em participar por razões de diversificação de fontes, segurança energética e sustentabilidade.

3.4.2. Investimentos de proximidade

A gestão do desemprego resultante do ajustamento estrutural que a crise tornou incontornável exige um tipo de investimentos em infra-estruturas, que privilegia a economia da proximidade. Por isso se sugere o lançamento de um conjunto de projectos de escala local e regional que possam contribuir para absorver desemprego e ao mesmo tempo aproveitar o período de crise para melhorar a oferta futura de serviços cruciais, nomeadamente:

Como já referimos não é defensável definir uma estratégia de combate à crise tendo como suporte de forma quase exclusiva o sector de obras públicas de grande dimensão, encarado como, vector dominante de ajustamento às opções macro económicas do Estado. É igualmente errado que essa estratégia se baseie ora na redução drástica do investimento público durante anos, causando uma enorme crise no sector ora utilizando-se essas grandes obras como factor de estímulo à economia na actual crise. É errado lançar qualquer gigantesco programa de obras com o desejo adicional de obter receitas de concessões para equilibrar os orçamentos do País. Na verdade o sector das empresas de obras públicas precisa de um programa plurianual de obras consensuais que sejam realizadas com recurso a formas inovadoras de financiamento (entre as quais o investimento por investidores institucionais).

Pesando todos estes argumentos torna-se evidente que a *prioridade das prioridades* se relaciona com um conjunto de projectos de escala local e regional que contribuam para absorver o desemprego e ao mesmo tempo aproveitar o período de crise para melhorar a oferta futura de serviços cruciais, nomeadamente:

- Ampliar e equipar centros escolares, e espaços de cultura e desporto associado, por forma a poder ser ministrado um ensino e aprendizagem actualizados, a desenvolver-se o culto da observação científica e cultural e a poderem ser prestados serviços de formação e de reciclagem de competências e conhecimentos, podendo ampliar-se fontes de empreendedorismo e rendimento e a utilizar de forma mais racional os efectivos docentes e agentes de cultura;

- Instalar em todo o território de redes de centros para terceira idade, de apoio domiciliário e de serviços de saúde a gerir por entidades privadas concessionadas; fomentar a empregabilidade da terceira idade em iniciativas ligadas ao ambiente e ao lazer;
- Promover novas soluções energéticas urbanas contribuindo para uma economia mais sustentável e que criem emprego com a sua instalação e operação, incluindo a partir da recolha, reciclagem e processamento de efluentes ou resíduos;
- Fomentar o empreendedorismo no artesanato e em empresas familiares que valorizem na cadeia de valor os produtos locais sob a hegemonia da certificação, da qualidade da originalidade e do design.
- Definir roteiros temáticos que envolvam empresas culturais com o turismo da Natureza e do Património, associando-lhe a gastronomia, e fortalecer os incentivos de apoio a parcerias público-privadas, definindo programas de valorização regional e atraindo a fixação de centenas de famílias.

3.5. Opções regionais

A transformação da "carteira de actividades" para o novo modelo de desenvolvimento será mais fácil com a opção pela *clusterização* em termos territoriais por forma a acumular massa crítica em I&D, gerar um "pool" de recursos humanos altamente qualificados, facilitar o surgimento de PME inovadoras e os investimentos estruturantes concretizados por multinacionais. Poderia conceber-se uma divisão de trabalho entre territórios de Portugal na concretização dessas oportunidades, concretizando duas orientações principais:

- Concentrar e *clusterizar* novas actividades, de modo diferenciado, ao longo da faixa litoral, apoiando-se em diferentes bases de conhecimento, de competências e de vantagens locais específicas;
- Localizar no espaço do interior e em articulação com a renovação de competências do litoral, actividades que fixem recursos altamente qualificados, processo crucial para um desenvolvimento mais equilibrado do País (os exemplos da Aeronáutica no Alentejo e das Ciências da Saúde na Beira Interior inserem-se nesta orientação).

Daí resulta que se torne necessário:

- Actuar de forma coordenada para transformar o **Centro de Portugal**, reforçando prioritariamente os pólos de conhecimento e de competência empresarial do polígono Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria, Covilhã em torno de um conjunto de actividades com forte potencial de crescimento - saúde, lazer, energias menos poluentes, química verde e aeronáutica não tripulada -, ligando directamente o litoral ao interior.

Estas opções regionais arrastam duas prioridades em termos das principais infra-estruturas de transporte do País:

- **A renovação do eixo ferroviário Norte-Sul do País** como factor de competitividade, maior sustentabilidade e mais intensa densidade de relações no espaço litoral. Esta renovação justifica-se plenamente pelo congestionamento da actual Linha do Norte (devido nomeadamente à sobreposição de funções nos seus troços situados em torno de Lisboa e Porto) de funções de transporte de passageiros a grande distância, de transporte ferroviários metropolitanos e de transporte de mercadorias) e pelas evidentes limitações na linha do Minho; por outro lado a renovação deve servir a rede urbana com maior dinamismo na faixa litoral e a permitir uma ligação fluida com Vigo, na Galiza - e não apenas o encurtamento da distância tempo entre duas cidades, Lisboa e Porto – e, ainda, contribuir para a melhor circulação de mercadorias entre o Norte e Sul do País. Acresce que a renovação se traduz em investimentos na ligação ferroviária Norte-Sul no sentido da sua migração para **Velocidade Elevada**, introduzindo alterações de traçado que assegurem uma clara separação dos tráfegos de longo curso dos regionais e suburbanos, e estabelecendo a sua ligação facilitada com a Linha da Beira Alta;
- **Reforçar a ligação rodoviária do eixo urbano do Centro Litoral** ao único eixo urbano localizado no interior, rompendo a barreira orográfica existente e abrindo toda a região do Pinhal Interior a uma nova vaga de actividades e povoamento, dando consistência à região Centro como factor chave de equilíbrio territorial de Portugal.

AS CARTAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE

De 2008 a 2010 e em complemento da Carta Magna da Competitividade a AIP procedeu, para além da reflexão sobre a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento para poder a prazo atingir os objectivos nela expressos à elaboração das Cartas Regionais da Competitividade, cujo objectivo último é a discussão das oportunidades de desenvolvimento tendo como desígnio a competitividade regional. Até esta data foram concluídas as Cartas Regionais de Portugal Continental, a saber:

- Minho Lima; Ave Cávado e Tâmega; Grande Porto; Entre Douro e Vouga (vol. II);
- Dão Lafões; Baixo Vouga; Baixo Mondego; Pinhal Litoral e Oeste (vol III);
- Lezíria do Tejo e Médio Tejo; Grande Lisboa; Península de Setúbal e Alentejo Litoral; Algarve (vol IV)
- Douro e Alto Trás-os-Montes; Beira Interior e Pinhal Interior; Alentejo Interior (vol V).

Mais recentemente - em 2011- foi também concluída a Carta Regional de Competitividade da Região Autónoma dos Açores, realizada em colaboração com a Câmara de Comércio e Indústria da RA Açores

Em cada uma das Cartas aborda-se o território, a demografia, as actividades económicas, pólos industriais e clusters; os recursos humanos e I&D; a inovação empresarial, os novos projectos – infra-estruturas e actividades e enunciam-se alguns desafios, riscos e oportunidades no médio prazo.

O Projecto Cartas Regionais da Competitividade, dinamizado pela Associação Industrial portuguesa, teve a coordenação científica do Prof. Dr. José Veiga Simão e do Dr. José Félix Ribeiro e a responsabilidade da sua execução coube à Dr^a Joana Chorincas e ao Dr José Félix Ribeiro.

II

AS CARTAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE

1. CARTAS REGIONAIS DA COMPETITIVIDADE - O QUE SÃO

1.1. Objectivos

As **Cartas Regionais da Competitividade** destinam-se a permitir às empresas, associações empresariais, entidades financeiras, agências de desenvolvimento regional, Instituições de ensino superior, autarquias de uma região:

- Organizar de forma sintética informação de base sobre a actividade económica, empresarial e de I&D da região (por NUT III ou por grupos de NUTS III);
- Monitorizar a sua Competitividade – em termos de Resultados e de Factores – através de uma bateria de indicadores previamente fixados;
- Divulgar casos de Empresas da Região que se destacaram em termos de Competitividade e Inovação;
- Realizar de forma sistemática um levantamento dos desafios de competitividade que se antecipam para os *clusters* e actividades mais significativas da Região;
- Identificar novas oportunidades e actividades emergentes que podem apontar para novas dinâmicas de desenvolvimento da Região.

1.2. Como monitorizar a competitividade regional?

A monitorização deverá ser feita através de um painel de indicadores incluindo uma vertente de **Avaliação de Resultados** e outra vertente de **Factores**. Propõe-se que essa Monitorização inclua prioritariamente na dimensão **Avaliação dos Resultados** quatro temas:

- ☐ A identificação dos Investimentos que estão ser realizados em actividades exportadoras ou com potencial de exportação
- ☐ A identificação do papel do Investimento Directo Estrangeiro nessa exportação
- ☐ O comportamento na exportação das actividades em que a região está mais especializada (numa primeira abordagem a nível nacional)
- ☐ A identificação do envolvimento de empresas da região nos diversos programas existentes de apoio à Inovação das empresas

Propõe-se que essa Monitorização inclua prioritariamente na dimensão **Factores** os temas:

- ❑ Escolarização e Qualificação;
- ❑ Presença de Actividades mais Intensivas em Conhecimento;
- ❑ Potencial de Investigação e Interacção entre Agentes;
- ❑ Oferta de Financiamento à Inovação;
- ❑ Acessibilidade e Conectividade;
- ❑ Custos de Serviços Infra estruturais

1.3. Aprofundar a análise do potencial de inovação e competitividade - o papel decisivo dos actores

Para além da construção de um Painel de Indicadores comum a todas as Cartas a elaborar o Projecto “**Cartas Regionais da Competitividade**” inclui como componentes essenciais:

- ❑ Uma análise qualitativa detalhada das principais actividades económicas da Região, das instituições de ensino superior e de investigação, das actividades em emergência e dos grandes investimentos infra estruturais que podem abrir novas oportunidades à região; cabe aqui, de forma específica, a monitorização da dinâmica dos *Clusters* mais significativos da Região (caso seja possível defini-los), incluindo a sua caracterização, a identificação das principais empresas dos *clusters* com maior presença nas exportações; as principais realizações das entidades não empresariais que integram o *cluster*; o acompanhamento das iniciativas mais marcantes dos *clusters* (ex: projectos de I&D em consórcio, lançamento de programas de formação; criação de pólos de competitividade etc);
- ❑ A Identificação de novos investimentos em curso e anunciados para a Região procurando identificar novas oportunidades e actividades emergentes que podem apontar para novas dinâmicas de desenvolvimento da Região.

Tendo em conta o que se referiu anteriormente as Cartas Regionais da Competitividade obedeceram a uma estrutura comum que se apresenta seguidamente:

ESTRUTURA DAS CARTAS REGIONAIS DA COMPETITIVIDADE

- 1) **A Região no Contexto Nacional: Avaliação do Desempenho**
 - a. Indicadores Macroeconómicos.
 - b. Recursos Humanos.
 - c. Acessibilidades e Conectividade.
- 2) **Padrão de Actividades e Estrutura/Dinâmica Empresarial**
 - a. Empresas e *Clusters* de Actividades.
 - b. Orientação e Perfil Exportador.
 - c. Infra-Estruturas de Apoio à Actividade Empresarial.
- 3) **Potencial de Investigação e Inovação**
 - a. Universidades, Politécnicos e Centros de I&D.
 - b. Empresas com Actividades de I&D.
 - c. Projectos e *Start-Ups*.
- 4) **O Futuro Próximo – Carteira de Projectos**
 - a. Projectos de Investimento Empresarial.
 - b. Infra-Estruturas com Maior Potencial de Impacto na Região.
- 5) **Desafios, Riscos e Oportunidades no Médio Prazo.**

1.4. Das “cartas regionais da competitividade” e a dinamização regional para a competitividade

O trabalho que se vai realizar em torno das Cartas Regionais da Competitividade foi encarado como podendo ser no futuro um suporte para um processo continuado de colaboração entre empresas, associações empresariais, entidades financeiras e culturais, universidades e institutos politécnicos, e autarquias para dinamização das regiões para Competitividade.

Esse processo poderia envolver:

- ❑ Mobilização de actores empresariais nacionais e estrangeiros presentes na região e de centros de conhecimento (universidades, institutos politécnicos e centros de I&D) para identificar desafios e oportunidades que a internacionalização da economia portuguesa e o reforço da capacidade a nível de I&D do País podem criar às regiões em causa;
- ❑ Contribuição para a concretização de plataformas regionais para aquisição de novas competências que alarguem a “carteira” de actividades exportadoras e permitam gerar empregos mais qualificados;
- ❑ Estruturação de um conjunto de contactos internacionais orientados para a atracção de IDE, nomeadamente de médias empresas inovadoras ou de grandes projectos de empresas multinacionais que incluam uma componente de I&D ou projecto no a concretizar no País;
- ❑ Promoção da discussão entre empresas, centros do conhecimento e eventualmente autarquias da qual possam surgir eventuais candidaturas aos Programas do QREN que têm maior relevância para a competitividade da economia.

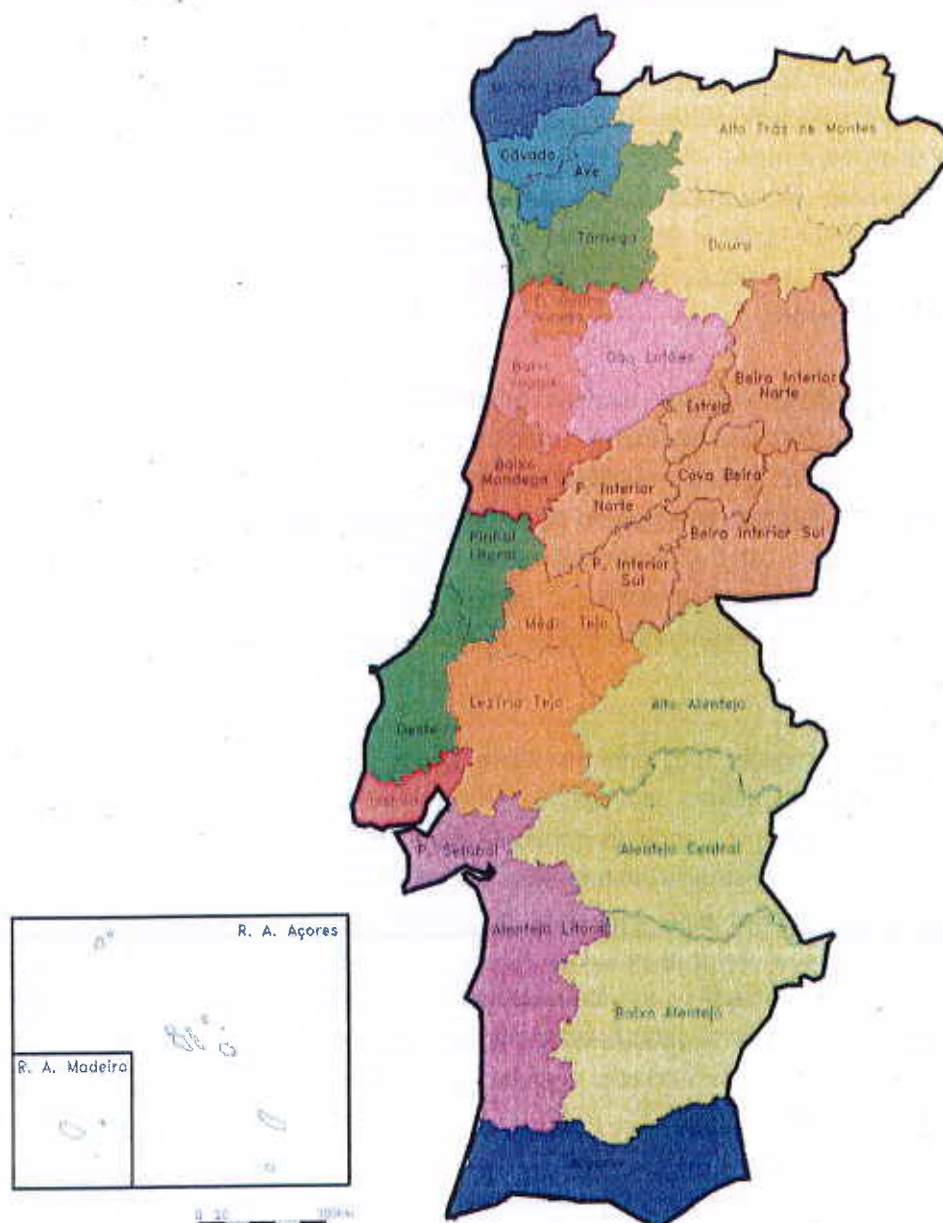
2. MAPEAMENTO DAS CARTAS REGIONAIS DA COMPETITIVIDADE

Joana Chorincas

José Félix Ribeiro

Após o enquadramento conceptual e metodológico da competitividade, no qual se descreveram as mais importantes teorias económicas e de desenvolvimento regional que abordam a temática da competitividade territorial, apresentam-se as Cartas de Competitividade das regiões portuguesas do Continente, diferenciadas entre si no que respeita ao dinamismo económico e empresarial e à atracção de projectos de apoio à competitividade, apesar de algumas denotarem importantes traços de complementaridade territorial e económica.

A figura seguinte ilustra as Cartas Regionais da Competitividade realizadas (a cor representa a agregação de regiões seguida na realização destas Cartas):



Para efeitos da presente publicação, procedeu-se à seguinte agregação por Volumes das Cartas

Regionais da Competitividade elaboradas:

- **Volume 1** – este volume começa por apresentar uma visão da AIP relativa à resposta nacional à crise económica, no quadro da Carta Magna de Competitividade, e às opções estratégicas e projectos estruturantes para um crescimento sustentado do País. Após um texto metodológico de sistematização das principais teorias e metodologias de análise da competitividade regional, é apresentado o projecto Cartas Regionais da Competitividade e, em particular, a estrutura de organização, em volumes, de todas as Cartas elaboradas, com uma breve síntese das regiões portuguesas analisadas.
- **Volume 2 – Minho Lima/Ave-Cávado/Tâmega/Grande Porto/Entre Douro e Vouga** – neste volume analisam-se sub-regiões do País, que apesar das heterogeneidades ao nível da capacidade competitiva, se caracterizadas por importantes exigências e desafios ao nível da competitividade territorial.

A sub-região Minho Lima beneficia de uma localização central no território do Noroeste Peninsular, da proximidade a três aglomerações urbano-metropolitanas com forte potencial de desenvolvimento - Porto, Vigo e Braga-Guimarães -, o que lhe garante condições privilegiadas de mercado para o desenvolvimento de novas actividades, incluindo as actividades de lazer e de localização empresarial. Todavia, o Minho Lima apresenta-se como um território muito heterogéneo do ponto de vista das potencialidades de desenvolvimento.

O Ave e o Cávado mantêm algumas reminiscências de sectores tradicionais da economia nacional - o têxtil e o vestuário -, mas, ao mesmo tempo, beneficiam do surgimento de empresas modernas e competitivas não só nestes sectores mas também em actividades inovadoras. Nestas sub-regiões têm surgido empresas e instituições de I&D líderes em actividades como a farmacêutica, os dispositivos médicos, os polímeros, os têxteis inteligentes ou novas soluções no domínio do calçado. A Universidade do Minho tem sido pioneira no desenvolvimento de competências em áreas chave da competitividade regional.

O Tâmega constitui um território densamente povoado, com um modelo difuso de desenvolvimento urbano, demograficamente muito dinâmico, mas com graves problemas sociais decorrentes da perda de competitividade dos sectores de especialização regional e da consequente destruição de emprego. Caracteriza-se por um tecido industrial tradicional, dominado sobretudo pelas indústrias do mobiliário e do calçado e pouco ancorado nos serviços locais, e por uma estrutura de serviços e de comércio frágil, pouco diversificada e polarizada. Os desafios que se apresentam ao Tâmega são assim muito significativos, sendo imprescindível a capacidade de atracção de competências e de empresas inovadoras nos sectores de especialização regional e em actividades indutoras da diferenciação e competitividade.

O Grande Porto, uma das regiões portuguesas com maior dinâmica demográfica, caracteriza-se pelo forte cariz exportador das suas actividades de especialização mas enfrenta processos de perda de competitividade de algumas destas actividades e consequente destruição de emprego. Em simultâneo, tem beneficiado da capacidade de diversificação de actividades económicas, ancoradas na evolução de grupos económicos de referência

e na aposta em sectores intensivos em conhecimento e inovação, suportada em larga medida pelas actividades de I&D desenvolvidas por aqueles grupos ou pelas importantes instituições de ensino superior e I&D presentes na sub-região.

Apesar das heterogeneidades internas, a sub-região Entre Douro e Vouga beneficia da dotação de factores muito relevantes para o desenvolvimento competitivo e apresenta fortes potencialidades de desenvolvimento num futuro próximo. Entre estes factores destacam-se a localização geográfica privilegiada, próxima da Grande Área Metropolitana do Porto, a dinâmica demográfica favorável e a presença de importantes grupos económicos e empresas industriais nos principais sectores de especialização ou em actividades com potencial de desenvolvimento (forte especialização produtiva nas indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, na indústria da cortiça e nas indústrias de couros, calçado e moldes.

- **Volume 3 - Dão Lafões/Baixo Vouga/Baixo Mondego/Pinhais Litorais-Oeste** – este volume das Cartas Regionais da Competitividade agrega territórios regionais que, apesar de integrarem diferenças assinaláveis em termos de perfil de especialização, são marcados pela forte tendência de internacionalização das suas actividades e actores.

O Dão Lafões beneficia de uma localização geográfica que lhe permite a charneira entre o litoral e o interior, sendo portanto um território de transição, marcado por um sistema urbano polarizado pela cidade de Viseu, por uma tendência de perda de dinamismo demográfico e por uma base económica pouco diversificada mas com potencial de desenvolvimento de novas actividades. A sub-região beneficia também da presença de actores empresariais e institucionais que têm vindo a destacar-se pela diversificação e inovação da sua actividade, permitindo o desenvolvimento de novos negócios e a renovação e internacionalização da base de especialização.

O Baixo Vouga constitui um território fortemente internacionalizado, dada a sua diversificação económica e a presença de importantes empresas exportadoras, nacionais e estrangeiras. É evidente a coexistência de actividades económicas tradicionais, muito importantes na especialização regional, e de actividades inovadoras, de forte conteúdo tecnológico e de procura no mercado internacional. A par de grandes grupos estrangeiros presentes no Baixo Vouga, algumas empresas portuguesas (por vezes pertencentes a sectores mais tradicionais) têm-se assumido como excelentes casos de sucesso ao nível da inovação empresarial. A Universidade de Aveiro é um dos mais importantes factores de competitividade do Baixo Vouga, ao promover relações de cooperação entre os actores regionais e ao apoiar projectos empresariais determinantes para a competitividade do território.

O Baixo Mondego, polarizado pela cidade de Coimbra, constitui o maior pólo populacional e económico da região Centro. A par da preservação de algumas actividades tradicionais, esta sub-região e, em particular, Coimbra têm conseguido destacar-se a nível nacional, com o desenvolvimento de importantes *clusters*, sobretudo no domínio da saúde e das ciências da vida, mas também em torno dos seus activos naturais, culturais e patrimoniais. A Universidade de Coimbra e várias empresas de base tecnológica, têm surgido como alavanca de desenvolvimento de competências em domínios de actividade como a saúde, as tecnologias de informação e comunicação aplicadas à saúde; ou o *software*. Por seu turno, o Pinhais Litorais-Oeste é um território dominado pela presença de importantes

clusters centrados nas pequenas e médias empresas e em actividades de especialização económica. É muito evidente a diversificação da base económica deste território, com a presença de actividades agrícolas e industriais de forte tradição no território e muito importantes para a Área Metropolitana de Lisboa, devido à sua proximidade geográfica. Algumas empresas, sobretudo nacionais, destacam-se ao nível da competitividade, da capacidade de inovação e do posicionamento no mercado. É ainda incipiente a articulação entre o tecido empresarial e instituições de ensino superior presentes no território, nomeadamente ao Instituto Politécnico de Leiria – esta potencial articulação reveste-se de significativa importância para a competitividade do Pinhal Litoral/Oeste, embora nada obste a que se possam vir a criar igualmente relações com instituições de I&D fora da região.

- **Volume 4 – Lezíria do Tejo-Médio Tejo/Grande Lisboa/Península de Setúbal-Alentejo Litoral/Algarve** – este volume integra regiões muito diferenciadas mas com elementos comuns como a presença de actividades, actores e projectos muito internacionalizados e de forte polarização nacional e os crescentes esforços de diversificação da base económica regional, em torno de actividades inovadoras e intensivas em novas competências nos domínios da I&D, ou em torno de actividades centradas na exploração de recursos específicos ou endógenos.

A Lezíria do Tejo e o Médio Tejo, que constituem o denominado Vale do Tejo, caracterizam-se por uma elevada riqueza e diversidade territorial, de recursos naturais e paisagísticos e da própria base económica, com a coexistência de actividades tradicionais (ligadas à exploração de recursos endógenos) e de actividades intensivas em conhecimento, ancoradas na emergência de importantes actores institucionais e empresariais e de projectos impulsionadores da competitividade territorial.

A Grande Lisboa desempenha um papel central na vida económica, social, política e institucional do País, ao integrar uma área metropolitana com cerca de 3 milhões de habitantes, ao polarizar as principais actividades administrativas, empresariais, comerciais, logísticas e ao concentrar as principais infra-estruturas de apoio à actividade económica, ao ensino e à I&D. Em virtude da acelerada dinâmica económica e demográfica das últimas décadas, esta sub-região enfrenta importantes desafios, associados à renovação do seu modelo competitivo e às exigências de aposta numa posição concorrencial melhorada, decorrentes da internacionalização de actividades e actores.

A Península de Setúbal é um território marcado pela presença de grandes grupos empresariais, nacionais e estrangeiros, com relevância para a competitividade económica. Algumas destas empresas são líderes nos seus sectores e desenvolvem actividades de inovação que poderão reforçar determinados *clusters* tecnológicos no território. É determinante para o futuro a presença de uma importante instituição de ensino superior - a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com os seus centros de I&D - como factor de atracção eventual de novos investidores e como parceiro de grupos empresariais existentes (veja-se o caso das indústrias da defesa que se vão concentrar no *Campus* do Madan Parque).

O Alentejo Litoral caracteriza-se pela perda de dinamismo demográfico e pela "ruralidade" nas áreas externas ao triângulo urbano Sines-Santiago do Cacém-Santo André. É uma sub-região polarizada pelo dinamismo económico e industrial de Sines, mas que tem vindo

a apostar em novas actividades como a agricultura de especialidade, a floricultura e, em particular, o turismo, prevendo-se um forte aumento da capacidade de oferta turística, sobretudo na faixa litoral que se estende da Península de Tróia ao Burgau, em segmentos turísticos com forte procura internacional (*resorts* integrados, golfe, *touring* e também o tradicional sol & mar).

Por sua vez, o Algarve é um território com forte dependência de um único sector de actividade económica (o turismo), o que permitiu o franco desenvolvimento do terciário na região. É débil a estrutura agrícola e industrial, apesar de se observarem importantes sinais de dinamismo de algumas actividades que poderão vir a ser determinantes para a diversificação económica e competitividade da região. A Universidade do Algarve tem assumido relevância no apoio a estas actividades que ainda são muito minoritárias no conjunto da região.

- **Volume 5 – Douro/Alto Trás-os-Montes/Beira Interior-Pinhais Interior/Alentejo Interior**
- este volume agrega territórios regionais que, apesar de apresentarem um perfil de especialização assente sobretudo na exploração de recursos naturais (designadamente, as actividades agrícolas e pecuárias e o turismo), evidenciam cada vez mais um esforço de desenvolvimento de novas actividades, muitas vezes ancoradas nas competências acumuladas em actores regionais que se revestem de especial importância para a competitividade dos territórios (exemplo de Universidades).

As sub-regiões Douro e Alto Trás-os-Montes apresentam uma actividade económica e empresarial pouco relevante em comparação com outros territórios da região Norte, encontrando-se concentrada num conjunto restrito de municípios (Vila Real, Peso da Régua, Lamego, Bragança, Chaves, Mirandela e Macedo de Cavaleiros). A actividade económica concentra-se sobretudo no sector agrícola e nas actividades de comércio e alojamento/restauração e é predominantemente realizada por unidades de pequena dimensão, apesar da existência de alguns (poucos) grupos empresariais de maior dimensão (associados à produção vinícola, o *ex-libris* da sub-região Douro, ou à transformação de frutos como a castanha ou a amêndoa, actividade muito importante em Alto Trás-os-Montes).

A actividade industrial é pouco significativa no perfil de especialização destas sub-regiões, salientando-se a exploração e transformação de recursos endógenos (como a agricultura e fruticultura ou a transformação de granito). É em algumas destas actividades que reside um potencial de diferenciação e maior valor acrescentado, com reflexos muito importantes no reforço da competitividade do Douro e Alto Trás-os-Montes num futuro próximo.

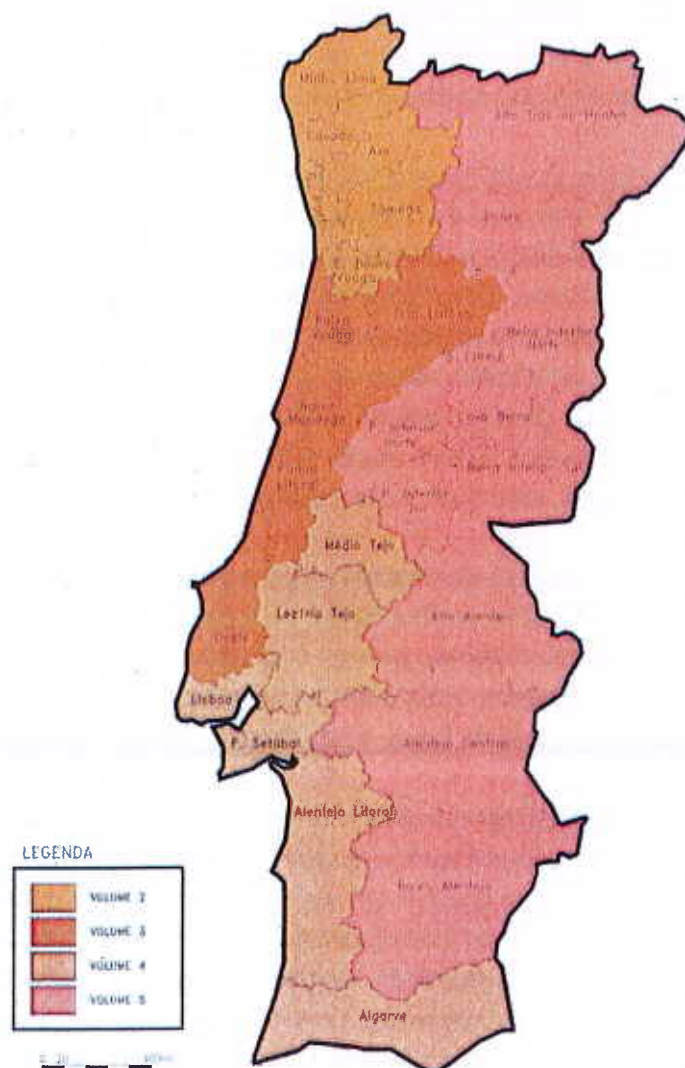
A Beira Interior e Pinhais Interior constituem, por sua vez, um território que tem atravessado períodos de perda de competitividade e destruição de emprego devido às dificuldades de sobrevivência de actividades económicas mais tradicionais e de especialização regional. Todavia, algumas empresas têm conseguido a diferenciação dos seus produtos, tornando-se excelentes exemplos de inovação empresarial, em particular na Beira Interior. A Universidade da Beira Interior assume-se como uma alavanca da competitividade regional, ao apoiar actividades de inovação em alguns sectores mais tradicionais mas também em sectores emergentes e de forte conteúdo tecnológico.

O Pinhais Interior apresenta uma economia pouco diversificada e dependente de sectores

como a agricultura, a construção civil e o comércio. No que respeita à actividade industrial, muito débil em ambas quer no Pinhal Interior Norte quer no Pinhal Interior Sul, destacando-se sectores que assentam a respectiva vantagem competitiva na facilidade de acesso e proximidade de recursos naturais.

O território do Alentejo Interior enfrenta grandes desafios aos níveis de coesão e competitividade, que derivam de debilidades estruturais que se têm vindo a acentuar nos últimos anos nos domínios da demografia e da economia. Este território apresenta riscos e debilidades na competitividade de actividades que têm marcado o seu perfil de especialização, como a agricultura, apesar das possibilidades de desenvolvimento de determinados nichos de mercado que poderão reforçar o potencial competitivo deste território, pela diversificação e diferenciação da oferta. Também o desenvolvimento de actividades emergentes, mais intensivas em competências, tecnologia e conhecimento, poderão reforçar este potencial competitivo (casos da aeronáutica, das energias alternativas, do turismo e das novas aplicações da cortiça).

O mapa seguinte apresenta esta distribuição pelos Volumes dos territórios regionais analisados nas Cartas Regionais da Competitividade:



3. A COMPETITIVIDADE REGIONAL: CONCEITO, TEORIAS E METODOLOGIAS DE ABORDAGEM

Joana Chorincas

3.1. O conceito de competitividade regional

A globalização, através de variados processos de reestruturação produtiva e organizacional, conduziu a actividade económica a novas dinâmicas espaciais que colocam sobre os territórios importantes desafios, ao nível da capacidade de adaptação a novos padrões tecno-económicos e a novos patamares de concorrência e competitividade.

BENKO (1996) atribui ao processo de globalização da actividade económica uma crescente diferenciação e especialização dos territórios, formando um "mosaico de regiões" que se tornam fontes de vantagens competitivas a partir dos recursos, práticas e interdependências específicas dos locais.

Ou seja, a globalização deve ser encarada como um processo vinculado ao território, na medida em que condiciona a dinâmica económica de territórios-países-regiões-cidades-lugares e, por sua vez, é condicionada pelo comportamento dos actores locais (MÉNDEZ, 2002).

De acordo com MATEUS (2005), a competitividade ganha força e relevância com a generalização dos processos concorrenciais à escala mundial, tratando-se de um resultado construído no quadro do funcionamento de factores de "concorrência" (*competition*). Inicialmente desenvolvido no contexto empresarial, o conceito de competitividade passou a ser aplicado também num contexto territorial.

Sobretudo a partir do final dos anos 70 do século XX, vários autores passaram a considerar que a noção de competitividade incorpora factores exteriores às empresas, detendo a sua atenção sobre as externalidades aglomerativas (concentração e complementaridades de infra-estruturas, recursos humanos qualificados, actores político-institucionais, instituições de educação, entre outros) e os elementos não mercantis do contexto territorial (como sejam as práticas de cooperação não formais entre actores empresariais).

As análises tradicionais da competitividade industrial e empresarial, cuja vertente neoclássica foi hegemónica durante um largo período, consideravam que a vantagem competitiva das empresas dependia sobretudo de uma liderança nos custos de produção e localização, garantindo preços mais competitivos no mercado.

PORTER (1990) foi um dos primeiros autores a atribuir fundamental importância ao território na promoção da competitividade empresarial, utilizando a dimensão "nação" como unidade de análise das vantagens competitivas e constatando que as empresas concorrentes em actividades de sucesso se localizam em poucas cidades ou regiões dentro do país, em especial em concentrações geográficas (agrupamentos ou *clusters*) de empresas específicas. Este autor sustentou que a vantagem competitiva é criada e mantida através de um processo "altamente localizado" e que diferenças nas estruturas económicas, valores, culturas, instituições e factores históricos nacionais contribuem profundamente para o sucesso competitivo.

O território tornou-se a partir de então uma variável relevante na análise da competitividade e das vantagens competitivas.

A transposição da análise da competitividade do meio empresarial para o território não tem sido, contudo, pacífica. Autores como KRUGMAN (citado em BODDY, 1999) opuseram-se inicialmente, defendendo que a competitividade apenas faz sentido no domínio empresarial, devendo portanto apostar-se nos mercados e no crescimento da produtividade.

Todavia, e apesar de algum cepticismo, o conceito de competitividade territorial/regional entrou definitivamente nas discussões de várias áreas científicas e tem sido aprofundado em diferentes perspectivas. Alguns autores substituíram-no por conceitos similares. Por exemplo, VELTZ (1995) propôs o conceito de "êxito territorial", que resulta de competências, redes, projectos e instituições presentes num território, elementos fundamentais para a "competência territorial".

MOTHE e MALLORY (2003) propuseram o conceito de "vantagem construída" dos territórios, que resultou da evolução das "vantagens competitivas" de PORTER, às quais adicionaram o protagonismo do sector público como motor da competitividade regional, num processo de empreendedorismo institucional e colectivo.

Posteriormente, LEYDESDORFF (2006) retomou esta noção de construção da "vantagem" dos territórios, ao propor o modelo do "*triple helix*" no qual a inter-relação entre governo, universidades e empresas é fundamental nos processos locais de inovação e, portanto, na competitividade regional.

Determinados autores encaram o conceito de competitividade regional simplesmente como bom desempenho da economia (TUROK, 2005). Outros definem-no como a capacidade de ocupar posições de controlo e comando na economia mundial da era da informação (WOLFE e POLÈSE, 2002).

CASTELLS (2000) coloca a competitividade como uma das grandes forças propulsoras da economia e sociedade da informação, tipificando-a como um atributo mais de organizações colectivistas (tais como países e regiões) do que de empresas, aproximando-se da definição de competitividade de COHEN (1985, citado por CASTELLS, 2000) como sendo a capacidade de produzir bens e serviços que atendam as exigências dos mercados internacionais e aumentem o rendimento real das populações dos diferentes locais.

A criação de emprego e de rendimento (as condições económicas) são elementos cruciais da competitividade regional. Na óptica da COMISSÃO EUROPEIA (2004), a competitividade pode ser entendida como a capacidade que as empresas, as indústrias, as nações e as regiões têm de gerar, quando expostas a concorrência internacional, níveis de rendimento e de emprego relativamente elevados e de qualidade.

Também a OCDE (1996) já havia atribuído relevância aos factores económicos da competitividade regional, encarando-a como o grau em que um território consegue, sob condições de mercado livre e justo, produzir bens e serviços que estão à altura dos mercados internacionais, mantendo e expandindo, em simultâneo, os rendimentos reais da população ao longo do tempo.

Assim se conclui que a competitividade regional, embora não se deva confundir com as noções de desenvolvimento e crescimento económico, apresenta estreitas interpenetrações com as mesmas.

Todavia, as condições económicas e suas interpenetrações com a competitividade, apesar de necessárias, não são suficientes na análise da competitividade regional. A capacidade de atrair e fixar população, de gerar empregos (preferencialmente qualificados), de inovar, de criar complementaridades entre actores e uma eficiente *governança* é um elemento indispensável.

As recentes teorias da competitividade regional, ao integrarem estes diversos factores, inserem-se numa visão do desenvolvimento e da competitividade como um processo endógeno, o que implica a incontornável importância da efectiva participação dos vários actores presentes e participantes no território.

Por outras palavras, o desenvolvimento de um território está assim em grande medida condicionado pelo seu potencial endógeno, pelo que se passou a considerar que a competitividade regional se baseia em três factores: capital físico, capital humano e conhecimentos, que podem ser objecto de acumulação e de externalidades. O nível de competitividade de cada território está portanto condicionado ao nível de acumulação destes três factores.

Nas primeiras teorias económicas modernas, a competitividade resultava fundamentalmente da exploração de condições naturais como seja a disponibilidade de matérias-primas e/ou de elevados contingentes de mão-de-obra e a exploração das vantagens comparativas. Com a mudança de paradigma técnico-económico, de que a inovação tecnológica e a globalização são os principais marcos, a competitividade passou a resultar da disponibilidade de um conjunto de outros factores, vantagens competitivas, cujas sinergias potenciem a configuração de um sistema de inovação.

Esta evolução da competitividade baseada nas condições económicas para a competitividade baseada na capacidade de os territórios serem inovadores ligou a discussão em torno da competitividade regional a importantes conceitos e teorias económicas e de desenvolvimento regional, como se verá de seguida.

3.2. Evolução da teoria económica e sua ligação ao crescimento/competitividade regional

A questão do crescimento e internacionalização de um país ou região e das suas actividades produtivas sempre foi do interesse dos mais variados pensadores económicos e tema de discussão ao longo dos últimos séculos, constituindo um importante elemento de compreensão das mais recentes teorias de competitividade regional.

Na evolução do pensamento económico devem ser salientadas, em primeiro lugar, duas Teorias Clássicas do comércio internacional: a teoria das vantagens absolutas, de ADAM SMITH, e a teoria das vantagens comparadas, de DAVID RICARDO.

SMITH (1723-1790), considerado o pai da economia moderna, desenvolveu a primeira grande teoria defensora do comércio internacional e da abertura dos países e das respectivas indústrias, assente nos seguintes pressupostos: (1) importância do factor de produção terra; (2) imobilidade internacional do trabalho; (3) mobilidade do trabalho entre as diversas indústrias do mesmo país.

Com base nestes pressupostos, este autor defendeu que um país deve especializar-se nas indústrias para as quais apresenta maior vantagem absoluta. Se um país consegue produzir bens usando menos recursos (trabalho e capital, na visão clássica) deverá especializar-se na produção deste bem e importar os bens que outros países produzam utilizando menos *inputs*.

DAVID RICARDO (1772-1823) aprofundou esta abordagem mostrando que os ganhos da troca internacional verificam-se desde que exista uma especialização relativa, i.e., uma vantagem comparativa. De acordo com este autor, o comércio internacional pode beneficiar dois países, mesmo que um deles produza todos os produtos de forma mais eficiente: um país não necessita de apresentar uma vantagem absoluta na produção de um determinado produto. As diferenças tecnológicas entre países e indústrias provocam diferenças na produtividade comparativa do trabalho.

Posteriormente, a Teoria Neoclássica, com os pressupostos de informação perfeita, economias constantes à escala e total divisibilidade dos factores, forneceu o quadro conceptual de análise da concorrência perfeita.

O modelo Heckser-Ohlin-Samuelson (HOS) defende que os *stocks* dos factores de cada país influenciam igualmente a especialização produtiva, existindo portanto uma especialização pelos factores e uma especialização pelos produtos. Este modelo assenta na ideia de que um país que seja relativamente abundante num factor de produção irá ter vantagem relativa na produção do bem que utilize de forma relativamente intensiva esse factor.

Postula que o comércio livre conduz a um aumento da eficiência na afectação de recursos e à igualização das taxas de remuneração dos factores produtivos e dos níveis de bem-estar entre as economias. De salientar que estes efeitos operam não pela modificação da dotação relativa dos factores, mas pela alteração dos preços relativos dos bens e dos factores de produção.

Como refere COUTO (2000), a aplicação do modelo teórico neoclássico à análise regional foi feita por BORTS e STEIN (1964), ao mesmo tempo que as principais conclusões da teoria do comércio internacional também se ajustaram ao quadro regional: cada região tenderá a especializar-se

nas produções que utilizam mais intensamente o factor para o qual dispõe de maior abundância relativa. Todavia, a consideração do pressuposto da mobilidade de factores, levou a que o papel da livre circulação de bens e serviços como factor de convergência fosse substituído pela importância atribuída à mobilidade dos factores produtivos como elemento regulador do equilíbrio inter-regional.

A racionalidade neoclássica convencional foi sujeita a contestação, em consequência da insuficiência na identificação dos factores que determinam o crescimento regional e da universalidade do princípio da homogeneidade dos factores. Considerou-se que a função de produção agregada neoclássica não integrava um conjunto de factores de difícil quantificação, mas de reconhecida influência, como são exemplos o ambiente social e político e a interdependência locativa. Na perspectiva neoclássica tradicional, as disparidades regionais de crescimento resultam da dimensão temporal intrínseca aos processos de ajustamento e/ou da mobilidade imperfeita dos factores produtivos.

A Teoria Keynesiana difere em alguns pontos essenciais da teoria neoclássica, em particular quanto ao funcionamento dos mercados. Esta teoria centra-se nos impulsos de curto-prazo do lado da procura, baseados nas expectativas que influenciam o investimento e o consumo, dois motores do "sistema" em conjunto com a procura externa:

A base de exportação de uma economia, a extensão na qual ela compete e retira dividendos do comércio internacional e o impacto que estes têm nos sectores domésticos, no consumo e no investimento, assume um papel chave nesta teoria.

As Teorias de Crescimento e Convergência, em particular a de causalidade circular e cumulativa de MYRDAL (1957), fundamentam-se na interacção observada entre crescimento da produtividade e dimensão de mercado.

De acordo com estas teorias, o crescimento da produtividade é induzido pelo volume de trocas que, por sua vez, é estimulado pelos acréscimos de produtividade. Observa-se pois entre as duas variáveis uma relação do tipo multiplicador, i.e., reforçam-se mutuamente e a sua interdependência amplifica a influência dos outros factores que participam no aumento dos níveis de produtividade.

Esta "circularidade" está associada à acção dos rendimentos crescentes (economias de aglomeração) que, quando espacialmente diferenciados, não só favorecem a fixação dos recursos nas regiões centrais como determinam um movimento centrípeto dos factores (trajectória inversa à preconizada pelo modelo neoclássico).

A importância e os efeitos de interdependências entre produtores, indústrias e sectores económicos encontram-se desenvolvidos no conceito de pólo de desenvolvimento de PERROUX (1955) e nos conceitos de "*backward*" e "*forward linkage effects*" de HIRSCHMAN (1958). O desenvolvimento regional equilibrado seria, assim, obtido mediante a concentração do investimento e indústrias motoras localizadas em pólos interligados entre si e a partir dos quais ocorre a propagação dos efeitos de dispersão.

Mais recentemente PORTER (1990) procedeu a uma reinterpretação destas interacções ao introduzir o conceito de indústrias de suporte e relacionadas, constatando que os sectores mais competitivos tendem a organizar-se em *clusters*. Este autor atribui ao desenvolvimento destas interacções um papel nuclear na aquisição de poder competitivo, considerando-as como um das quatro "pontas do diamante porteriano", nas quais se organizam as determinantes da vantagem competitiva.

A discussão em torno da problemática do crescimento económico ganhou novos contornos com as Teorias do Crescimento Endógeno, que centram a sua análise nas fontes de crescimento com a tónica fundamental no progresso técnico. Estas teorias permitem explicar o crescimento de longo prazo (i.e., o progresso técnico) com base no comportamento dos agentes e sem recurso a elementos exógenos ao sistema económico. O progresso técnico deixou então de ser considerado uma variável aleatória independente das estratégias das empresas e das regiões.

O desenvolvimento endógeno assenta no pressuposto geral de que todo o espaço local dispõe de um conjunto de recursos – económicos, humanos, institucionais e culturais – susceptíveis de mobilização por parte dos agentes locais, com o objectivo de criar emprego e riqueza.

O “território” pretende integrar a dimensão física do espaço com a dimensão relacional, isto é, das relações que lhe acrescentam valor pela inovação. Estas questões remontam à Teoria Schumpeteriana, que começou por analisar a relação do espaço com a inovação e com o desenvolvimento tecnológico em geral, embora centrando a sua atenção no processo de difusão ao nível das empresas.

As questões da inovação no processo de crescimento/competitividade regional foram posteriormente integradas por vários autores, entre os quais se destaca AYDALOT (1984). Este autor analisou a competência das regiões para inovar e do meio local como ambiente incubador de inovação.

Como refere FERNANDES (2007), o *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs* (GREMI) aprofundou, mais tarde, os “espaços-inovação”, abordando os ambientes de inovação pela interpretação da dinâmica produtiva em termos de interações espaciais. O espaço económico é visto como um “meio inovador”, um espaço “relacional” de sinergias sócio-económicas e culturais impulsionadores da capacidade de inovação.

Assim, enquanto que as teorias clássicas centraram o conceito de “espaço económico” na eficiência local das relações (proximidade geográfica, redução de custos e economias de escala), as teorias do “espaço-inovação” introduziram o conceito de “meio inovador”: transferência de conhecimento, inovação, sinergias de cooperação e mobilidade de recursos (externalidades inter-relacionais).

Paralelamente a estas visões, emergiram os temas da especialização conducente à aglomeração espacial, associada aos Sistemas Locais de Produção (SPL), sobretudo às noções de “distrito industrial” e “cluster”. Os distritos industriais são definidos na literatura como sistemas de produção geograficamente concentrados, constituídos por um número elevado de pequenas e médias empresas envolvidas em várias fases de produção de um mesmo produto ou família de produto. O conceito é originário de MARSHALL (1842-1924), mas foi recuperado nos anos 80 do século XX por vários “distritólogos” italianos como BECATTINI.

Outra visão complementar é o referido conceito de cluster celebrizado por PORTER, valorizando as interações de determinada tecnologia ou de determinado sector. Um cluster pode ser definido como um conjunto de empresas com actividades semelhantes, relacionadas ou complementares que, definidas numa área geográfica, partilham infra-estruturas especializadas, mercados de trabalho e de serviços. O dinamismo nestes sistemas é baseado nas inter relações que se desenvolvem dentro da cadeia de valor que permitem a sua própria valorização.

Também o conceito das “regiões do conhecimento e aprendizagem”, impulsionado pelos trabalhos de PAUL ROMER (1990), deve aqui ser mencionado. Este conceito está associado ao processo de globalização e à capacidade de inovação, intrinsecamente ligada à criação, difusão e exploração do conhecimento, e traduzida em novos produtos, novas tecnologias e novos processos produtivos e de comercialização.

Merece também referência o conceito de “eficiência colectiva”, proposto por HUBERT SCHMITZ (*Institute of Development Studies* da Universidade de Sussex, Reino Unido). De acordo com este autor, a eficiência colectiva consiste na vantagem competitiva das aglomerações de actividades ou *clusters* derivada das economias externas locais (espontâneas ou passivas) e da acção conjunta dos actores sócio-económicos (deliberada ou activa). SCHMITZ considera que a clusterização facilita a obtenção de externalidades positivas, mas a emergência de vantagens competitivas só é possível se as externalidades forem operacionalizadas sob a forma de estratégias de eficiência colectiva. Assim, um aspecto importante da sua teoria é a importância atribuída à governança local (estratégias colectivas, cooperação vertical e horizontal) na exploração da eficiência colectiva.

Ainda no contexto do conceito de eficiência colectiva é pertinente citar CANIËLS e ROMIJN (2003), autores que reflectiram sobre a natureza das acções deliberadas e não deliberadas, considerando que as acções não deliberadas podem ser denominadas de “eficiência colectiva passiva”, enquanto que às acções deliberadas atribuem a denominação de “eficiência colectiva activa”.

À primeira, associam as externalidades positivas relacionadas com a formação/fortalecimento de economias de escala e de gama, bem como de facilidades obtidas através da proximidade entre os vários agentes envolvidos. À segunda, associam a valorização do conhecimento através de trocas de informação.

Estes autores afirmam que ambos os tipos de eficiência poderão ser consideradas externalidades positivas, embora umas mais relacionadas com vantagens de custo de produção (eficiência colectiva passiva) e outras com vantagens decorrentes de *spillovers* tecnológicos (eficiência colectiva activa).

As Novas Teorias das Trocas (*New Trade Theory*) focaram a importância das economias de escala, da diferenciação dos produtos e da competição imperfeita. Consideram que as economias em crescimento são motivo de especialização e podem incentivar a troca, mesmo quando a vantagem comparativa parece negligenciável.

Estas teorias quebram com o fatalismo das teorias anteriores ao defenderem que as vantagens comparativas podem ser conquistadas e que não se limitam a dotações “naturais”. Por outro lado, a capacidade de influenciar vantagens comparativas permite destacar o papel do investimento em recursos humanos qualificados, infra-estruturas especializadas, redes de fornecedores e contextos tecnológicos para potenciar economias de escala externas.

A Nova Geografia Económica também tem centrado muito da sua atenção na concepção do crescimento e competitividade regional, ao encarar a região como um local de especialização exportadora. As regiões competem umas com as outras para atrair a actividade económica, com base nas suas dotações de factores produtivos localizados.

Nesta visão, a fonte do crescimento está na procura (interna e externa) porque as regiões para crescerem e tornarem-se competitivas têm de especializar-se na produção em que são mais eficientes, gerando os excedentes de exportação que lhes permitirão importar o que não produzem.

O produto regional é composto por duas componentes - a produção do "sector exportador" e a produção do "sector não exportador" – e, à medida que aumenta a propensão à procura de bens domésticos (mais favorável ao crescimento regional), o sector doméstico dinamiza-se e favorece a própria capacidade do sector exportador.

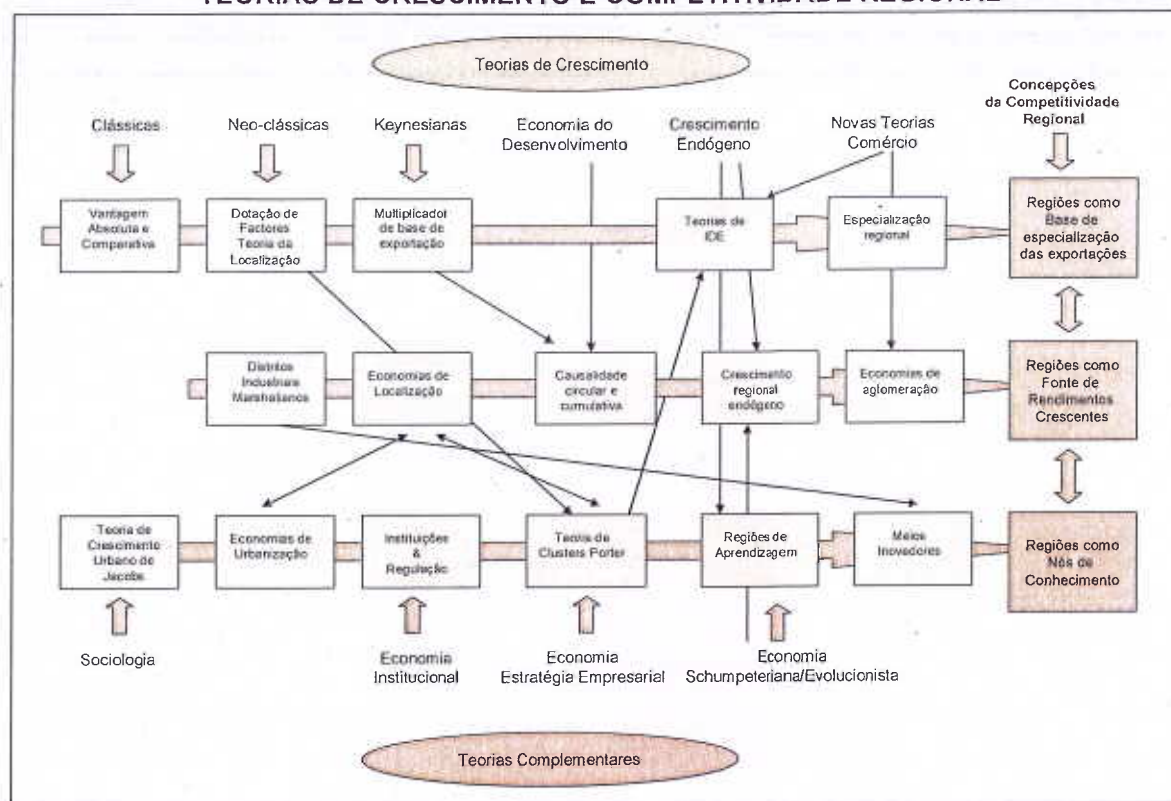
Segundo esta teoria, a competitividade aumenta se a produtividade aumentar mais que os custos unitários. Desta forma, se os custos unitários de produção forem superiores ao crescimento da produtividade verifica-se uma quebra de competitividade.

Uma perspectiva diferente sobre as trajectórias de desenvolvimento regional é proposta por KRUGMAN (1998), um importante autor da Nova Geografia Económica. De acordo com este autor, o modelo neoclássico convencional não estabelece uma representação adequada do funcionamento da economia ao não abordar os aspectos espaciais e, em particular, ao não ter em consideração fenómenos como as economias de aglomeração.

A aglomeração surge da interacção entre rendimentos crescentes ao nível individual das unidades de produção, os custos de transporte e a mobilidade dos factores. Dados os rendimentos crescentes, é vantajoso concentrar a produção de cada bem em poucas localizações. Dados os custos de transporte, as melhores localizações são aquelas que oferecem bons acessos ao mercado ("*backward linkage*") e aos fornecedores ("*forward linkage*"), isto é, aquelas onde os produtores estão concentrados e atraem, para junto de si, os factores de produção móveis.

Além das enunciadas teorias de crescimento económico, algumas teorias oriundas de outras áreas científicas, designadamente a sociologia e a economia institucional, também assumem um papel importante na compreensão da competitividade regional. De destacar a Teoria do Crescimento Urbano de JANE JACOB (1969), que sustenta que é o sistema urbano (a cidade-região), e não o espaço nacional, que constitui a principal "arena" do crescimento económico, ao permitir a acumulação de rendimentos crescentes através da interacção e troca de conhecimento entre empresas e agentes económicos concentrados na aglomeração urbana (importância das economias de urbanização). No contexto da economia institucional, de referir a Teoria dos Custos de Transacção (de COASE e WILLIAMSON), de acordo com a qual a dimensão das empresas não é explicada pelas economias de escala (como defendido pelas teorias da organização industrial) mas pelos custos de transacção que integram os custos relacionados com as comunicações e processo de tomada de decisão. A integração vertical é portanto encarada como oportunidade de substituição de mercados pelos "arranjos produtivos" locais (como mais tarde foi defendido no seio da ciência geográfica por SCOTT).

TEORIAS DE CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE REGIONAL



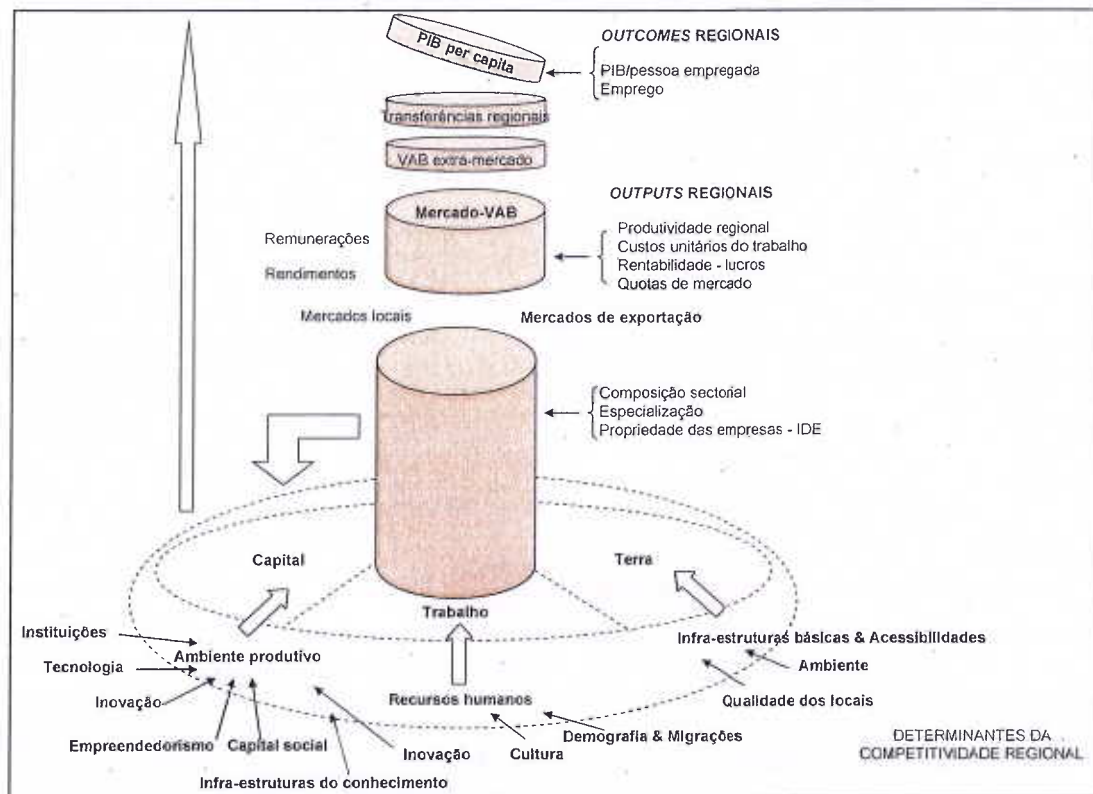
Adaptado de: Cambridge Econometrics (2003) – *A Study on Factors of Regional Competitiveness*.

Como se demonstrou são várias as definições de competitividade regional e várias as teorias que importa analisar para compreender o processo de crescimento/competitividade regional. Perante esta multiplicidade, a CAMBRIDGE ECONOMETRICS (2003:2-35) sintetizou um conjunto de elementos que devem ser tomados em consideração quando se aborda esta temática:

- Não existe uma teoria da competitividade regional que consiga captar toda a complexidade inerente a este conceito;
- A competitividade regional tem de estar ligada à capacidade de as regiões gerarem suficientes níveis de exportação (para outras regiões e para o mercado externo), de forma a sustentar crescentes níveis de rendimento e pleno emprego para as populações locais. Todavia, também a actividade económica orientada para o mercado regional é crucial (como defendem autores como PORTER ou KRUGMAN);
- O conceito de competitividade regional integra factores qualitativos como as relações e conhecimento informais, confiança, preferências, entre outros, além de factores quantificáveis como comércio inter-empresarial, patentes, mercado de trabalho, entre outros;
- A competitividade de uma região depende da competitividade das empresas nela presentes e também nos atributos sociais, económicos, institucionais e políticos da região;
- As fontes da competitividade regional podem ser encontradas em diferentes escalas geográficas, desde a local, à regional, nacional e internacional. Desta forma, a noção de competitividade regional não está “presa” às delimitações da própria região;
- As causas da competitividade regional são atribuídas ao efeito de um conjunto articulado de factores e não ao efeito individualizado de cada um dos factores.

Partindo destes pressupostos e da articulação das várias teorias explicativas do crescimento/competitividade regional, a CAMBRIDGE ECONOMETRICS propôs o chamado "chapéu da competitividade regional", no qual sintetiza todas as determinantes da competitividade regional:

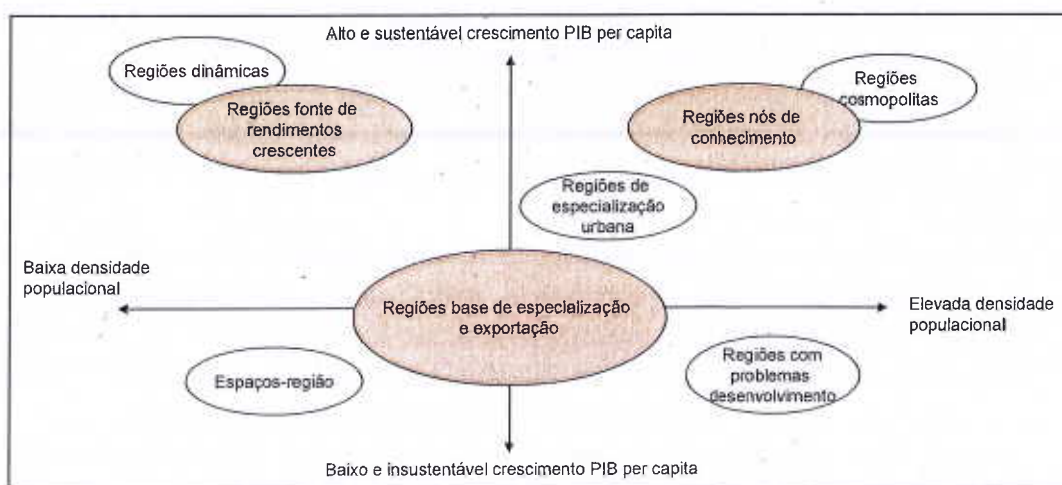
O "CHAPÉU" DA COMPETITIVIDADE REGIONAL



Adaptado de: Cambridge Econometrics (2003) – *A Study on Factors of Regional Competitiveness*.

Através da análise integrada da evolução do corpo teórico ligado ao crescimento/competitividade regional e da decomposição do "chapéu da competitividade regional", a CAMBRIDGE ECONOMETRICS propôs 3 concepções das regiões enquanto fontes de competitividade: as regiões base de especialização e exportação; as regiões fonte de rendimentos crescentes; as regiões nós de conhecimento.

TIPOLOGIA DE REGIÕES FONTE DE COMPETITIVIDADE



Adaptado de: Cambridge Econometrics (2003) – *A Study on Factors of Regional Competitiveness*.

As principais características de cada um destes três tipos de regiões são:

- As regiões como base de especialização e exportação, concepção que se aproxima das noções de dotação de factores e economias de base de exportação. O elemento fulcral desta concepção da competitividade regional, desenvolvida no seio das teorias económicas clássicas e neoclássicas, reside na “função de produção” que permite ligar o nível de produção de uma empresa ou país à dotação de factores como trabalho, capital e tecnologia. Daqui surge a noção de “função da localização”, segundo a qual a localização da actividade económica é explicada em termos da distribuição geográfica de “factores locais” como a disponibilidade de recursos naturais, mão-de-obra, acesso ao mercado, entre outros. As regiões tendem portanto a especializar-se nas actividades em que detêm uma vantagem comparativa (maior dotação de recursos) e competem entre si para atrair actividades económicas, com base na sua dotação naquele tipo de factores. Por outro lado, o nível de crescimento de uma região depende directamente do crescimento da sua base económica (do sector de exportação da economia local).
- As regiões como fonte de rendimentos crescentes, concepção impulsionada pela geografia económica e, em particular, pela referida Nova Geografia Económica que corresponde ao retomar dos modelos de KALDOR relativos à “competitividade regional acumulada”. De acordo com estes modelos, o crescimento regional é função da procura das exportações, i.e., da taxa de crescimento da procura mundial e da taxa de crescimento dos preços dos produtos regionais em comparação com os preços mundiais. Por outro lado, depende da relação entre a taxa de crescimento das remunerações e a taxa de crescimento da produtividade (ou seja, a evolução das remunerações por unidade de produção), que será tanto mais elevada quanto maior for a taxa de crescimento da economia regional (é o designado “efeito Verdoorn”). O factor-chave deste processo de causalidade circular e cumulativa é a análise de como o aumento do *output* regional conduz a aumento de produtividade. Tanto as teorias de crescimento endógeno como as teorias dos sistemas produtivos locais (em particular a dos distritos marshallianos) cruzam-se com esta concepção da competitividade regional, ao abordarem a importância das especializações produtivas das regiões e da aglomeração geográfica de actividades para a obtenção de rendimentos crescentes.

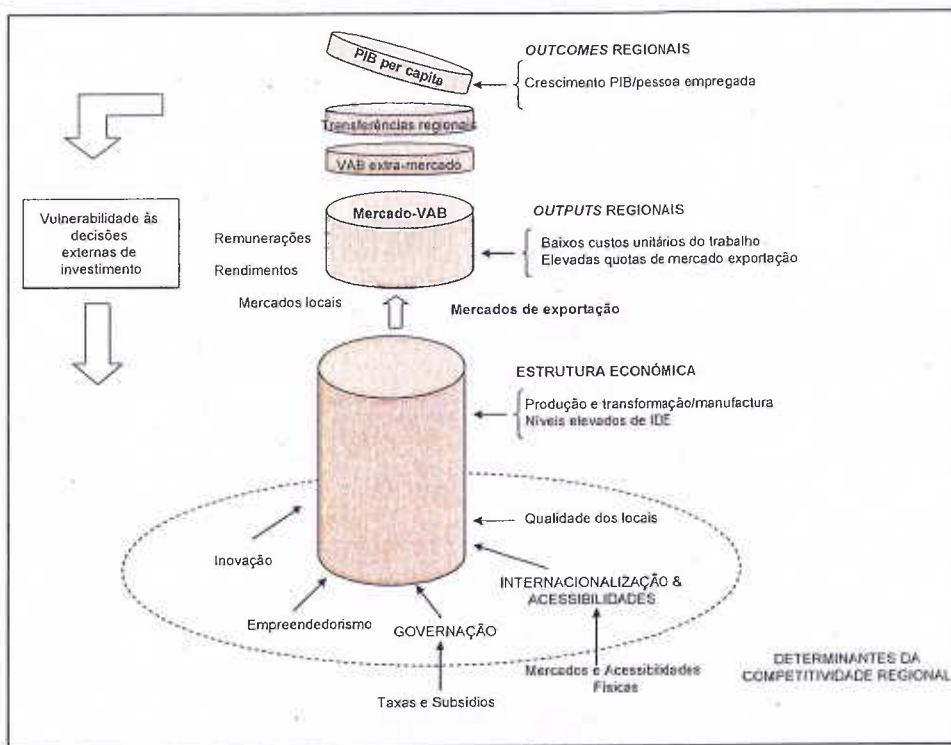
As regiões como nós de conhecimento, que se aproximam dos factores “soft” do crescimento/competitividade regional, i.e., elementos de natureza política, institucional e sociológica que por vezes são associados à “nova geografia industrial”. Esta concepção da competitividade regional aproxima-se da abordagem da inovação à luz da teoria schumpeteriana e da economia *evolucionista*: a inovação é encarada como um processo de aprendizagem colectiva e interactiva que implica necessárias articulações entre variados actores, como fornecedores e clientes, empresas concorrentes, instituições públicas e privadas de formação e de I&D, etc. As várias teorias relacionadas com os sistemas produtivos locais (sejam os distritos industriais, os clusters porterianos ou as próprias regiões de conhecimento e aprendizagem) integram-se nesta concepção da competitividade regional, baseada na importância da criação, partilha e difusão de conhecimentos (do saber-fazer dos territórios). Também as teorias de crescimento urbano e de economias de urbanização, em particular a já referida teoria de JACOB, devem ser integradas nesta abordagem. Através da análise do “chapéu de competitividade regional” e da apresentada tipologia de regiões, é possível identificar os principais factores determinantes da competitividade regional, úteis para o desenvolvimento da política pública de apoio à competitividade e cuja importância/cominação

é relativamente variável consoante cada um dos 3 tipos de regiões enunciadas. De acordo com a CAMBRIDGE ECONOMETRICS são 5 os principais factores determinantes da competitividade regional:

- Inovação: este factor é fundamental nas regiões como fonte de rendimentos crescentes e nas regiões como nós de conhecimentos, apesar do seu papel ser diferentes em cada um destes tipos de regiões. No primeiro tipo, está ligada à significativa presença de investigadores internacionais com ligações às economias regional e global via actividades autóctones de conteúdo tecnológico, Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e redes internacionais académicas e de negócio. No segundo tipo, a fonte principal de inovação é a academia mas existe uma forte ênfase no desenvolvimento do produto associado às indústrias locais, além de que o sistema de inovação se encontra menos internacionalizado.
- Empreendedorismo: muito importante nas regiões como fonte de rendimentos crescentes, apesar de também ser relevante nas regiões nós de conhecimento, neste caso impulsionado pelo IDE e pela iniciativa local.
- Governança económica: este factor é muito importante sobretudo nas regiões base de especialização e exportação, nas quais as “agências” económicas são pivots no desenvolvimento das regiões através da atracção de relevante IDE.
- Internacionalização & acessibilidades: muito importante nas regiões base de especialização e exportação e nas regiões nós de conhecimento. No primeiro tipo, é muito dependente das unidades de IDE e sua capacidade para exportar os produtos para o mercado externo. No segundo tipo, o processo de internacionalização é muito mais complexo e dependente não só de factores exógenos mas também de vários factores endógenos.
- Qualidade dos locais: muito importante nas regiões nós de conhecimento pois este factor ajuda as regiões a atrair talentos nacionais e internacionais, elementos fundamentais na promoção e difusão do conhecimento tácito.

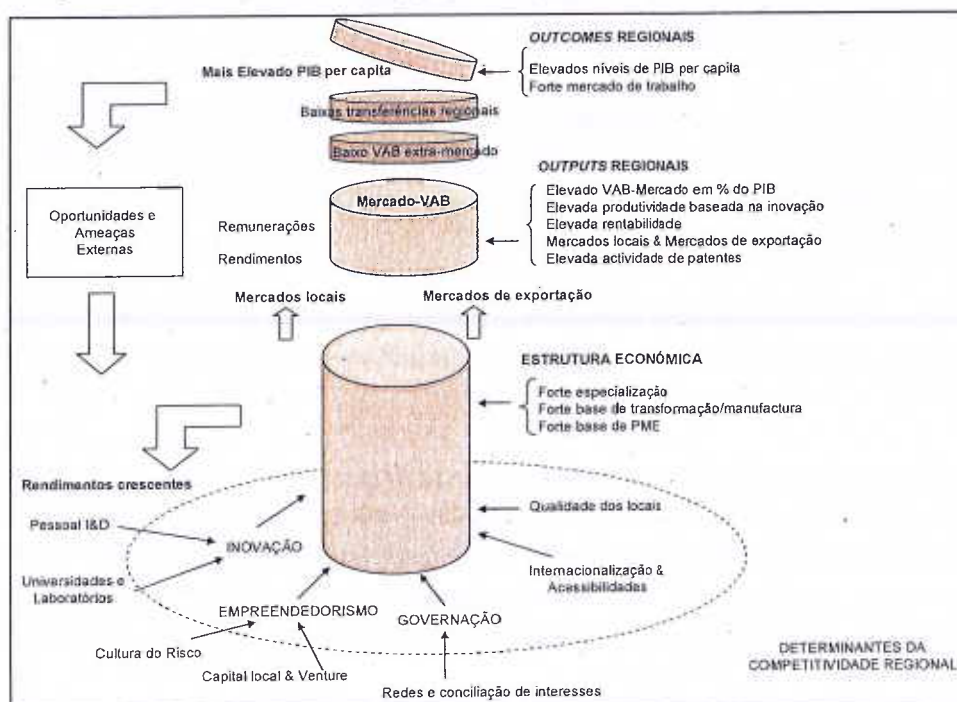
De seguida apresenta-se o "chapéu da competitividade regional" adaptado às características específicas de cada um dos 3 tipos de regiões fonte de competitividade:

O "CHAPÉU" DA COMPETITIVIDADE PARA REGIÕES BASE DE ESPECIALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO



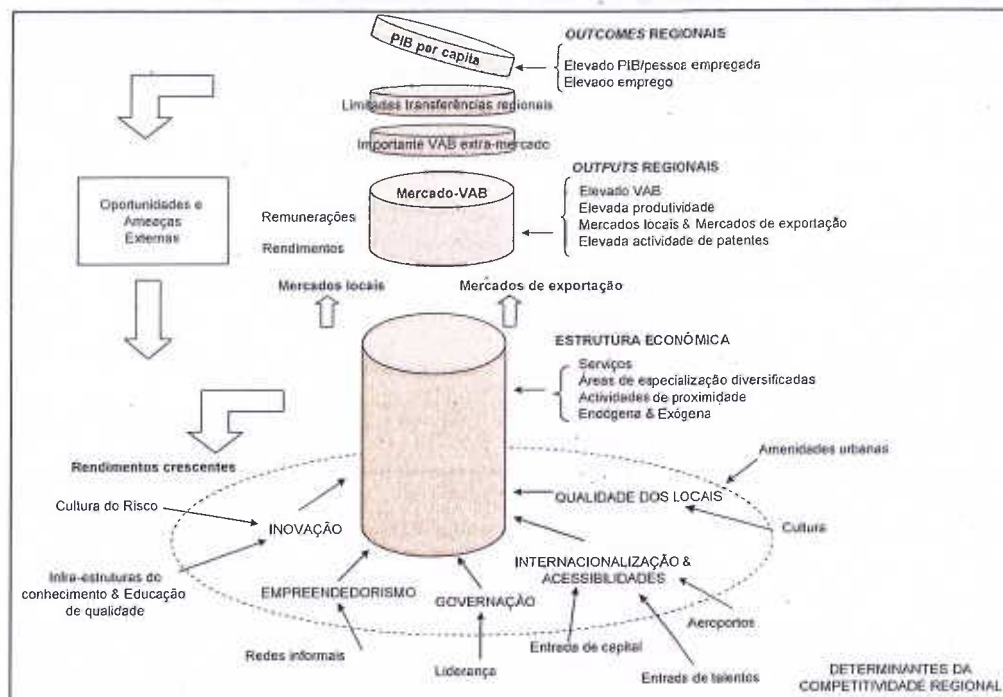
Adaptado de: Cambridge Econometrics (2003) – *A Study on Factors of Regional Competitiveness*.

O "CHAPÉU" DA COMPETITIVIDADE PARA REGIÕES FONTE DE RENDIMENTOS CRESCENTES



Adaptado de: Cambridge Econometrics (2003) – *A Study on Factors of Regional Competitiveness*.

O “CHAPÉU” DA COMPETITIVIDADE PARA REGIÕES NÓS DE CONHECIMENTO



Adaptado de: Cambridge Econometrics (2003) – *A Study on Factors of Regional Competitiveness*.

3.3. Exemplos de metodologias de abordagem da competitividade regional

de acordo com CAMAGNI (2002), a variada literatura existente sobre competitividade regional pode ser sistematizada de acordo com duas perspectivas: (1) a competitividade regional encarada como a combinação de indicadores e factores de competitividade de empresas localizadas num determinado território; (2) a competitividade regional como derivação/territorialização da competitividade macroeconómica.

O esforço de sistematização de “tipologias” de abordagem da competitividade regional converge na tentativa de resposta à seguinte questão: quais os elementos que realmente diferenciam um determinado território e lhe concedem vantagens competitivas, em detrimento de elementos que podem ser criados ou imitados nos vários lugares?

Em virtude da forte diversidade de definições propostas por vários autores, o ECORYS - *Standing Committee on Business Development* (Holanda) propôs a chamada “árvore da competitividade regional”.

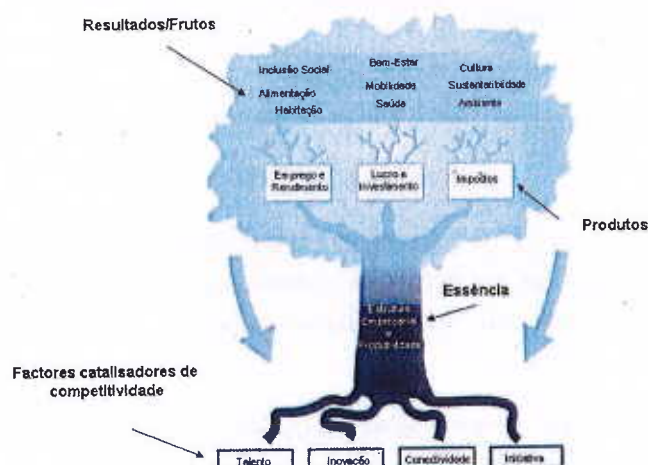
Esta ilustração da competitividade regional foi desenvolvida com o objectivo de demonstrar como os vários factores complexos que influenciam a competitividade estão relacionados com *performances* positivas em termos de economia, bem-estar, sustentabilidade e inclusão social.

Metaforicamente, a qualidade do “solo” onde se desenvolve a “árvore” e o nível de crescimento das “raízes”, “tronco” e “ramos” determinam o vigor da “árvore” e a sua capacidade para dar “frutos”, isto é, para tornar os territórios competitivos.

Os elementos fulcrais da árvore da competitividade são:

- “Raízes” no “Solo” - Determinantes da Competitividade (*Inputs*) - a “fertilidade do solo” consiste nos factores catalisadores da competitividade (exemplo da inovação e do talento); as “raízes da árvore” evidenciam a habilidade das empresas para aproveitarem e incentivarem estes factores catalisadores da competitividade.
- “Troncos” e “Ramos” - Factores de Essência da Competitividade (*Outputs*) - o “tronco” da “árvore” representa a estrutura económica e a produtividade; os “ramos” são *outputs* ou produtos (exemplo: emprego, rendimentos, lucros, impostos).
- Os “Frutos” - Competitividade (*Outcomes*) - uma “árvore” vigorosa produz “frutos” como bem-estar, sustentabilidade e inclusão social.

A ÁRVORE DA COMPETITIVIDADE REGIONAL



Adaptado de: ECORYS (2004).

BENKO e PECQUEUR (2001) propuseram a abordagem da competitividade regional de acordo com uma tipologia de diferenciação dos territórios a partir dos seus “recursos” e “activos”, “genéricos” e “específicos”.

Os recursos são factores ainda latentes, a organizar e explorar, ao passo que os activos são factores já em uso. Os activos e recursos genéricos são factores totalmente transferíveis espacialmente através de trocas mercantis, caracterizando-se o seu valor no processo produtivo pela questão do preço, como nos moldes da “antiga” ideia de competitividade industrial/empresarial.

Por seu turno, os activos e recursos específicos implicam custos de transferência muito elevados ou que não podem ser aferidos, definindo-se o seu valor em função das condições do seu uso e dos processos interactivos engendrados no ambiente em que são configurados.

Estes são os elementos que realmente definem a diferenciação de um determinado contexto territorial na concorrência com outros lugares, mobilizando “vantagens competitivas dinâmicas” e “duradouras” nas concentrações de actividades à custa de serviços e fornecedores especializados, de mão de obra qualificada e de estruturas organizacionais e institucionais locais.

FACTORES DE COMPETITIVIDADE REGIONAL

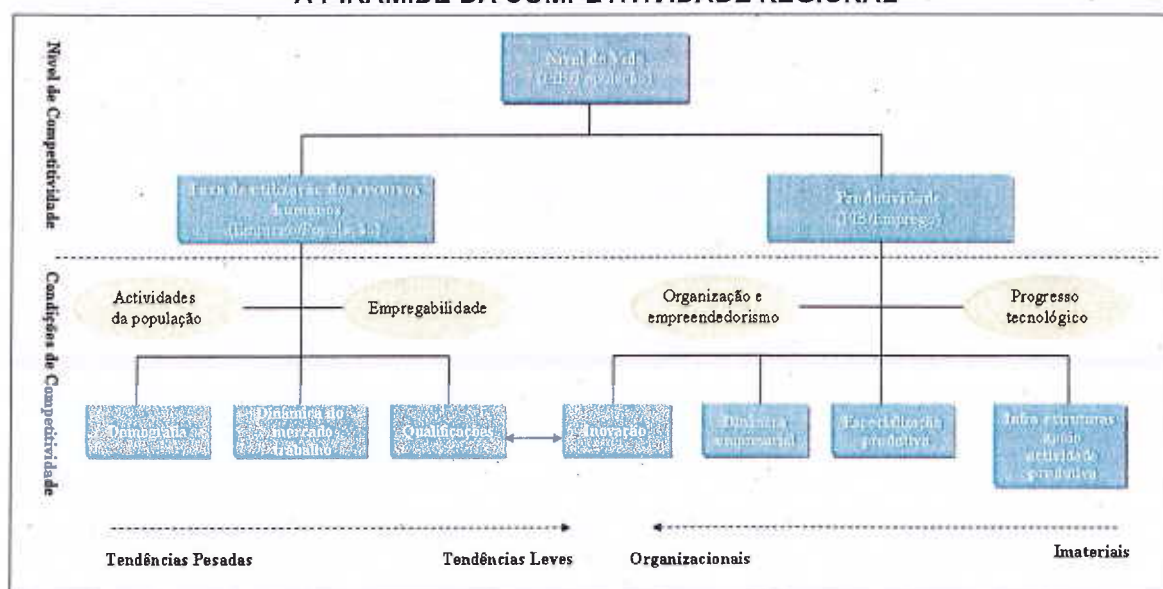
Factores da natureza	Genéricos	Exógenos	Específicos	Estratégicos
Recursos	Factores de localização potenciais, susceptíveis de serem activados segundo um cálculo de rentabilidade a ser introduzido no mercado	1 – Matérias-primas 2 – Equipamentos 3 – Informações de base fora do mercado (conhecimentos codificados) 4 – Força de trabalho simples não empregada	Factores de localização virtuais e intransferíveis, nos quais o valor que os criou depende da organização e das estratégias para resolver problemas inéditos, ancoradas no território (instituições, regras,...)	1 – Ambiente e cultura industrial (atmosfera) 2 – Acumulação de conhecimentos tácitos (aprendizagem) 3 – Força de trabalho qualificada não empregada 4 – Ambiente institucional favorável
Activos	Factores de localização existentes e em actividade, totalmente transferíveis. Discriminados pelos preços e custos de transporte no mercado	1 – Matérias-primas exploradas 2 – Equipamentos em uso 3 – Informações de base activas no mercado (conhecimentos codificados) 4 – Força de trabalho simples empregada	Factores existentes comparáveis, parcialmente transferíveis. O valor está ligado a um uso particular (externalidades de quase mercado)	1 – Matérias-primas raras 2 – Força de trabalho qualificada empregada 3 – Equipamentos adaptados aos processos locais 4 – Mobilização institucional e organizacional adequada às estratégias locais

Adaptado de: BENKO (2001).

De acordo com MATEUS et al (2000) a competitividade regional pressupõe concorrência entre empresas e territórios no seio de espaços mais vastos (nomeadamente regiões em economias nacionais, economias nacionais em blocos supranacionais), sendo possível esquematizá-la segundo uma "pirâmide".

A referência a uma "pirâmide da competitividade regional" valoriza a identificação de um conjunto de factores de maior relevância na determinação do "jogo" complexo entre *potencialidades* e *realizações*, entre condições *necessárias* e *suficientes* para um desenvolvimento económico sustentado (ou entre *condições* e *nível de competitividade*).

A PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE REGIONAL



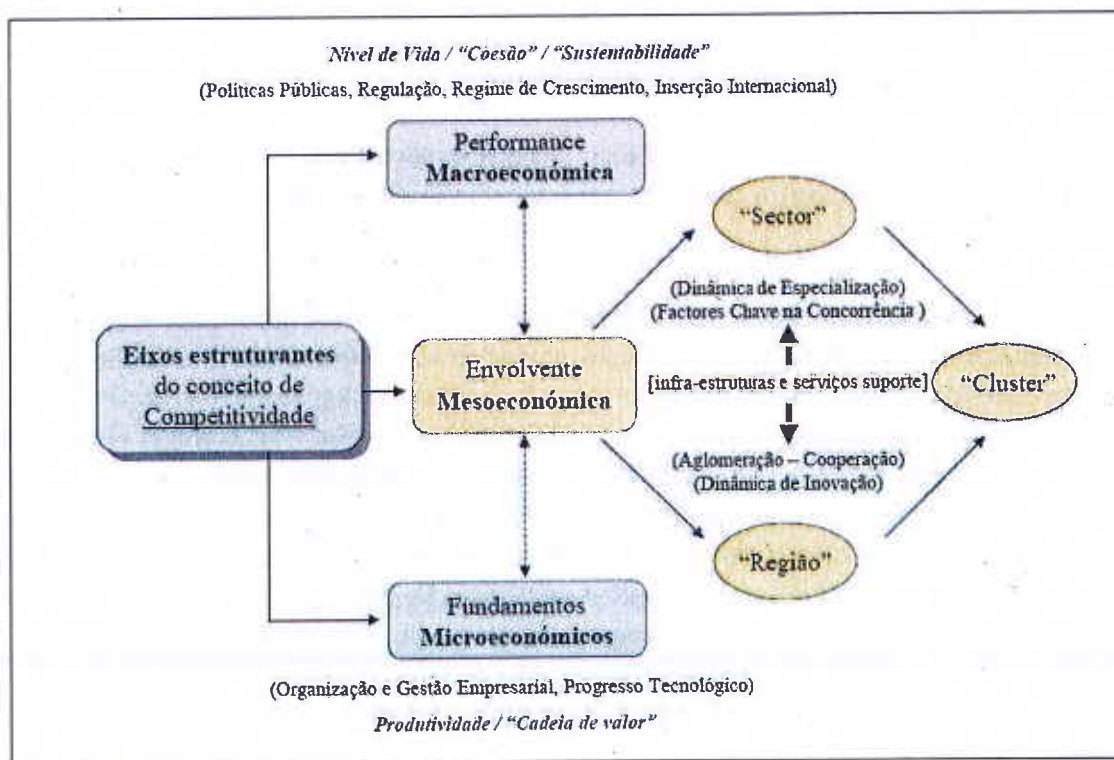
Adaptado de: MATEUS (2000)

A base da pirâmide é construída por referência à noção de eficiência colectiva, articulando as dinâmicas demográficas, do mercado de trabalho, das qualificações e inovação com a densificação das infra-estruturas, o aprofundamento do perfil da especialização e a dinâmica empresarial (comportamentos e maturidade organizativa).

A base territorial das condições de competitividade integra um conjunto de domínios que apresentam fortes ligações de interdependência e interactividade entre si, abrangem aspectos mais associados aos factores de mercado ou aos factores institucionais/organizacionais e configuram processos de evolução mais “leves” ou mais “pesados”.

MATEUS (2005) considera que a competitividade regional é uma noção “complexa” referenciada a um “processo” e não uma noção “simples” referenciada a um “estado”. Por outro lado, “os eixos estruturantes do conceito de competitividade envolvem uma dupla articulação entre a performance macroeconómica e os fundamentos microeconómicos, mediatizada pelas características da envolvente mesoeconómica, onde as lógicas de “sector”, “região” e “cluster” se articulam, e entre dinâmicas de especialização e de inovação que se desenvolvem através de modelos específicos de concorrência (que tendem a valorizar determinados elementos chave), de partilha de infra-estruturas e serviços de suporte e de processos de aglomeração e cooperação de empresas e actividades” (Idem, pg. 28).

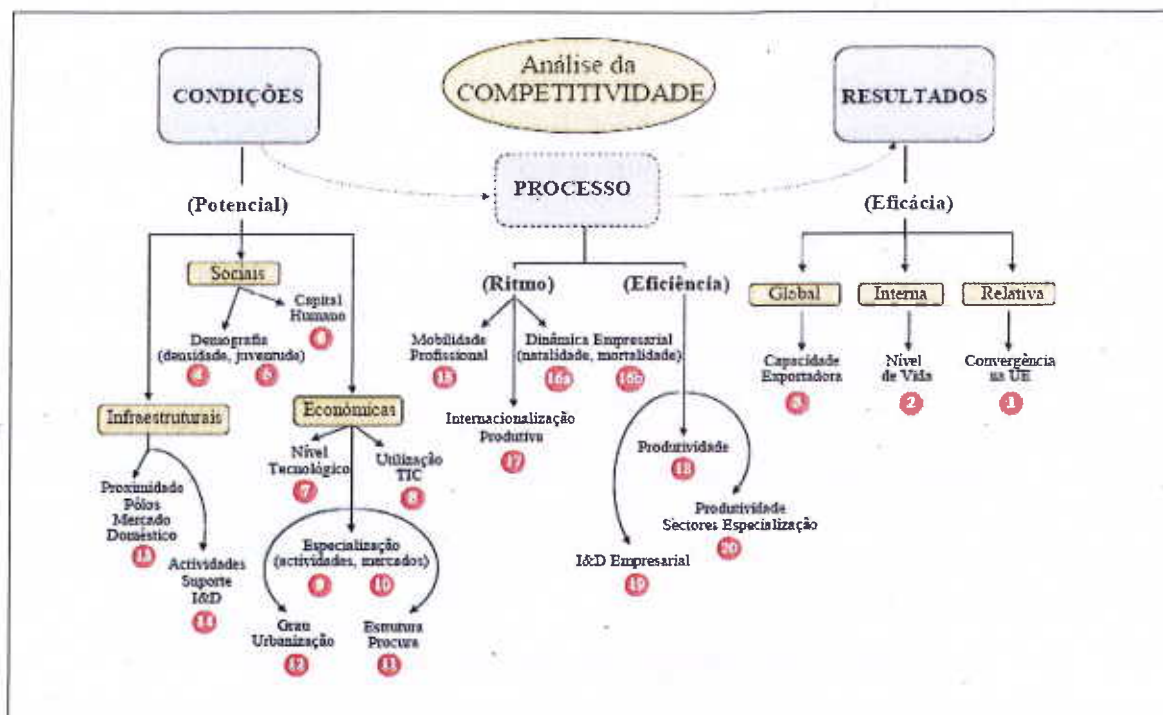
OS EIXOS ESTRUTURANTES DA COMPETITIVIDADE REGIONAL



Fonte: MATEUS (2005).

Após a identificação dos eixos estruturantes da competitividade, MATEUS (2005) procedeu à selecção de indicadores fundamentais para a construção do “índice sintético de competitividade regional” (e de coesão) aplicados às várias regiões portuguesas. Subjacente a esta selecção de indicadores está uma lógica circular de interacção entre “condições”, “processos” e “resultados”, de forma a ser possível identificar a natureza dos grandes “processos de produção” de impactos (positivos ou negativos) na competitividade dos territórios regionais (nomeadamente no que respeita ao ritmo e à eficiência alcançados).

INDICADORES DA COMPETITIVIDADE REGIONAL



Fonte: MATEUS (2005).

A selecção dos indicadores procura um "diálogo" possível entre o "local", o "regional", o "nacional" e o "supranacional" susceptível de permitir a utilização de diferentes referenciais, isto é, internos e internacionais.

Na Europa foram desenvolvidos também importantes estudos da competitividade regional cujo principal intuito é a discussão e sistematização dos indicadores-base de competitividade aplicada aos territórios. Cite-se o exemplo do estudo elaborado pela *Ernst and Young Ltd* para o *UK Government Offices in East and West Midlands* (citado em CAMBRIDGE ECONOMETRICS, 2003). Este estudo pretendeu determinar o nível de competitividade da região East and West Midlands a partir de uma análise de *benchmarking* de 12 territórios regionais europeus e de uma bateria de 55 indicadores estatísticos, devidamente hierarquizados de acordo com a sua importância para a competitividade regional. Concluiu-se que para as várias regiões analisadas no estudo a competitividade depende sobretudo de dimensões como: competências em conhecimento; capacidade de inovação; nível de investimento dos actores locais; grau de concentração do emprego em actividades industriais de alto valor acrescentado; qualidade em serviços financeiros e nível de investimento estrangeiro.

BIBLIOGRAFIA:

- BENKO, G. (1996) - *Economia, Espaço e Globalização: na Aurora do século XXI*, Edições Hucitec, São Paulo.
- BENKO, G. e PECQUEUR, B. (2001) - *Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos*, in Geosul, Florianópolis, Volume 16, nº 32.
- BODDY, M. (1999) - *Geographical Economics and Urban Competitiveness: a Critique*, in Urban Studies, Volume 36, nº 5/6.
- BORTS, G.H. e STEIN, J.L. (1964) - *Economic Growth in a Free Market*, Columbia, Columbia University Press.
- BRACZYK, H.J., COOKE, P. e HEIDENREICH, M. (1998) - *Regional Innovation Systems: The Role of Governances in a Globalized World*, UCL Press, London.
- CAMAGNI (2002) - *On the Concept of Territorial Competitiveness: Sound or Misleading?*, in Urban Studies, vol. 39, nº 13.
- CAMBRIDGE ECONOMETRICS (2003) - *A Study on the Factors of Regional Competitiveness. A final report for The European Commission Directorate-General Regional Policy*, University of Cambridge.
- CANIELS, M. e ROMIJN, H. (2003) - *Dynamic Clusters in Developing Countries: Collective Efficiency and Beyond*, Oxford Development Studies, Vol. 31, n.º3, pp. 275-292, Carfax Publishing, Oxford.
- CASTELLS, M. (2000) - *The Network Society: A Cross-Cultural Perspective*, Wiley-Blackwell.
- COMISSÃO EUROPEIA (2004) - *Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social*, Bruxelas.
- COUTO, A. (2000) - *Crescimento Regional e Integração Europeia: Da Previsibilidade à Imprevisibilidade das Trajectórias Regionais*, Universidade da Beira Interior.
- ECORYS (2004) - *The Competitiveness of Places and Spaces*, ECORYS Standing Committee on Business Development, Rotterdam.
- FERNANDES, S. (2007) - *A Importância das PME para a Inovação*, in *O Algarve e a Inovação*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- KRUGMAN, P. (1998) - *What's New About the New Economic Geography?*, Oxford Review of Economic Policy, 14, 2, Summer.
- LEYDESDORFF, L. (2006) - *Emergence of a Triple Helix of University-Industry-Government Relations*, in Science and public Policy, nº 23.
- LUNDVALL, B. (1992) - *National Innovation Systems: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*, Printer Publishers, London.
- MAILLAT, D. (1995) - *Les Milieux Innovateurs*, in Sciences Humaines, nº 8.
- MATEUS, A., MADRUGA, P. e RODRIGUES, D. (2000) - *Pirâmide de Competitividade Territorial das Regiões Portuguesas*, INE.
- MATEUS, A. (2005) - *Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*, Estudos Temáticos para o QREN 2007-2013, Volume 1, Observatório do QCA.
- MÉNDEZ, R. (2002) - *Innovación y Desarrollo Territorial: Algunos Debates Teóricos Recientes*, in Revista EURE, Volume 28, nº 84.
- MOTHE, J. e MALLORY, GR (2003) - *Local Knowledge and the Strategy of Constructing Advantage: the Role of Community Alliances*, International Journal Technology Management, Volume 27, nº 8.
- OCDE (1996) - *Science, Technology and Industry Outlook*, Paris.
- POLÈSE, M. e WOLFE, J. (2002) - *Metropolitan Governance Background Study: What do we Need to Know? A Rapid Foray into Operational Concepts. Literature Review*. Montréal: Institut National de la Recherche Scientifique/Urbanisation, Culture et Société.
- PORTER M. (1990) - *The Competitive Advantage of Nations*, The Free Press, New York.
- SCHMITZ, H. (1995) - *Collective Efficiency: Growth Path for Small-Scale Industry*, The Journal of Development Studies, Vol. 31, n.º4, pp. 529-566, Frank Cass, Londres.
- TUOK, I. (2005) - *Changing Cities*, Palgrave, New York.
- VELTZ, P (1995) - *Des Territoires pour Apprendre et Innover*, Editions de l'Aube, Paris.

4. CARTAS REGIONAIS DA COMPETITIVIDADE: O DESAFIO DA INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

André Magrinho

INTRODUÇÃO

Reforçar a cadeia de valor da economia portuguesa na óptica da inovação, da internacionalização e da competitividade, é, inquestionavelmente, o maior desafio que se coloca não só aos empresários como à sociedade portuguesa em geral. Trata-se, na verdade, de um desígnio crucial e incontornável, que implica a mobilização de vontades, de inteligências e de capacidades visando: *alargar e enriquecer a carteira de actividades, bens e serviços transaccionáveis com que Portugal se expõe perante a globalização e, conseqüentemente, defende a economia de proximidade e o mercado interno em sistema aberto*. Este foi o desafio subjacente à Carta Magna da Competitividade apresentada publicamente em 2003 pela AIP. Um desafio que envolvia também um forte investimento na vertente euro-atlântica da nossa acção externa, tanto a nível empresarial como por parte das políticas públicas, na convicção que Portugal é tanto mais forte na União Europeia quanto mais for capaz de se afirmar nos mercados da CPLP, da América do Sul, da NAFTA, do Magreb, entre outros. As Cartas Regionais da Competitividade, por sua vez, são instrumentos de inteligência territorial que vão aprofundar estas propostas de base da Carta Magna, visando a valorização competitiva do território.

Na verdade, o foco nos bens transaccionáveis pressupõe a um dispositivo de "inteligência económica territorial" capaz de responder em tempo oportuno e com eficácia às necessidades de informação, de conhecimento e de rede, atinentes aos mercados e às dinâmicas sócio-económicas, relevando a internacionalização e muito particularmente as exportações, mas também a economia de proximidade e a defesa do mercado doméstico em economia aberta, condição *sine qua non* da coesão económica e social. É este "radar" permanente orientado para os mercados-alvo e as plataformas operativas e territoriais a eles associadas, que deverão conferir sentido às transformações internas que a indústria transformadora e a economia portuguesa estão a operar e que necessariamente terão que aprofundar, fazendo emergir um modelo competitivo mais consentâneo com as exigências incontornáveis da globalização.

As Cartas Regionais da Competitividade devem ser vistas, também, como um instrumento pedagógico que faz interagir as empresas e a suas estruturas associativas representativas, as autoridades públicas nacionais e locais e as instituições ligadas à ciência, ao saber e à cultura. A implementação de mecanismos de inteligência territorial na perspectiva das Cartas Regionais da Competitividade, está também associada e é impulsionada por sistemas apropriados de governança competitiva.

Valorizar o território, enquanto orientação horizontal exige a mobilização de todos os sectores e empresas de modo a envolver estes actores no seu desenvolvimento e mudanças, onde as parcerias que se possam estabelecer para o desenvolvimento da região, distrito ou outra entidade local, desempenham, um papel da maior valia, devendo de acordo com Coelho e

Dou (1999) ser equacionada em torno de três vectores: (i) no que se refere à economia, os decisores locais e regionais devem conhecer as necessidades das empresas, favorecendo-lhes uma localização distintiva, quer física quer imaterial. Estão em causa os recursos formais e organizacionais do território que permitem a transferência do conhecimento e experiências de uma categoria de actores para outra; (ii) no que respeita aos recursos, estes devem ser assimilados a activos ou portefólios de produtos correntes, cujo papel das autoridades locais deverá ser, protegê-los, reforçá-los e valorizá-los; e (iii) a interface que favorece o desenvolvimento local conjugando energias e capacidades através de projectos de interesse comum mediante uma relação dinâmica entre o ambiente competitivo (universidades, políticas, investigação) e a economia mundial.

No mesmo sentido importa também incorporar a problemática dos *clusters* ou pólos de competitividade e tecnologia, em relação à qual Marques e Ribeiro (2003) entendem que “não é pois de estranhar que os *clusters* (conceito mais utilizado nos anos 90 do século passado para compreender a performance competitiva das nações) tenham cada vez mais uma base regional e que se tenham tornado bastante importantes para as empresas e indústrias baseadas no conhecimento. A maneira como o conhecimento é criado, adquirido e transformado ajuda a entender porque tais *clusters* têm uma base regional. Assim, pode afirmar-se que a formação e desenvolvimento de *clusters* ocorre num complexo ambiente local e global”.

É também por isso que uma nova carteira de actividades exportadoras está inexoravelmente ligada à clusterização inteligente da economia, em relação aos quais a atracção do IDE assume um papel da maior importância. O reforço da carteira de actividades transaccionáveis passa por investir a três níveis: na modernização e inovação dos sectores ditos tradicionais, onde aliás existem excelentes experiências; na entrada em novas actividades ou no seu reforço, em sectores onde a procura e os mercados internacionais se afiguram mais dinâmicos e em relação aos quais existem vocações e competências, designadamente nas TIC, nas tecnologias da saúde, no entretenimento e no lazer, nas novas energias, na mobilidade sustentável, nas biotecnologias, na economia do mar, na aeronáutica, entre outros; e, na conectividade física e digital do país conferindo-lhe funcionalidades internacionais.

Na perspectiva da inteligência territorial, têm ganho particular acuidade as cidades do conhecimento e as cidades inteligentes. Na economia do conhecimento, “as **cidades tornam-se competitivas** se forem capazes de atrair trabalhadores do conhecimento, para criar e aplicar conhecimento no desenvolvimento de *clusters* de actividades que propiciem crescimento económico e gerem níveis de vida padronizados para os seus habitantes. Para isso, exige-se uma grande capacidade organizacional e de liderança” (Martins *et al* 2007: 1). Ainda, de acordo com estes autores, a capacidade de **inserção de uma cidade ou de uma região na economia do conhecimento e no quadro da globalização** define-se pela dimensão, excelência e diversidade das sua base económica (constituída pelas actividades transaccionáveis) e do conhecimento (constituída pelos níveis educacional e criativo da população e pelas instituições produtoras de conhecimento científico, cultural e artístico), pela sua conectividade (incluindo a digital), pela qualidade de vida que proporciona aos seus habitantes e visitantes, pela diversidade urbana e pela capacidade de integração social dos diferentes grupos populacionais que a habitam.

Para fazer face aos desafios da inovação e competir no quadro da globalização, releva-se também as **regiões do conhecimento**, as quais privilegiam: “a identificação das actividades e dos produtos mais adequados e dinâmicos; a dinamização de cadeias de valor atractivas e de redes de cooperação

nacional e internacional; a compreensão do papel dos centros de inovação e empresas na criação das cadeias de valor globais e do modo como devem evoluir; e, a identificação da oferta das regiões concorrentes e da capacidade presente e prospectiva para as ultrapassar” (Simão, 2008: 41).

Os **conceitos de cidade do conhecimento** procuram combinar as capacidades de atracção e de fixação de trabalhadores do conhecimento, de estudantes internacionais e de outros grupos populacionais ligados ao conhecimento e à criatividade, com a oferta de condições de bem-estar atractivas e com o exercício competitivo, mais diversificado ou mais especializado, de actividades do conhecimento. De acordo com Komninos (2006), a **cidade digital** define-se como espaço comunitário digital que é usado para facilitar e aumentar as actividades e funções que ocorrem no espaço físico da cidade. Do cruzamento da cidade do conhecimento com a cidade digital, surge a noção de **cidade inteligente** que é definida, por este autor, como um território com elevada capacidade de aprendizagem e inovação, que é construída pela criatividade da sua população, pelas suas instituições de criação de conhecimento e pela sua infra-estrutura digital de comunicação e de gestão do conhecimento. Daqui decorre que, as cidades em declínio industrial, podem redefinir o seu núcleo de competências competitivas com base no estabelecimento de pontes entre as suas indústrias em declínio e as indústrias criativas ou novas áreas tecnológicas, mais propícias para essa mudança.

Estas são as preocupações e a filosofia de base que as Cartas Regionais da Competitividade do Continente protagonizadas pela AIP equacionam, formulando propostas inteligentes. Tratando-se de regiões diferenciadas ao nível das suas dinâmicas sócio-económicas, não é menos verdade que existem complementaridades e um fio condutor entre elas, exigindo uma forte interacção para se afirmarem conjuntamente na economia global.

Deste modo, a AIP faz jus à sua longa história na senda do desenvolvimento regional, enquanto componente indissociável do desenvolvimento sócio-económico do país. Refira-se, a este propósito, a dinamização de 12 Associações Empresariais Regionais (AER) que praticamente cobrem todo o Continente.

Em conclusão, as Cartas Regionais da Competitividade, para além de se inscreverem na atitude desafiante e de permanente busca da modernidade que faz parte da tradição da AIP, vão, acima de tudo, encontrar respostas inteligentes para o objectivo incontornável de reforço da carteira de actividades transaccionáveis com que nos expomos perante a globalização, tomando na devida conta as diferentes especificidades, potencialidades e complementaridades das diferentes regiões e entidades locais, fazendo disso uma força para nos afirmarmos competitivamente, com coesão económica e territorial. O papel do conhecimento e da atracção de talentos, a clusterização da economia, designadamente os pólos de competitividade tecnologia de base regional, a nova carteira de actividades transaccionáveis, a conectividade internacional, física e digital, as cidades do conhecimento, a diversificação dos mercados externos na perspectiva euro-atlântica, são alguns dos temas em relação aos quais as Cartas Regionais da Competitividade, enquanto instrumentos de inteligência territorial, propõem uma reflexão e apontam soluções inovadoras de grande valia e oportunidade.

Referências bibliográficas:

Coelho, M. e Dou, H. (1999), «L'attractivité, un concept remplaçant la compétitivité dans un nouveau contexte», Colloque de l'île Rousse, *Les Systèmes d'Information élaborée*, Octobre.

Komninos, N. (2006), *The architecture of intelligent cities; Integrating human, collective, and artificial intelligence to enhance knowledge and innovation*; 2nd International Conference on Intelligent Environments, Institution of Engineering and Technology, Athens, 5-6 July, pp. 13-20

Marques, I. e Ribeiro, J. (2003), *As regiões Europeias e as Actividades Baseadas no Conhecimento*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa. Disponível na Internet: www.dpp.pt, acedido em 2009. 03.14

Martins, N.; Figueiredo, C; Azevedo, F.; Ribeiro, F.; Proença, M.; Abreu, M. (2007), *Projecto "Cidades Inteligentes", Orientações de Política de Revitalização Urbana para a Competitividade e Sustentabilidade das Cidades*, Departamento de Prospectiva, Planeamento e Relações Internacionais, Lisboa (acessível em www.dpp.pt).

Simão, J. (2008), *"Plano Tecnológico e de Inovação Empresarial – INOTEC – Empresa da Região Autónoma dos Açores"*, Edição Inova, Nova Gráfica, Açores.